



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES**

Via N1 Leste, S/N, Pavilhão das Metas -Praça dos Três Poderes,

Zona Cívico-Administrativa

CEP: 70150-908 Brasília/DF

Telefones: (61) 3411-4330 / 3411-4246 Fax: (61) 3327.7464

[spmulheres@spmulheres.gov.br](mailto:spmulheres@spmulheres.gov.br)

**RELATÓRIO DE GESTÃO**  
**SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES**

Estrutura do Relatório conforme Anexo II da DN TCU nº 100, de 7 de outubro de 2009 e Orientações Complementares da CGU, Siset da Presidência da República.

**Apresentação.**

1. Identificação
2. Objetivos e Metas Institucionais e/ ou Programáticos
  - 2.1 Responsabilidades Institucionais – papel da Unidade na execução das políticas públicas
  - 2.2 Competência
  - 2.3 Objetivos Estratégicos
  - 2.4 Estratégias de atuação frente às Responsabilidades Institucionais
  - 2.5 Análises da SPM/Plano Estratégico da unidade ou do órgão em que a Unidade Jurisdicionada esteja inserida
  - 2.6 Programas e Ações sob a responsabilidade da Unidade Jurisdicionada;
    - 2.6.1 Programa 0156 –
      - 2.6.1.1 Dados Gerais do Programa
      - 2.6.1.2 Principais Ações do Programa
        - 2.6.1.2.1 Ação
          - 2.6.1.2.1.1 Dados Gerais da Ação
          - 2.6.1.2.1.2 Resultados
          - 2.6.1.2.1.3 Indicadores de desempenho
          - 2.6.1.2.1.4 Análise do desempenho
      - 2.6.2 Programa 1433 –
        - 2.6.2.1 Dados Gerais do Programa
        - 2.6.2.2 Principais Ações do Programa
          - 2.6.2.2.1 Ação
            - 2.6.2.2.1.1 Dados Gerais da Ação
            - 2.6.2.2.1.2 Resultados
            - 2.6.2.2.1.3 Indicadores de desempenho
            - 2.6.2.2.1.4 Análise do desempenho
        - 2.6.3 Programa 1068 –
          - 2.6.3.1 Dados Gerais do Programa
          - 2.6.3.2 Principais Ações do Programa
            - 2.6.3.2.1 Ação
              - 2.6.3.2.1.1 Dados Gerais da Ação
              - 2.6.3.2.1.2 Resultados
              - 2.6.3.2.1.3 Indicadores de desempenho
      - 2.7 Desempenho Operacional

- 2.7.1 Evolução de Gastos Gerais
- 2.7.2 Medidas Adotadas para melhor desempenho da Gestão
- 2.7.3 Comentários Gerais na Gestão da SPMulheres
  
- 3. Composição de Recursos Humanos
- 4. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos
- 5. Inscrições de Restos a Pagar no Exercício e os Saldos de Restos a Pagar em Exercícios Anteriores
- 6. Demonstrativo de Transferências (Recebidas e Realizadas) no Exercício
- 7. Previdência Complementar Patrocinada

## 1. Identificação

### 1.1 Poder e Órgão de vinculação:

Poder Executivo – (20000) - Presidência da República - PR

### 1.2 Nome Completo da Unidade Jurisdicionada Consolidadora e sigla:

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SEPM

### 1.3 Código SIORG: conforme sítio da internet do SIORG.

(68487) - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SEPM

### 1.4 Código na LOA: conforme sítio da internet do Portalsof MTO).

Código da Unidade Orçamentária: 20122 - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

### 1.5 Situação Operacional:

Ativo

### 1.6 Natureza Jurídica: conforme sítio da internet do SIORG.

Tipo do Órgão:	Assistência Direta e Imediata
Natureza Jurídica:	Administração Direta
Legislação:	Criação pela Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003, convertida na Lei 10683 de 28/05/2003

### 1.7 Principal Atividade Econômica: conforme sítio da internet do CNAE – IBGE.

CNAE 2.0 –	Subclasses
Seção: 0 _	Administração Pública, Defesa e Seguridade Social
84: _	Administração Pública, Defesa e Seguridade Social

### 1.8 Endereço Completo da sede:

Via N1 Leste, S/N, Pavilhão das Metas -Praça dos Três Poderes,  
Zona Cívico-Administrativa  
CEP: 70150-908 Brasília/DF  
Telefones: (61) 3411-4330 / 3411-4246 Fax: (61) 3327.7464  
[spmulheres@spmulheres.gov.br](mailto:spmulheres@spmulheres.gov.br)

### 1.9 Enderêço da página institucional na Internet::

[www.spmulheres.gov.br](http://www.spmulheres.gov.br)

### 1.10 Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno ou estatuto da unidade de que se trata o Relatório de Gestão e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União:

#### Estrutura Organizacional:

Decreto nº 4.625, de 21 de março de 2003, e Portaria nº 80, de 26 de junho de 2003, alterados pelo Decreto nº 7.043, de 22 de dezembro de 2009.

I – órgão de assistência direta e imediata à Secretária Especial: Gabinete

II – órgãos específicos singulares:

a) Secretaria de Planejamento e Gestão Interna;

b) Subsecretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; e

c) Subsecretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas;

III – órgão colegiado: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM.

#### Regimentos Internos:

Portaria nº 80, de 26 de junho de 2003.

Publicação: Diário Oficial da União, de 27/06/03.

alterados pelo Decreto nº 7.043, de 22 de dezembro de 2009

### 1.11 Código da U J consolidadora do relatório

200021 – Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres.

### 1.12 Unidade Gestora utilizada no SIAFI:

200021 – Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres.

## 2. Objetivos e Metas Institucionais e/ ou Programáticos

### 2.1 Responsabilidades Institucionais – papel da Unidade na execução das políticas públicas

A SPMulheres tem como missão central promover a transversalização da perspectiva de gênero no conjunto de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal. Isso significa que sua principal função não é executar as políticas, mas sim articular a incorporação da dimensão de gênero. A execução direta de políticas deve ser responsabilidade de cada área setorial, os Ministérios, com qualificação para implementar ações de natureza da sua missão, que pode ser assessorada por esta Secretaria na forma de inserir esta temática em seus programas.

Para além deste objetivo, a Secretaria procura trabalhar também no que tem que ser chamado de transversalização vertical, ou seja, estimulando Estados e Municípios a incorporarem em seus programas e ações as dimensões de gênero e de raça/etnia. Nesse sentido tem trabalhado para estimular a criação de organismos de políticas para as mulheres, no nível local, e para que o PNPM seja concretizado na ponta.

Assim, além de ações específicas constantes dos seus programas finalísticos, a SPMulheres centraliza também todas as ações de articulação e definição do PNPM, Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, plano esse que gera ações orçamentárias pontuais de vários Ministérios. A SPMulheres incorre em gastos nesse gerenciamento, por intermédio do seu Comitê de Articulação e Monitoramento que tem a responsabilidade pela condução do processo, e que se dá na operacionalização da estratégia de implementação do PNPM; seja na realização das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, na promoção dos fóruns, pela divulgação de campanhas educativas na mídia e em eventos como o do Pacto Federativo contra a Violência, e outros, que promovam as ações afirmativas na temática da inclusão social e a redução das desigualdades de gênero.

O Decreto nº 5.390, de 8 de março de 2005 aprovou o I – PNPM e instituiu o Comitê de Articulação e Monitoramento, o Decreto nº 6.387, de 5 de março de 2008 aprovou o II – PNPM.

Sob o aspecto mundial, a SPMulheres promove a articulação interna necessária na implantação de normas para o respeito aos Acordos Internacionais e Protocolos de Intenções assinados.

## 2.2 Competência

Conforme Decreto nº 4.625, Anexo I, de 21/03/2003 e Portaria nº 80, de 26/6/2003, alterados pelo Decreto nº 7.043, de 22 de dezembro de 2009, a área de competência desta Secretaria é:

- I - assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres;
- II - elaborar e implementar campanhas educativas e de combate à discriminação de caráter nacional;
- III - elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do governo federal e demais esferas de governo, com vistas à promoção de igualdade;
- IV - articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres;
- V - promover o acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem o cumprimento dos acordos, convenções e planos de ação assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à igualdade das mulheres e de combate à discriminação.

## 2.3 Objetivos Estratégicos:

A promoção da igualdade de gênero e raça/etnia é enunciada no 4º objetivo estratégico com a seguinte formulação: “Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia, e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos”. Para isso, entre os Objetivos Estratégicos do Governo, o PPA 2008-2011 incorpora as dimensões de gênero e raça/etnia. Isto significa que ao elaborarem o seu planejamento plurianual, os diferentes órgãos e secretarias devem considerar estas dimensões como estratégicas para o alcance do objetivo maior deste governo que é a inclusão social e a redução das desigualdades.

## 2.4 Estratégias de atuação frente às Responsabilidades Institucionais:

Com base nos resultados da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (II CNPM), no Plano Plurianual 2008-2011 e na Agenda Social do governo, e sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 18 órgãos da administração pública federal (*MEC, MJ, MS, MCid, MDA, MDS, MPOG, TEM, MME, Minc, MMA, Seppir, SEDH, Casa Civil, Secretaria Geral, Secom, Funai e Ipea*), em parceria com representantes de mecanismos governamentais estaduais e municipais de políticas para as mulheres e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, elaboraram o II PNPM, que conta com 94 metas, 56 prioridades e 388 ações distribuídas em 11 grandes áreas de atuação.

A partir daquela macro-orientação, os órgãos setoriais construíram os seus próprios objetivos, que nortearam a elaboração de programas e ações para os próximos quatro anos. Na condição de órgão articulador e fomentador das políticas de gênero no governo federal, a SPMulheres trabalha com seis objetivos estratégicos que, de maneira geral, dão concretude ao estabelecido no II PNPM. São eles:

- 1) Promover a incorporação do enfoque de gênero na formulação de políticas e o aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão em todas as esferas da administração pública, contemplando as diversidades existentes entre as mulheres;
- 2) Contribuir para o pleno exercício da cidadania e para a garantia do acesso das mulheres aos direitos sociais e econômicos, visando à redução das desigualdades e discriminações na perspectiva de gênero;
- 3) Implementar, no âmbito do Estado, políticas que promovam a conciliação entre as atividades domésticas profissionais e possibilitem a alteração da atual divisão sexual do trabalho;
- 4) Prevenir e enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres;
- 5) Promover uma mudança cultural a partir da disseminação de atitudes igualitárias e valores éticos de irrestrito respeito às diversidades de gênero e de valorização da paz;

- 6) Contribui para a ampliação do exercício do poder pelas mulheres, possibilitando sua participação em todas as esferas de decisão.

## 2.5 Análises da SPM/Plano Estratégico da unidade ou do órgão em que a Unidade Jurisdicionada esteja inserida

O Plano estratégico de atuação da SPMulheres se baseia em procedimentos de diagnóstico de necessidades da sociedade mediante a realização das Conferências Nacionais e dos Fóruns, bem como verificação junto aos organismos internacionais correlacionados, para definição de ações afirmativas. No plano político administrativo sua estratégia busca, juntos ao poderes da união, estados e municípios, o estabelecimento de protocolos de compromisso, pacto federativo, programação orçamentária com emendas parlamentares e legislação aplicada.

A SPMulheres tem um comprometimento com a definição e/ou explicitação de orçamento para as políticas com enfoque de gênero. Tanto a SPMulheres como o II PNPM trabalham para que tais ações apresentem rebatimento orçamentário, tanto em termos de montante de recursos destinados quanto em relação à fonte desses recursos. Desse modo foi feita a articulação entre o Plano e o PPA, havendo o direcionamento de orçamento específico e reduzindo-se sua vulnerabilidade a situações de restrições orçamentárias ou mudanças na linha de ação do órgão. Nesse sentido o Plano de Ação desta Secretaria procura alcançar as seguintes metas Institucionais:

Metas –

- Contribuir para a criação e o fortalecimento de organismos estaduais de promoção de políticas para as mulheres nas 27 Unidades da Federação;
- Contribuir para a criação e o fortalecimento e organismos municipais de políticas para as mulheres na totalidade dos municípios com mais de 100 mil habitante;
- Incentivar a formulação de Planos estaduais de políticas para as mulheres nas 27 Unidades da Federação;
- Incentivar a formulação de Planos municipais de políticas para as mulheres em todas as capitais do país;
- Implantar o Sistema Nacional de Dados e Estatísticas sobre violência contra as mulheres;
- Capacitar todos/as os/as servidores/as públicos admitidos por concurso nas administração pública federal nos temas de gênero, raça/etnia, orientação sexual, geração e direitos humanos;
- Desenvolver um Sistema de Acompanhamento da Implementação II PNPM para estados e Municípios.

## 2.6 Programas e Ações sob a responsabilidade da Unidade Jurisdicionada

Na Tabela A, abaixo, seguem os dados de execução da despesa, referentes ao período de 2.009, desta Secretaria.

**Tabela A – Execução da Despesa no ano de 2.009 – UO 20221 Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. R\$**

Programa/Ação	Item de Informação	Dotação atualizada	Despesas Executadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Apropriação das Despesas Pagar	RP não-Processados a Pagar	RP Processados a Pagar
0073	Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes							
8791	APOIO A PROJETOS INOVADORES DE ENFRENTAMENTO DA VIOLENCIA SEXUAL CONTRA CRIANCAS E ADOLESCENTES	600.000	300.531				49.112	
	<b>Soma</b>	<b>600.000</b>	<b>300.531</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>49.112</b>	<b>0</b>
0156	Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres							
10UJ	IMPLANTACAO DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMACOES SOBRE AVIOLENCIA CONTRA A MULHER	1.000.000	835.710	508.243	507.922		1.544	
2C52	AMPLIACAO E CONSOLIDACAO DA REDE DE SERVICOS ESPECIALIZADOS DE ATENDIMENTO AS MULHERES EM SITUAACAO DE VIOLENCIA	28.512.000	27.986.584	4.570.231	4.228.370		949.340	187.164
6812	CAPACITACAO DE PROFISSIONAIS PARA ATENDIMENTO A MULHERES EM SITUAACAO DE VIOLENCIA	2.600.000	2.600.000	404.660	404.660		976.185	

8831	CENTRAL DE ATENDIMENTO A MULHER - LIGUE 180	2.000.000	1.998.939	1.543.870	1.543.870			
8833	APOIO A INICIATIVAS DE FORTALECIMENTO DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE PRISÃO	500.000	483.604	200.767	143.810			
8932	APOIO A INICIATIVAS DE PREVENÇÃO A VIOLENCIA CONTRA AS MULHERES	5.297.000	5.245.397	1.949.591	1.949.591		492.479	
	<b>Soma</b>	<b>39.909.000</b>	<b>39.150.233</b>	<b>9.177.361</b>	<b>8.778.222</b>	<b>0</b>	<b>2.419.549</b>	<b>187.164</b>
<b>0750</b>	<b>Apoio Administrativo</b>							
09HB	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS	32.360	32.360	32.360		32.360		
2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	8.627.736	7.991.089	6.913.817	2.422.859	4.487.586	41.471	583
2003	ACOES DE INFORMATICA	200.000	134.636	134.636	134.636			
2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	15.000						
2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORESE EMPREGADOS	4.500	2.494	2.494		2.494		
2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	15.000	10.325	10.325		10.325		
2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	95.200	90.098	90.098		90.098		
20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS	1.000						
	<b>Soma</b>	<b>8.990.796</b>	<b>8.261.002</b>	<b>7.183.729</b>	<b>2.557.495</b>	<b>4.622.862</b>	<b>41.471</b>	<b>583</b>
<b>1068</b>	<b>Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas</b>							
0910	APOIO A ORGANISMOS DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER							29.377
10UF	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO, EXECUCAO E CONTROLE DE POLITICAS PARA AS MULHERES	140.000	140.000					
2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA	370.000	357.087	356.878	356.878			
4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA	4.000.000	4.000.000	10.354	10.354		426.363	
6245	PRODUCAO E DIVULGACAO DE INFORMACOES, ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE AS MULHERES	328.825	328.824	228.824	228.824			
6248	PROMOCAO DE EVENTOS DE POLITICAS PARA AS MULHERES						2.422	
8849	CAPACITACAO E FORMACAO DE PROFISSIONAIS DO SETOR PUBLICO NA TEMATICA DE GENERO	200.000	200.000	130.463	130.463		16.600	
8850	MONITORAMENTO E AVALIACAO DO PLANO NACIONAL DE POLITICAS PARA AS MULHERES	921.175	913.692	646.380	646.380		9.247	
	<b>Soma</b>	<b>5.960.000</b>	<b>5.939.603</b>	<b>1.372.899</b>	<b>1.372.899</b>	<b>0</b>	<b>454.632</b>	<b>29.377</b>
<b>1433</b>	<b>Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres</b>							
8834	APOIO A INICIATIVAS DE REFERENCIA NOS EIXOS TEMATICOS DO PLANO NACIONAL DE POLITICAS PARA AS MULHERES	13.900.000	13.135.676	3.137.852	3.037.852		2.986.765	5.850
8835	INCORPORACAO DA PERSPECTIVA DE GENERO NAS POLITICAS EDUCACIONAIS E CULTURAS	200.000	193.614	193.614	193.614			
8836	FORMACAO DE PROFISSIONAIS DA EDUCACAO EM CONTEUDOS NAODISCRIMINATORIOS	1.150.000	1.149.960	912.860	912.860		109.528	
8837	INCORPORACAO DOS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS NAS POLITICAS DE SAUDE	140.000	140.000					
8838	APOIO A CRIACAO E AO FORTALECIMENTO DE ORGANISMOS DE PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	1.900.000	1.684.945	707.140	707.140		11.139	
8840	FUNCIONAMENTO DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER (CNDM)	730.000	698.579	330.390	330.390			
8842	INCENTIVO AO TRABALHO DECENTE E A EQUIDADE DE GENERO NO MUNDO DO TRABALHO	490.000	490.000	142.030	142.030			
8843	INCENTIVO A AUTONOMIA ECONOMICA E AO EMPREENDEDORISMO DAS MULHERES	2.795.000	2.376.280	544.438	544.438		281.154	
8844	FORTALECIMENTO DA PARTICIPACAO DE MULHERES NOS ESPACOS DE PODER E DECISAO	250.000	250.000	226.560	226.560			
	<b>Soma</b>	<b>21.555.000</b>	<b>20.119.053</b>	<b>6.194.883</b>	<b>6.094.883</b>	<b>0</b>	<b>3.388.587</b>	<b>5.850</b>
	<b>Total:</b>	<b>77.014.796</b>	<b>73.770.422</b>	<b>23.928.872</b>	<b>18.803.499</b>	<b>4.622.862</b>	<b>6.353.352</b>	<b>222.974</b>

Fonte SIAFI-modulo SIAFI Gerencial, STN/MF: dez/2009

## 2.6.1 Programas e Ações sob a responsabilidade da Unidade Jurisdicionada

### 2.6.1 Programa: 0156 - Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres

#### 2.6.1.1 Dados Gerais do Programa 0156

<b>Objetivo de Governo</b>
Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos
<b>Objetivo Setorial</b>
Prevenir e enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres
<b>Órgão</b>
20122 - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
<b>Tipo de Programa</b>
Finalístico
<b>Justificativa</b>
<p>A violência doméstica e sexual constitui-se em um fenômeno que atinge, cotidianamente, um contingente bastante expressivo de mulheres em todo o país. Vítimas, na grande parte das vezes, da ação de seus companheiros, estas mulheres sofrem com uma variedade de formas pela qual a violência encontra caminhos para se manifestar: física, moral, psíquica, sexual, patrimonial, institucional e ainda o tráfico para exploração sexual. Tal fenômeno tem raízes na estrutura patriarcal da sociedade brasileira e fundamenta-se em relações desiguais de poder e autoridade que se estabelecem entre homens e mulheres em todas as esferas da vida e, em particular, na esfera privada, podendo, portanto, ser reconhecida como uma violência de gênero. Tais relações acabam por levar a um processo no qual as mulheres, dada a sua condição de inferioridade na escala de distribuição de poder e autoridade no ambiente familiar, constituem-se nas principais vítimas da violência. A situação da violência contra as mulheres é das mais graves. No Brasil, em pesquisa de opinião realizada pela Fundação Perseu Abramo, em 2001, uma em cada cinco brasileiras declarou ter sofrido algum tipo de violência perpetrada por homem. Quando estimuladas por meio da citação de diferentes formas de agressão, 43% das entrevistadas confirmaram ter sido vítimas deste fenômeno. A cada quinze segundos, portanto, um ato de violência contra a mulher é praticado. Um terço, ainda, admitiu já ter sofrido alguma forma de violência física - ameaça com armas de fogo, agressões e estupro conjugal. Outras pesquisas como da Organização Mundial de Saúde e da Anistia Internacional apontam dados semelhantes. As meninas jovens constituem uma população especialmente vulnerável, tanto do ponto de vista biológico, como psíquico e social e são as vítimas mais frequentes de exploração e abuso sexual. Além dos custos humanos, a violência doméstica e sexual tem, também, conseqüências econômicas para as sociedades em termos de produtividade perdida e aumento no uso dos serviços sociais. Ao lado das profundas conseqüências sobre a saúde física e mental, uma parcela significativa das mulheres vitimadas ainda tem sua permanência no trabalho remunerado dificultada e, muitas vezes, impedida tanto pelo excessivo número de faltas ao trabalho como pela falta de condições psicológicas para exercer suas atividades rotineiras. É importante destacar, ainda, que o tráfico de meninas, jovens e mulheres, para fins de exploração sexual comercial, é um fenômeno em expansão. Segundo a Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil, coordenada pelo Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescente (CECRIA) em 2002, as questões de gênero e raça permeiam o tráfico de seres humanos, uma vez que as mulheres e adolescentes afro-descendentes, com idade entre 15 e 25 anos, predominam no tráfico para fins sexuais. A pesquisa mostra que, das 131 rotas internacionais, 102 lidam com tráfico de mulheres, 60 são utilizadas para transportar "somente mulheres" e, das 78 rotas interestaduais, 62 envolvem adolescentes. As mulheres adultas são preferencialmente traficadas para outros países. Portanto, o combate ao tráfico de meninas, jovens e adolescentes faz-se necessário, a partir da formulação de políticas públicas e da construção de estratégias de enfrentamento, atenção e atendimento às vítimas do tráfico.</p>
<b>Objetivo</b>
Prevenir e enfrentar, sistematicamente, as diferentes formas de violência contra as mulheres e promover o atendimento integral, humanizado e de qualidade àquelas em situação de violência ou risco, transmitindo atitudes e valores igualitários em prol da construção de uma cultura de paz
<b>Público Alvo</b>
Mulheres, efetiva ou potencialmente, sujeitas a situações de violência
<b>Estratégia de Implementação</b>
<p>1 - Articulação com órgãos governamentais para a formulação e execução de políticas: i) de enfrentamento da violência doméstica e sexual contra meninas e mulheres na perspectiva de construção de uma rede integrada de serviços; e ii) de garantia dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão ; 2 - Fomento à criação de serviços especializados de atendimento à mulher em situação de violência; 3 - Capacitação e qualificação de profissionais da rede de atendimento à mulher vítima de violência; 4 - Monitoramento e avaliação das políticas de combate à violência, em especial da Lei Maria da Penha.</p> <p>Forma de Execução: direta e descentralizada</p> <p>Forma de Implementação: efetivação de parcerias órgãos públicos, nas três esferas de governo, e com entidades privadas sem fins lucrativos.</p> <p>Mecanismos utilizados no monitoramento: Observatório da Lei Maria da Penha, Relatórios produzidos pelas instituições parceiras (a exemplo, a Pesquisa Organizacional das DEAM's, produzida pela Senasp); Relatórios de acompanhamento do Ligue 180; Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano; Sistema de Acompanhamento do PNPM e SIGPLAN.</p>
Fonte: Sigplan/SPI/MPOG

## 2.6.1.2 Indicadores de desempenho do Programa 0156

Indicador: **Proporção de Denúncias de Violência Física na Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180**  
Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre o número de denúncias de violência física e o total de denúncias de violência recebidas pelo Ligue 180  
Índice Previsto para 2009: 70,000  
**Índice Apurado: 53,900**  
Comentário:

Indicador: **Evolução do Número de Atendimentos da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180**  
Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre número de atendimentos ao final de cada ano e número de atendimentos efetuados no ano imediatamente anterior  
Índice Previsto para 2009: 5,000  
**Índice Apurado: 48,000**  
Comentário:

Indicador: **Evolução do Número de Profissionais da Rede Atendimento à Mulher Vítima de Violência Capacitados**  
Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre número de profissionais capacitados ao final de cada ano e número de profissionais capacitados no ano imediatamente anterior  
Índice Previsto para 2009: 25,000  
**Índice Apurado: 27,000**  
Comentário:

Indicador: **Evolução do Número de Registros de Ocorrência nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher**  
Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre número de registros de ocorrência ao final de cada ano e número de registros efetuados no ano imediatamente anterior  
Índice Previsto para 2009: 10,000  
**Índice Apurado: -19,300**  
Comentário: O último dado disponibilizado pela Senasp/MJ refere-se ao ano de 2006, quando foram registradas 316.959 ocorrências nas DEAMS. Para 2005 esse número foi de 392.784

Indicador: **Evolução do Número de Serviços Especializados de Atendimento à Mulher**  
Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre número de registros de ocorrência ao final de cada ano e número de registros efetuados no ano imediatamente anterior  
Índice Previsto para 2009: 20,000  
**Índice Apurado: 23,300**  
Comentário: Existem hoje 926 serviços especializados de atendimento às mulheres, entre casas-abrigo, centros de referência, DEAMS, Juizados ou Varas Adaptadas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Núcleos de atendimento especializados nas defensorias públicas, núcleos de ministérios públicos estaduais especializados em violência ou promotorias especializadas, núcleos de enfrentamento ao tráfico de pessoas e serviços de responsabilização do agressor.

Indicador: **Proporção de Atendimentos na Ouvidoria da SPM relacionados à Violência Doméstica e Sexual**  
Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre o número de atendimentos relacionados à violência doméstica e sexual e o total de atendimentos da Ouvidoria  
Índice Previsto para 2009: 20,000  
**Índice Apurado: 0,000**  
Comentário: Esse indicador não pôde ser calculado, pois a Ouvidoria não tem sistematizado seus atendimentos segundo esse critério.

Indicador: **Proporção de Denúncias de Violência Psicológica na Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180**  
Fórmula de Cálculo: Relação entre o número de denúncias de violência psicológica e o total de denúncias de violência recebidas pelo Ligue 180  
Índice Previsto para 2009: 25,000  
**Índice Apurado: 33,160**  
Comentário:

Indicador: **Proporção de Denúncias de Violência Sexual na Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180**  
Fórmula de Cálculo: Relação entre o número de denúncias de violência sexual e o total de denúncias de violência recebidas pelo Ligue 180  
Índice Previsto para 2009: 5,000  
**Índice Apurado: 1,410**  
Comentário:

Fonte: SIGPLAN/SPI/MPOG

## 2.6.1.3 Principais Ações do Programa 0156

Número de Ações 6

**Ações Orçamentárias** - Fonte: Cadastro de Ações 2009/SOF/MPOG

**10UJ0000 - Implantação do Sistema Nacional de Informações sobre a Violência contra a Mulher**

Produto: Sistema implantado      Unidade de Medida: % de execução física      UO: 20122 SEPM

**Finalidade**

Construir um banco de dados e informações sobre a violência contra a mulher, atuando de forma direta na definição de indicadores de violência e da rede de atendimento às mulheres, e contribuir sistematicamente para o monitoramento da atuação dos serviços existentes.

**Descrição**

Construção de sistema de informações sobre a violência contra a mulher e os serviços de atendimento às mulheres.

**Unidade Administrativa Responsável**

Subsecretaria de Monitoramento de Programas e Ações Temáticas

**Implementação da Ação Tipo** Direta

A ação é executada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça, e o Ministério da Saúde, conforme determina a Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 07/08/06).

**Base Legal da Ação**

Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006, que coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher.



Programa	0156 Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres					
Função	14 DIREITOS DA CIDADANIA					
Subfunção	126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO					
Ação -10UJ	IMPLANTACAO DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMACOES SOBRE AVIOLENCIA CONTRA A MULHER					
	Produto: Sistema Implantado	Previsto	40	Realizado	0	
		<b>Dotação atualizada</b>	<b>Despesas Executadas</b>	<b>Despesas Liquidadas</b>	<b>Valores Pagos</b>	<b>RP não-Processados a Pagar</b>
10UJ0001	- NACIONAL	1.000.000	835.710	508.243	507.921	1.544
<b>Comentários Gerais</b>	Nesta ação, foi apoiado a realização do módulo de gestão de políticas de gênero da Pesquisa de Informações Básicas Municipais, por meio da qual será possível levantar os serviços especializados no atendimento às mulheres em situação de violência existentes no país e, assim, subsidiar a construção do Sistema Nacional de Informações sobre Violência contra a Mulher.					

Fonte: Produto e Comentários: SIGPLAN/SPI/MPOG e Dados Financeiros: SIAFI/STN/MF

**Ações Orçamentárias** - Fonte: Cadastro de Ações 2009/SOF/MPOG

### 68120000 - Capacitação de Profissionais para Atendimento a Mulheres em Situação de Violência

Produto: Pessoa capacitada Unidade de Medida: unidade UO: 20122 SEPM

#### Finalidade

Oferecer um atendimento integral, articulado e humanizado às mulheres em situação de violência, por meio da construção de novas atitudes nos (as) profissionais.

#### Descrição

Realização de cursos, seminários, oficinas e outros eventos de capacitação dos profissionais das áreas de segurança pública, saúde, justiça, educação, trabalho e assistência social nas questões de gênero, prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres e combate ao tráfico internacional de meninas, jovens e mulheres.

#### Unidade Administrativa Responsável

Subsecretaria de Monitoramento de Programas e Ações Temáticas

#### Implementação da Ação Tipo

A ação será executada diretamente, por meio de parcerias com órgãos públicos, nas três esferas de governo, e de convênios com entidades privadas sem fins lucrativos.

#### Base Legal da Ação

Lei 10.683, de 23 de maio de 2003, que cria a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Decreto 5.390, de 8 de março de 2005, que institui o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006, que coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Programa	0156 Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres					
Função	14 DIREITOS DA CIDADANIA					
Subfunção	128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS					
6812	CAPACITACAO DE PROFISSIONAIS PARA ATENDIMENTO A MULHERES EM SITUACAO DE VIOLENCIA					
	Produto: Pessoa Capacitada	Previsto	13.000	Realizado	4.410	
		<b>Dotação atualizada</b>	<b>Despesas Executadas</b>	<b>Despesas Liquidadas</b>	<b>Valores Pagos</b>	<b>RP não-Processados a Pagar</b>
68120001	- NACIONAL	2.600.000	2.600.000	404.660	404.660	976.185
<b>Comentários Gerais</b>	O R\$ 2.600.000,00 autorizados na LOA 2009 para esta ação foram liberados integralmente para movimentação e empenho. Nesta ação foram apoiados 20 projetos para capacitação de 4.410 profissionais da rede de atendimento das mulheres em situação de violência no âmbito do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres. Alguns fatores devem ser ressaltados para explicar o cumprimento parcial da meta prevista: i) o fato de trabalharmos por demanda, o que não nos permite construir metas perfeitamente adequadas, pois os valores dos projetos são diversos; ii) o fato de parte do planejamento desta ação ter sido contemplado: nas ações 2C52 e 8932 do programa 0156 (4.241 e 5.460, respectivamente), pois os projetos dos estados no Pacto Nacional, muitas vezes, compreenderam apoio a serviços especializados, capacitação de profissionais e/ou apoio a iniciativas de prevenção à violência; e na ação 8834 do programa 1433, que tem por finalidade apoiar projetos de todas áreas estratégicas do II PNPM, inclusive o enfrentamento à violência contra as mulheres. O número de profissionais capacitados nas quatro ações (2C52, 6812, 8932 e 8834) totaliza 14.731.					

**Ações Orçamentárias**

### 2C520000 - Ampliação e Consolidação da Rede de Serviços Especializados de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência

Produto: Serviço apoiado Unidade de Medida: unidade UO: 20122 SEPM

Produto: Serviço apoiado Unidade de Medida: unidade UO: 30907 FUNPEN

#### Finalidade

Assegurar um atendimento adequado, humanizado, integrado, multissetorial e em rede às mulheres em situação de violência de gênero nos serviços públicos especializados.

#### Descrição

Assessoria técnica e financeira a estados e municípios em regime de contrapartida, por meio da criação, implementação e aperfeiçoamento de serviços especializados de atendimento à mulher, para: i) prevenir, punir e erradicar a violência contra as mulheres; e ii) combater o tráfico

internacional de mulheres, jovens e meninas. Articulação com os poderes públicos para a constituição das redes de atendimento à mulher em situação de violência, envolvendo principalmente as ouvidorias e os serviços de assistência social, saúde, educação, segurança, trabalho, justiça e habitação. Realização de eventos para discussão desta temática junto aos profissionais dos serviços e à sociedade em geral.

Programa	0156 Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres					
Função	14 DIREITOS DA CIDADANIA					
Subfunção	422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS					
2C52	AMPLIACAO E CONSOLIDACAO DA REDE DE SERVICOS ESPECIALIZADOS DE ATENDIMENTO AS MULHERES EM SITUACAO DE VIOLENCIA					
		<b>Dotação atualizada</b>	<b>Despesas Executadas</b>	<b>Despesas Liquidadas</b>	<b>Valores Pagos</b>	<b>RP Ñ –Proc/ E PROC a Pagar</b>
2C520001	- NACIONAL	26.662.000	26.570.518	4.570.231	4.228.370	1.086.505
2C520014	- NO ESTADO DE RORAIMA (2008)					50.000
2C520035	- NO ESTADO DE SAO PAULO	700.000	648.913			
2C520052	- NO ESTADO DE GOIAS	200.000	200.000			
2C520066	- NO MUNICIPIO DE JACAREI - SP	200.000	200.000			
2C520068	- CONSTRUCAO DO CENTRO DE REFERENCIA DA MULHER - SAOJOAO DE MERITI - RJ	200.000				
2C520070	- NO MUNICIPIO DE RIO BONITO - RJ	100.000				
2C520072	- MISSAO KADOSH - NO ESTADO DE RONDONIA	250.000	250.000			
2C520074	- IMPLANTACAO DO CENTRO INTEGRADO DA MULHER - ITATIAIA - RJ	200.000	117.152			
	<b>Soma</b>	<b>28.512.000</b>	<b>27.986.584</b>	<b>4.570.231</b>	<b>4.228.370</b>	<b>1.136.505</b>
<b>Comentários Gerais</b>	2C520001 - NACIONAL <b>Produto:</b> Serviço Apoiado <b>Previsto</b> 154 <b>Realizado</b> 247					
	Dos R\$ 26.662.000,00 autorizados na LOA 2009 para esta ação, foram liberados para movimentação e empenho R\$ 26.611.997,95, representando 99,8% do autorizado. A execução física desta ação foi de 160,39%, superando a meta estabelecida, pois foram apoiados projetos para construção/reforma/reaparelhamento de 247 serviços da rede de atendimento nas cinco regiões do país, no âmbito do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres (7 Casas Abrigo, 122 Centros de Referências, 8 Defensorias da Mulher/Núcleos Especializados nas Defensorias Públicas, 81 Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres/Núcleos nas Delegacias, 3 Juizados/Varas Especializadas de Violência Doméstica contra a Mulher, entre outros serviços especializados). Cabe destacar que 6 serviços especializados foram apoiados pela SPM por meio de projetos contemplados na ação 8932, pois os projetos dos estados no Pacto Nacional, muitas vezes, compreenderam apoio a serviços especializados, capacitação de profissionais e/ou apoio a iniciativas de prevenção à violência.					
<b>Comentários Gerais</b>	2C520035 - NO ESTADO DE SAO PAULO <b>Produto:</b> Serviço Apoiado <b>Previsto</b> 5 <b>Realizado</b> 2					
	Nesta ação, foram apoiados 2 projetos para implantação e aparelhamento de 2 Centros de Referência de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e 1 projeto de capacitação de 200 profissionais da Rede de Atendimento.					
<b>Comentários Gerais</b>	2C520052 - NO ESTADO DE GOIÁS <b>Produto:</b> Serviço Apoiado <b>Previsto</b> 1 <b>Realizado</b> 0					
<b>Comentários Gerais</b>	2C520066 - NO MUNICIPIO DE JACAREI - SP <b>Produto:</b> Serviço Apoiado <b>Previsto</b> 1 <b>Realizado</b> 1					
	Nesta ação, foi apoiado 1 projeto para construção de um Centro de Referência de Atendimento das Mulheres em Situação de Violência.					
<b>Comentários Gerais</b>	2C520068 - CONSTRUCAO DO CENTRO DE REFERENCIA DA MULHER - SAOJOAO DE MERITI - RJ <b>Produto:</b> Serviço Apoiado <b>Previsto</b> 1 <b>Realizado</b> 0					
<b>Comentários Gerais</b>	2C520070 - NO MUNICIPIO DE RIO BONITO - RJ <b>Produto:</b> Serviço Apoiado <b>Previsto</b> 1 <b>Realizado</b> 0					
<b>Comentários Gerais</b>	2C520072 - MISSAO KADOSH - NO ESTADO DE RONDONIA <b>Produto:</b> Serviço Apoiado <b>Previsto</b> 1 <b>Realizado</b> 1					
	Nesta ação, foi apoiado 1 serviço para a realização de uma campanha sobre a Lei Maria da Penha no estado de Rondônia.					
<b>Comentários Gerais</b>	2C520074 - IMPLANTACAO DO CENTRO INTEGRADO DA MULHER - ITATIAIA - RJ <b>Produto:</b> Serviço Apoiado <b>Previsto</b> 1 <b>Realizado</b> 0					
	Nesta ação, foi apoiado 1 projeto para implantação de um Centro de Referência de Atendimento das Mulheres em Situação de Violência.					

<b>Comentários Gerais</b>	2C520070 - NO MUNICIPIO DE RIO BONITO - RJ <b>Produto:</b> Serviço Apoiado <b>Previsto 1 Realizado 0</b>
	Nesta ação, foi apoiado 1 projeto para construção de um Centro de Referência de Atendimento das Mulheres em Situação de Violência.

#### Ações Orçamentárias

#### 88310000 - Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180

**Produto:** Atendimento realizado **Unidade de Medida:** unidade **UO:** 20122 SEPM

##### Finalidade

Prestar atendimento às mulheres vítimas de violência, informando-as sobre os seus direitos, os encaminhamentos a serem adotados e os serviços disponíveis e adequados a cada caso de violência doméstica.

##### Descrição

Garantia de atendimento às mulheres vítimas de violência na Central de Atendimento de modo contínuo - 24 horas por dia e 7 dias na semana; produção de informações sobre os atendimentos realizados como subsídio para o aperfeiçoamento e/ou formulação de políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher; produção de estudos a partir dos dados coletados neste serviço; realização de eventos para discussões sobre o tema.

##### Unidade Administrativa Responsável

Subsecretaria de Monitoramento de Programas e Ações Temáticas

##### Implementação da Ação Tipo Direta

A ação será executada diretamente pela SPM.

##### Base Legal da Ação

Lei 10.683, de 23 de maio de 2003, que cria a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Decreto 5.390, de 8 de março de 2005, que institui o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006, que coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Programa	0156 Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres					
Função	14 DIREITOS DA CIDADANIA					
Subfunção	422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS					
8831	CENTRAL DE ATENDIMENTO A MULHER - LIGUE 180					
	Produto: Atendimento Realizado	Previsto	240.000	Realizado	401.729	
		<b>Dotação atualizada</b>	<b>Despesas Executadas</b>	<b>Despesas Liquidadas</b>	<b>Valores Pagos</b>	<b>RP não-Processados a Pagar</b>
88310001	NACIONAL	2.000.000	1.998.939	1.543.870	1.543.870	0
<b>Comentários Gerais</b>	A Central de Atendimento à Mulher, serviço ofertado pelo Governo para receber denúncias e relatos de violência contra a mulher, orientar as mulheres sobre seus direitos e encaminhá-las para os serviços da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, completou 4 anos de existência, em 2009. Nesse ano, foram prestados por meio da Central 401.729 atendimentos a mulheres de todo o País, o que representa um aumento de 48% em relação a 2008. O aumento no número de atendimentos realizados a partir de novembro se deve especialmente à Campanha “Uma vida sem violência é um direito de todas as mulheres” que incentivou às mulheres vítimas de violência a ligarem para a Central. Quando se compara 2006 e 2009, o aumento foi de 1.824%, uma vez que foram registrados cerca de 940 mil atendimentos neste período. É importante destacar que esse grande aumento se deve à mencionada Lei Maria da Penha, ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e às melhorias tecnológicas e capacitação de atendentes. O perfil geral dos relatos de violência recebidos pela Central revela que 53,9% foram de violência física e 42,1% de violência psicológica; 92,8% das denúncias são feitas pela própria vítima; 74,3% das vítimas sofrem crimes de lesão corporal leve e ameaça; 43,6 % dos agressores são os cônjuges das vítimas; 78,2% das vítimas possuem entre 0 e 2 filhos; 70% das vítimas sofrem as agressões diariamente; 41,3% dos agressores não fazem uso de substâncias entorpecentes ou álcool; 36% das vítimas se percebem em risco de morte.					

#### Ações Orçamentárias

#### 88330000 - Apoio a Iniciativas de Fortalecimento dos Direitos Humanos das Mulheres em Situação de Prisão

**Produto:** Iniciativa apoiada **Unidade de Medida:** unidade **UO:** 20122 SEPM

##### Finalidade

Contribuir para a garantia dos Direitos Humanos das Mulheres em situação de prisão, especialmente no que diz respeito à eliminação da violência institucional e ao exercício de sua sexualidade, bem como de seus direitos reprodutivos.

##### Descrição

Apoio técnico e financeiro a projetos que contribuam para assegurar os direitos humanos e sociais das mulheres presas nas mais diversas áreas; realização de cursos, oficinas, seminários e outros eventos que subsidiem a intervenção governamental nesta área; articulação com organizações governamentais e não-governamentais para garantia dos direitos humanos das mulheres junto aos poderes Executivo e Judiciário.

##### Unidade Administrativa Responsável

Subsecretaria de Monitoramento de Programas e Ações Temáticas

##### Implementação da Ação Tipo Direta e Descentralizada

A ação será executada diretamente, por meio de parcerias com órgãos públicos, nas três esferas de governo, e de convênios com entidades privadas sem fins lucrativos.

##### Base Legal da Ação

Lei 10.683, de 23 de maio de 2003, que cria a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006, que coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher.; Decreto de 25 de maio de 2007, que institui o Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de elaborar propostas para a reorganização e reformulação do Sistema Prisional Feminino.

Programa	0156 Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres					
Função	14 DIREITOS DA CIDADANIA					
Subfunção	422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS					
8833	APOIO A INICIATIVAS DE FORTALECIMENTO DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE PRISÃO					
	Produto: Iniciativa Apoiada	Previsto	10	Realizado	2	
		<b>Dotação atualizada</b>	<b>Despesas Executadas</b>	<b>Despesas Liquidadas</b>	<b>Valores Pagos</b>	<b>RP não-Processados a Pagar</b>
88330001	- NACIONAL	500.000	483.604	200.767	143.810	0
<b>Comentários Gerais</b>	Dos R\$ 500.000,00 autorizados na LOA 2009 para esta ação, foram liberados para movimentação e empenho R\$ 484.037,25, representando 96,8% do autorizado. A execução física desta ação foi de apenas 20%, devido ao fato de trabalharmos por demanda, o que não nos permite construir metas perfeitamente adequadas, já os valores dos projetos apoiados são diversos. Foram apoiados 2 projetos, sendo um para implementação de um Curso de Formação em Direitos Humanos e Cidadania para mulheres em situação de prisão e outro para aparelhamento de 2 Casas Abrigo que atendem mulheres em situação e capacitação dos seus profissionais.					

#### Ações Orçamentárias

### 89320000 - Apoio a Iniciativas de Prevenção à Violência contra as Mulheres

Produto: Iniciativa apoiada Unidade de Medida: unidade UO: 20122 SEPM

#### Finalidade

Sensibilizar e conscientizar a sociedade na perspectiva de uma nova cultura das relações humanas, visando à prevenção e erradicação da violência contra as mulheres.

#### Descrição

Apoio técnico e financeiro a ações e projetos educativos e culturais visando à prevenção da violência contra a mulher.

#### Unidade Administrativa Responsável

Subsecretaria de Monitoramento de Programas e Ações Temáticas

#### Implementação da Ação Tipo

Direta e Descentralizada

Celebração de convênios para apoio a projetos de prevenção da violência contra as mulheres. Ações educativas e de sensibilização em escolas e em locais de trabalho, produção de material.

#### Base Legal da Ação

Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, art. 22, que define a competência da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

Programa	0156 Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres					
Função	14 DIREITOS DA CIDADANIA					
Subfunção	422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS					
8932	APOIO A INICIATIVAS DE PREVENÇÃO A VIOLENCIA CONTRA ASMULHERES					
	Produto: Iniciativa Apoiada	Previsto	10	Realizado	2	
		<b>Dotação atualizada</b>	<b>Despesas Executadas</b>	<b>Despesas Liquidadas</b>	<b>Valores Pagos</b>	<b>RP não-Processados a Pagar</b>
89320001	- NACIONAL	4.282.000	4.281.397	1.817.591	1.817.591	442.480
89320016	- NO ESTADO DO AMAPA	200.000	200.000			
89320032	- NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	215.000	172.000			
89320041	- NO ESTADO DO PARANÁ (RAP)					50.000
89320060	- CASA ISABEL - SAO PAULO - SP	300.000	300.000			
89320062	- SOCIEDADE EDUCACIONAL E ACAO COMUNITARIA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	100.000	92.000			
89320064	- MOVIMENTO D'ELLAS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	100.000	100.000	80.000	80.000	
89320066	- CEDOICOM - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	100.000	100.000	52.000	52.000	
	<b>Soma</b>	<b>5.297.000</b>	<b>5.245.397</b>	<b>1.949.591</b>	<b>1.949.591</b>	<b>492.479</b>
<b>Comentários Gerais</b>	89320001 - NACIONAL <b>Produto: Iniciativa Apoiada Previsto 39 Realizado 32</b>					
	Dos R\$ 4.282.000,00 autorizados na LOA 2009 para esta ação, foram liberados para movimentação e empenho R\$ 4.281.397,36, representando quase 100% do autorizado. Foram apoiados 32 projetos para realização de ações educativas e culturais pelo fim da violência contra as mulheres. A meta física não foi alcançada devido ao fato de trabalharmos por demanda no apoio a projetos, o que não nos permite construir metas perfeitamente adequadas, pois os valores dos projetos são diversos.					
<b>Comentários Gerais</b>	2C520016 - NO ESTADO DO AMAPA <b>Produto: Iniciativa Apoiada Previsto 1 Realizado 1</b>					
	Nesta ação, foi apoiado 1 projeto para realização de marchas pelo enfrentamento à violência contra a mulher no estado do Amapá					

<b>Comentários Gerais</b>	2C520032 - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO <b>Produto:</b> Iniciativa Apoiada <b>Previsto 2 Realizado 1</b>
	Nesta ação, foi apoiado 1 projeto para realização de documentário, seminários e oficinas para capacitação de mulheres camponesas sobre o enfrentamento à violência de gênero.
<b>Comentários Gerais</b>	2C520060 - CASA ISABEL - SAO PAULO - SP <b>Produto:</b> Iniciativa Apoiada <b>Previsto 1 Realizado 1</b>
	Nesta ação, foi apoiado 1 projeto para realizações de ações educativas e culturais pelo fim da violência contra as mulheres.
<b>Comentários Gerais</b>	2C520062 - SOCIEDADE EDUCACIONAL E ACAA COMUNITARIA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO <b>Produto:</b> Iniciativa Apoiada <b>Previsto 1 Realizado 1</b>
	Nesta ação, foi apoiado 1 projeto para realização de campanha, seminários, palestra sobre a Lei Maria da Penha e o enfrentamento à violência contra as mulheres no Rio de Janeiro.
<b>Comentários Gerais</b>	2C520064 - MOVIMENTO D´ELLAS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO <b>Produto:</b> Iniciativa Apoiada <b>Previsto 1 Realizado 1</b>
	Nesta ação, foi apoiado 1 projeto para realização de campanha e um encontro sobre o enfrentamento da violência, racismo, machismo, homofobia direcionada principalmente às mulheres na cidade do Rio de Janeiro, contribuindo para a efetivação dos direitos humanos das mulheres homoafetivas.
<b>Comentários Gerais</b>	2C520066 - CEDOICOM - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO <b>Produto:</b> Iniciativa Apoiada <b>Previsto 1 Realizado 1</b>
	Nesta ação, foi apoiado 1 projeto para capacitação de 200 mulheres e adolescentes para atuarem em ações de prevenção à violência contra as mulheres e meninas nas suas comunidades e realização da Campanha dos 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

## 2.6.2 Programa: 1433 - Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres

### 2.6.2.1 Dados Gerais do Programa 1433

#### Objetivo de Governo

Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos

#### Objetivo Setorial

Contribuir para o pleno exercício da cidadania e para a garantia do acesso das mulheres aos direitos sociais e econômicos, visando à redução das desigualdades e discriminações na perspectiva de gênero

#### Órgão

20122 - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

#### Tipo de Programa

Finalístico

#### Justificativa

As mulheres, ao longo das últimas décadas, vêm se inserindo, cada vez mais, nos diferentes espaços da vida social. Já são maioria nos bancos escolares e sua participação no mercado de trabalho é também crescente. A população feminina já é, hoje, mais escolarizada do que a masculina e também apresenta taxas de analfabetismo inferiores: em 2005, 10,8% das mulheres com 15 anos ou mais eram analfabetas e 23% consideradas analfabetas funcionais. Entre os homens, esses percentuais eram de 11,3% e 24,1%, respectivamente. Este quadro tende a se inverter, contudo, quando examinada a população com 40 anos ou mais de idade, que apresenta os maiores níveis de analfabetismo. Como muitas mulheres dessas gerações não tiveram oportunidade de estudar quando jovens, as taxas de analfabetismo feminino superam as masculinas nessas faixas etárias. A maior presença de mulheres exercendo atividades produtivas no espaço público e um nível de escolaridade superior ao masculino não foram capazes, porém, de reverter importantes desigualdades verificadas na esfera do trabalho. Assim, a decisão de ingressar no mercado de trabalho não é concretizada na mesma intensidade para os trabalhadores dos dois sexos. Com efeito, enquanto a taxa de desemprego masculina foi de 6,9%, em 2005, a feminina atingiu 12%, o que representa um contingente de mais de 1,2 milhão de mulheres desempregadas em comparação aos homens. Uma vez que consigam empregar-se no mercado de trabalho, as mulheres concentram-se em espaços bastante diferentes daqueles ocupados pelos trabalhadores do sexo masculino. São, em proporção maior que os homens, empregadas domésticas, trabalhadoras na produção para o próprio consumo, não-remuneradas e servidoras públicas. A ainda persistente divisão sexual dos trabalhos leva a que mulheres tenham uma sobrecarga com as obrigações relativas ao trabalho doméstico, de cuidado com a casa e com os filhos: enquanto 92% das mulheres ocupadas dedicam-se aos afazeres domésticos, uma parcela bastante inferior dos homens (51,6%) encontra-se na mesma situação. A intensidade com que se dedicam a esses afazeres também é diferenciada: as mulheres gastam algo em torno de 25 horas semanais cuidando de suas casas e de seus familiares, enquanto os homens que executam estas tarefas gastam menos de 10 horas por semana. Estas diferenças na forma de inserção no mercado de trabalho, aliadas à existência de mecanismos discriminatórios e preconceitos baseados em estereótipos tais como o de incapacidade feminina para a liderança, fazem com que a remuneração mensal de mulheres seja inferior à verificada para homens. Em 2005, as mulheres ocupadas ganhavam, em média, 71% do rendimento auferido pela população masculina (R\$617 frente a R\$870). No entanto, é importante destacar que essa defasagem vem se reduzindo sensivelmente ao longo dos anos. No que se refere às condições de saúde, cabe destacar a feminização da epidemia de Aids. De fato, a falta de proteção nas relações sexuais tem levado a um aumento expressivo nos casos de contágio por HIV entre as mulheres. No início da epidemia, a proporção era de 16 casos de Aids em homens para cada 1 caso verificado em mulheres.

Atualmente, essa razão já é de 1,5, o que indica um crescimento persistente e proporcionalmente mais intenso no contágio feminino. Já no campo da mortalidade materna, é importante mencionar que a morte de mulheres em decorrência de complicações no parto é ainda bastante elevada, o que é resultado das precárias condições socioeconômicas, do baixo grau de informação e escolaridade e das dificuldades de acesso a serviços de qualidade, entre outros. Nas capitais brasileiras, a mortalidade materna atingiu 73 óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos, enquanto nos países desenvolvidos essa taxa oscila entre 6 a 20 óbitos. Em aproximadamente 92% dos casos, estas mortes poderiam ser evitadas, pois são causadas pela hipertensão arterial, hemorragias, infecção puerperal e aborto, todas evitáveis. Mesmo que ainda em patamares bastante elevados, a mortalidade materna tem diminuído ao longo dos anos, o que pode ser resultado, entre outros fatores, de uma melhoria na qualidade obstétrica e do planejamento familiar. Outro espaço no qual as desigualdades de gênero e a herança patriarcal da sociedade se manifestam é o da participação política. Por mais que tenham conquistado espaço no mundo do trabalho e apresentem níveis educacionais superiores aos masculinos, as mulheres ainda ocupam menos de 9% das cadeiras na Câmara dos Deputados e 12% no Senado Federal. Na esfera estadual, a situação se repete: em 2006, foram eleitas apenas 123 deputadas estaduais/distritais, o que equivale a 11,6% do total de cadeiras no país, e três governadoras (11%). No poder municipal, as mulheres eleitas, em 2004, para as Câmaras Legislativas representaram 12,6% do total de vereadores, ao passo que para o executivo local apenas 404 mulheres (ou 7,3% do total) conquistaram a prefeitura. Este fato se repete em todos os espaços de poder e decisão dentro e fora da esfera governamental. Diante desse quadro, faz-se necessário assegurar que os diferentes setores da administração pública desenvolvam ações que incorporem a perspectiva de gênero e garantam o pleno exercício dos direitos sociais das mulheres. Isso exige, portanto, uma intervenção pública de caráter transversal e que tenha um olhar específico para as necessidades femininas, de modo a desenvolver políticas que de fato consigam atendê-las. A neutralidade das políticas sociais em relação a gênero e a cultura vertical e fragmentada da atuação pública são, ainda hoje, a regra que domina o cenário brasileiro e que dificulta a real transversalidade de gênero. A incorporação das questões de gênero nas políticas públicas tornou-se uma estratégia mundial para a garantia e promoção da igualdade de gênero a partir da 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada pelas Nações Unidas, em Beijíng, 1995. Nessa Conferência, os chefes de Estado e de governo presentes, inclusive o Brasil, comprometeram-se a adotar e levar adiante uma estratégia de internalização da igualdade de gênero nas políticas públicas e avaliar, regularmente, o impacto das políticas implementadas sob esse prisma, no que se refere à igualdade de gênero. No caso das políticas brasileiras, a transversalização da perspectiva de gênero nunca havia sido assumida como compromisso governamental e, portanto, nunca havia tido força política para se consolidar entre os ministérios e órgãos governamentais, de modo a estar presente desde o processo de elaboração até o processo de avaliação das políticas. Em 2003, a questão é apresentada de maneira explícita como um objetivo de governo e com a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. É como consequência desse processo, e como seu maior exemplo, que o governo federal lançou, por intermédio da SPM, em dezembro de 2004, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM). Dar efetividade a esse processo é o desafio que se apresenta ao governo federal como condição indispensável para a promoção da igualdade de gênero e a autonomia das mulheres.

#### Objetivo

Reduzir as desigualdades entre homens e mulheres e promover uma cultura não-discriminatória por meio da incorporação da perspectiva de gênero na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas em todos os níveis de governo

#### Público Alvo

Mulheres

#### Estratégia de Implementação

1 - Articulação com órgãos governamentais nas três esferas federativas para a formulação e execução de políticas com a perspectiva de gênero; 2 - Fomento à criação de organismos de promoção e defesa dos direitos da mulher; 3 - Apoio a projetos de referência nas áreas cobertas pelo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Forma de Execução: direta e descentralizada

Forma de Implementação: efetivação de parcerias com representações de instituições públicas, organismos internacionais e entidades da sociedade civil.

Mecanismos utilizados no monitoramento: Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano; Sistema de Acompanhamento do PNPM e SIGPLAN.

## 2.6.2.2 Indicadores de desempenho do Programa 1433

Indicador: **Taxa de Cobertura Estadual dos Organismos de Políticas para as Mulheres**

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre número de estados com organismos de políticas para as mulheres e número total de estados no país

Índice Previsto para 2009: 92,600

**Índice Apurado: 88,900**

Comentário: 24 unidades da federação já possuem algum organismo de política para as mulheres no poder executivo

Indicador: **Taxa de Cobertura Municipal dos Organismos de Políticas para as Mulheres**

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre número de municípios com organismos de políticas para as mulheres e número total de municípios

Índice Previsto para 2009: 3,400

**Índice Apurado: 4,960**

Comentário: Já existem hoje 276 organismos municipais de políticas para mulheres no poder executivo.

Indicador: **Evolução do Número de Organizações Certificadas com o Selo Pró-Equidade de Gênero**

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre número de organizações certificadas ao final de cada ano e número de organizações certificadas em 2006

Índice Previsto para 2009: 309,090

**Índice Apurado: 109,090**

Comentário: Em 2009 não houve certificação de empresas no Programa Pró-Equidade, uma vez que a segunda edição se encerrou em 2008 e 2009 foi o ano de lançamento da 3ª edição e adesão das empresas que estão desenvolvendo seus planos de ação. A certificação só ocorrerá em 2010.

Em 2006, foram certificadas 11 organizações e, em 2008, esse número alcançou 23, o que corresponde a um aumento de 109,09%.

Indicador: **Evolução do Número de Profissionais da Educação Formados em Conteúdos Não-Discriminatórios**

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre o número de professores/profissionais da educação formados ao final de cada ano e o número de professores/profissionais da educação formados no ano anterior

Índice Previsto para 2009: 12,000

**Índice Apurado: 0,000**

Comentário: Não é possível calcular o indicador, pois em 2008 não houve formação de profissionais, já que foi o ano de abertura do edital e conveniamento com as universidades. O resultado deste processo foi a formação, em 2009, de 13.340 profissionais.

Indicador: **Proporção de Atendimentos na Ouvidoria da SPM Relacionados aos Direitos Econômicos Sociais e Culturais**  
 Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre o número de atendimentos na Ouvidoria da SPM relacionados aos direitos econômicos, sociais e culturais e o número total de atendimentos na Ouvidoria.

Índice Previsto para 2009: 50,000

**Índice Apurado: 0,000**

Comentário: O indicador não pôde ser calculado, pois a Ouvidoria não tem sistematizado suas informações segundo esse critério.

Indicador: **Taxa de Cobertura Estadual dos Conselhos dos Direitos da Mulher**  
 Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre número de estados com Conselho dos Direitos da Mulher e número total de estados no país

Índice Previsto para 2009: 100,000

**Índice Apurado: 92,600**

Comentário: 25 das 27 UFs contam com conselho de direitos da mulher.

Indicador: **Taxa de Cobertura Municipal dos Conselhos dos Direitos da Mulher**  
 Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre número de municípios com Conselhos dos Direitos da Mulher e número total de municípios no país.

Índice Previsto para 2009: 4,400

**Índice Apurado: 7,600**

Comentário: 423 municípios do país contam com conselhos dos direitos da mulher.

## 2.6.2.3 Principais Ações do Programa 1433

Número de Ações 12  
 Ações Orçamentárias

### 88400000 - Funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)

Produto: Evento realizado Unidade de Medida: unidade UO: 20122 SEPM

#### Finalidade

Fortalecer a atuação do CNDM de forma autônoma e independente para efetivar o exercício da participação e do controle social.

#### Descrição

Apoio técnico e/ou financeiro para a atuação do CNDM no que diz respeito à: i) articulação com conselhos estaduais e municipais; ii) realização de eventos, seminários e outros encontros voltados para a deliberação e avaliação das condições de inserção das mulheres na sociedade e das políticas públicas a elas direcionadas.

#### Unidade Administrativa Responsável

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

#### Implementação da Ação Tipo Direta

A ação será desenvolvida diretamente pela SPM.

#### Base Legal da Ação

Lei 10.683, de 23 de maio de 2003, que cria a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Decreto 5.390, de 8 de março de 2005, que institui o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Programa	1433 - Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres					
Função	14 DIREITOS DA CIDADANIA					
Subfunção	122 ADMINISTRACAO GERAL					
8840	FUNCIONAMENTO DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER (CNDM)					
	Produto: Evento Realizado	Previsto	22	Realizado	5	
		Dotação atualizada	Despesas Executadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	RP não-Processados a Pagar
88400001	- NACIONAL	730.000	698.579	330.390	330.390	0
Comentários Gerais	Foram realizadas 5 reuniões ordinárias do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.					

Ações Orçamentárias

### 88360000 - Formação de Profissionais da Educação em Conteúdos Não Discriminatórios

Produto: Profissional formado Unidade de Medida: unidade UO: 20122 SEPM

#### Finalidade

Promover a formação inicial e continuada de profissionais da educação nas questões de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual.

#### Descrição

Desenvolvimento de ações e eventos de capacitação em gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual junto às instituições de ensino públicas e privadas.

#### Unidade Administrativa Responsável

Subsecretaria de Articulação Institucional

#### Implementação da Ação Tipo Direta e Descentralizada

Ação executada por meio de parcerias e convênios com o Ministério da Educação, SEPIIR, SEDH, outros entes governamentais, instituições de ensino públicas e privadas, British Council e ação direta da SPM.

#### Base Legal da Ação

Lei 10.683, de 23 de maio de 2003, que cria a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Decreto 5.390, de 08 de março de 2005, que aprova o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Programa	1433 - Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres					
Função	14 DIREITOS DA CIDADANIA					
Subfunção	128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS					
8836	FORMACAO DE PROFISSIONAIS DA EDUCACAO EM CONTEUDOS NAODISCRIMINATORIOS					
	Produto: Profissional Formado	Previsto	30.000	Realizado	13.340	
		<b>Dotação atualizada</b>	<b>Despesas Executadas</b>	<b>Despesas Liquidadas</b>	<b>Valores Pagos</b>	<b>RP não-Processados a Pagar</b>
88400001	- NACIONAL	1.150.000	1.149.960	912.860	912.860	109.528
<b>Comentários Gerais</b>	Os R\$ 1.150.000,00 autorizados na LOA 2009 foram liberados integralmente para movimentação e empenho. No âmbito do Programa Gênero e Diversidade na Escola, foram capacitados, em 2009, 13.340 profissionais da educação do sexto ao nono ano do ensino fundamental da rede pública nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual. O programa integra a Universidade Aberta do Brasil e representa uma importante ação no enfrentamento à violência contra as mulheres e à cultura de discriminação de gênero. A meta prevista para 2010 é de 15.500 profissionais da educação capacitados a partir dos cursos ofertados pelas 20 Universidades conveniadas em 2009. O cumprimento parcial da meta se deve ao fato de que o número de universidades que participam do Programa é conforme à demanda, o que dificulta o estabelecimento de metas adequadas. Além disso, a SPM desenvolveu o Curso de Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça: criado no segundo semestre de 2009, em parceria com o Unifem e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/UERJ), o curso pretende preparar gestores para intervir nos processo de concepção, elaboração, implantação, monitoramento e avaliação de programas e ações, a fim de assegurar a transversalidade e intersectorialidade de gênero e raça nas políticas públicas. O curso será realizado a partir de 2010, por meio de instituições de ensino superior, e abordará questões como o estudo de políticas promoção da igualdade, políticas públicas de gênero e raça, a trajetória da sociedade brasileira e do Estado Brasileiro, com destaque aos aspectos essenciais para o entendimento da realidade nacional e princípios de gestão pública. O público alvo são os servidores dos três níveis da administração pública, integrantes dos Conselhos dos Direitos da Mulher, dos Fóruns Intergovernamentais de Promoção da Igualdade Racial, dos Conselhos de Educação, dirigentes de organismos não governamentais ligados à temática de gênero e da igualdade étnico-racial, além de gestores das áreas de educação, saúde, trabalho, segurança e planejamento. Estima-se a adesão de mais de 22 universidades federais e estaduais, o que permitirá uma oferta de 10.000 vagas para 2010.					

#### Ações Orçamentárias

### 88340000 - Apoio a Iniciativas de Referência nos Eixos Temáticos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

**Produto:** Iniciativa apoiada      **Unidade de Medida:** unidade      **UO:** 20122 SEPM

#### Finalidade

Construir referências de intervenção governamental que incorporem a perspectiva de gênero e possam ser replicadas.

#### Descrição

Elaboração e apoio a projetos para: i) retratar a produção cultural feminina e a história das mulheres que contribuíram para a conquista de seus direitos e cidadania; ii) promover a autonomia econômica, a cultura, a educação e a saúde sexual e reprodutiva das mulheres; iii) promover a participação feminina nos espaços de poder.

#### Unidade Administrativa Responsável

Subsecretaria de Articulação Institucional

#### Implementação da Ação Tipo Direta e Descentralizada

Ação executada por meio de parcerias com entidades governamentais e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), por convênios e pela ação direta da SPM

#### Base Legal da Ação

Lei 10.683, de 23 de maio de 2003, que cria a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Decreto 5.390, de 08 de março de 2005, que aprova o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Programa	1433 - Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres					
Função	14 DIREITOS DA CIDADANIA					
Subfunção	422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS					
8834	APOIO A INICIATIVAS DE REFERENCIA NOS EIXOS TEMATICOS DO PLANO NACIONAL DE POLITICAS PARA AS MULHERES					
		<b>Dotação atualizada</b>	<b>Despesas Executadas</b>	<b>Despesas Liquidadas</b>	<b>Valores Pagos</b>	<b>RP não-Processados a Pagar</b>
88340001	- NACIONAL	9.900.000	9.892.736	3.102.852	3.002.852	2.742.615
88340017	- NO ESTADO DE TOCANTINS (RAP)					200.000
88340023	- NO ESTADO DO CEARA	1.000.000	1.000.000			
88340029	- NO ESTADO DA BAHIA	700.000	693.000			
88340033	- NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	600.000	500.000			
88340035	- NO ESTADO DE SAO PAULO	300.000				50.000



88340043	- NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	200.000	150.000			
88340056	- CAMPANHA DOS 16 DIAS DE ATIVISMO PELO FIM DA VIOLENCIA CONTRA AS MULHERES - NACIONAL	100.000				
88340058	- NO MUNICIPIO DE FORTALEZA - CE	200.000				
88340060	- NUCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA DA COMPLEXIDADE - SAO PAULO - SP	500.000	499.940	35.000	35.000	
88340062	- REDE MULHER DE EDUCACAO - NO ESTADO DE SAO PAULO	300.000	300.000			
88340064	- CONFEDERACAO DAS MULHERES DO BRASIL - SAO PAULO - SP	100.000	100.000			
<b>Soma</b>		<b>13.900.000</b>	<b>13.135.676</b>	<b>3.137.852</b>	<b>3.037.852</b>	<b>2.992.615</b>
<b>Comentários Gerais</b>	88340001 – NACIONAL <b>Produto:</b> Iniciativa Apoiada <b>Previsto 82 Realizado 28</b>					
	Os R\$ 9.900.000,00 autorizados na LOA 2009 foram liberados integralmente para movimentação e empenho. Foram apoiadas 28 iniciativas nos eixos temáticos do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, a saber: 18 no Capítulo 1 (autonomia das mulheres e igualdade no mundo do trabalho), 3 no Capítulo 4 (enfrentamento à violência), 1 no Capítulo 5 (participação nos espaços de poder e decisão), 5 no Capítulo 8 (Cultura, comunicação e mídia não discriminatórias), 1 no Capítulo 9 (enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia) e 1 no Capítulo 11 (Gestão e monitoramento do Plano). O cumprimento parcial da meta se deve ao fato do apoio ser realizado conforme à demanda, o que não nos permite construir metas perfeitamente adequadas, pois os valores dos projetos são diversos.					
<b>Comentários Gerais</b>	88340023 – NO ESTADO DO CEARA <b>Produto:</b> Iniciativa Apoiada <b>Previsto 1 Realizado 1</b>					
	Nesta ação, foi apoiado 1 projeto para capacitação de 936 mulheres para geração de renda.					
<b>Comentários Gerais</b>	88340029 - NO ESTADO DA BAHIA <b>Produto:</b> Iniciativa Apoiada <b>Previsto 10 Realizado 1</b>					
	Nesta ação, foi aprovado 1 projeto para divulgação do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres no estado da Bahia.					
<b>Comentários Gerais</b>	88340033 - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO <b>Produto:</b> Iniciativa Apoiada <b>Previsto 2 Realizado 1</b>					
	Nesta ação, foi apoiado 2 projetos para capacitação de 20 mulheres para geração de renda e 200 profissionais da rede de atendimento às mulheres em situação de violência.					
<b>Comentários Gerais</b>	88340035 - NO ESTADO DE SAO PAULO <b>Produto:</b> Iniciativa Apoiada <b>Previsto 4 Realizado 0</b>					
<b>Comentários Gerais</b>	88340043 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL <b>Produto:</b> Iniciativa Apoiada <b>Previsto 1 Realizado 1</b>					
	Nesta ação, foi apoiado 1 projeto para capacitação de 925 mulheres para geração de renda.					
<b>Comentários Gerais</b>	88340056 - CAMPANHA DOS 16 DIAS DE ATIVISMO PELO FIM DA VIOLENCIA CONTRA AS MULHERES - NACIONAL <b>Produto:</b> Iniciativa Apoiada <b>Previsto 1 Realizado 0</b>					
<b>Comentários Gerais</b>	88340058 - NO MUNICIPIO DE FORTALEZA - CE <b>Produto:</b> Iniciativa Apoiada <b>Previsto 1 Realizado 0</b>					
<b>Comentários Gerais</b>	88340060 - NUCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA DA COMPLEXIDADE - SAO PAULO - SP <b>Produto:</b> Iniciativa Apoiada <b>Previsto 1 Realizado 1</b>					
	Nesta ação, foi apoiado 1 projeto para realização de pesquisa sobre Sistema Prisional Feminino.					
<b>Comentários Gerais</b>	88340062 - REDE MULHER DE EDUCACAO - NO ESTADO DE SAO PAULO <b>Produto:</b> Iniciativa Apoiada <b>Previsto 1 Realizado 1</b>					
	Nesta ação, foi apoiado 1 projeto para realização de pesquisa sobre Sistema Prisional Feminino.					
<b>Comentários Gerais</b>	88340064 - CONFEDERACAO DAS MULHERES DO BRASIL - SAO PAULO - SP <b>Produto:</b> Iniciativa Apoiada <b>Previsto 1 Realizado 1</b>					
	Nesta ação, foi apoiado 1 projeto para realização de campanha sobre os direitos das mulheres à saúde no estado de São Paulo.					

#### Ações Orçamentárias

### 88350000 - Incorporação da Perspectiva de Gênero nas Políticas Educacionais e Culturais

**Produto:** Iniciativa implementada **Unidade de Medida:** unidade **UO:** 20122 SEPM

#### Finalidade

Qualificar o tratamento da temática de gênero nas políticas educacionais e ampliar o acesso aos bens e serviços ofertados.

#### Descrição

Articulação de ações, por meio da promoção de seminários, fóruns e parcerias institucionais, para i) ampliar a alfabetização de mulheres, jovens, adultas e/ou idosas, urbanas e rurais, contribuindo para a sua inclusão social; ii) estabelecer critérios não-discriminatórios de seleção e elaboração dos livros didáticos e paradidáticos; iii) revisar os parâmetros curriculares do sistema educacional brasileiro; e iv) valorizar a imagem da mulher na produção artística e cultural..

**Unidade Administrativa Responsável**

Subsecretaria de Articulação Institucional

**Implementação da Ação Tipo** Direta e Descentralizada

Ação executada por meio de parcerias com o Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Ministério da Cultura, Seppir, SEDH e outros órgãos governamentais, bem como pela ação direta da SPM

**Base Legal da Ação**

Lei 10.683, de 23 de maio de 2003, que cria a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Decreto 5.390, de 08 de março de 2005, que aprova o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

<b>Programa</b>		<b>1433 - Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres</b>					
<b>Função</b>	14	DIREITOS DA CIDADANIA					
<b>Subfunção</b>	422	DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS					
<b>8835</b>	INCORPORACAO DA PERSPECTIVA DE GENERO NAS POLITICAS EDUCACIONAIS E CULTURAI						
	Produto: Política Implementada		Previsto	5	Realizado	3	
			<b>Dotação atualizada</b>	<b>Despesas Executadas</b>	<b>Despesas Liquidadas</b>	<b>Valores Pagos</b>	<b>RP não-Processados a Pagar</b>
88350001	- NACIONAL		200.000	193.614	193.614	193.614	0
<b>Comentários Gerais</b>	<p>Dos R\$ 200.000,00 autorizados na LOA 2009, foram liberados para movimento e empenho R\$ 193.614,00, o que representa 96,8% do autorizado. Na área de educação, cabe destacar as seguintes iniciativas: i) lançamento da quinta edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, no âmbito do Programa Mulher e Ciência, cujos objetivos são estimular e fortalecer a pesquisa no campo dos estudos das relações de gênero, mulheres e feminismos. As grandes novidades desta edição são a diversificação das modalidades de participação universitária, para possibilitar condições iguais de concorrência, e a criação da categoria "Escola Promotora da Igualdade de Gênero". Escolas públicas e privadas concorrem com projetos e ações pedagógicas inovadoras na área de gênero, raça, etnia, sexualidade, geração e classe social. Esta edição recebeu um total de 3.000 trabalhos, sendo 2.385 na categoria Estudante do Ensino Médio; 179 na categoria Estudante de Graduação; 214 na categoria Graduado, Especialista e Estudante de Mestrado; 110 na categoria Mestre e Estudante de Doutorado. A premiação acontecerá em 2010, quando os vencedores receberão equipamentos de informática, prêmios em dinheiro e bolsas de iniciação científica ou de mestrado/doutorado, conforme a categoria; ii) realização do II Encontro Nacional – Pensando Gênero e Ciências, no âmbito do Programa Mulher e Ciência, que contou com a participação de mais de 150 núcleos e grupos de pesquisas, com o objetivo de discutir a participação das mulheres nos espaços de poder dos sistemas de Educação, Ciência e Tecnologia; propor estratégias para maior articulação entre os estudos de gênero, os estudos feministas e de mulheres e as diversas áreas de conhecimento; discutir experiências e iniciativas para a implementação de cursos no campo dos estudos de gênero, mulheres e feminismos; discutir os mecanismos institucionais de ampliação, apoio e avaliação das publicações científicas como veículos de consolidação da área; e, ainda, fortalecer e estabelecer medidas e ações que contribuam para a promoção das mulheres nas áreas científicas e tecnológicas nas carreiras acadêmicas. O tema central do encontro foi a Institucionalização dos Estudos Feministas, de Gênero e Mulheres nos Sistemas de Educação, Ciência e Tecnologia no país. Na oportunidade, foram realizadas a premiação do 4º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero e do 3º Prêmio Margarida Alves, que visa fomentar e apoiar o desenvolvimento de pesquisas e estudos sobre a temática da igualdade entre mulheres e homens no meio rural. Para 2010, estão previstas a realização do 6º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero e o lançamento de edital para incentivar pesquisas na área dos estudos de gênero, mulheres e feminismos; iii) VI Seminário Mulher e Mídia: realizado, em novembro de 2009, com a participação de cerca de 270 pessoas de diferentes regiões do país, teve como finalidade fomentar um espaço de debate e construção de propostas para a I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), estimulando a produção e difusão de conteúdos não discriminatórios e não estereotipados pela mídia. Dentre os temas discutidos no seminário, vale ressaltar os seguintes: "Mulher, Mídia e Convergência das Comunicações", "TV Pública e Promoção da Igualdade de Gênero no Ambiente de Convergência das Comunicações", "Produção de Conteúdos nas Perspectivas de Gênero, Raça/Etnia e Orientação Sexual".</p>						

**Ações Orçamentárias****88370000 - Incorporação dos Direitos Sexuais e Reprodutivos nas Políticas de Saúde**

Produto: Iniciativa implementada

Unidade de Medida: unidade

UO: 20122 SEPM

**Finalidade**

Qualificar o tratamento da temática de gênero nas políticas de saúde e ampliar o acesso aos bens e serviços ofertados.

**Descrição**

Articulação de ações, por meio de seminários, oficinas, encontros e outros eventos, para: i) discutir dos temas de saúde sexual e reprodutiva importantes para a formulação e implementação de políticas; ii) divulgar práticas de planejamento familiar e assegurar a sua realização; iii) ampliar o acesso aos exames de câncer de colo de útero e mama; iv) reduzir a morte materna e neo-natal; e v) deter a feminização das DST's e da Aids.

**Unidade Administrativa Responsável**

Subsecretaria de Articulação Institucional

**Implementação da Ação Tipo** Direta e Descentralizada

Ação executada por meio de parcerias e convênios com o Ministério da Saúde e demais organismos institucionais e ação direta da SPM.

**Base Legal da Ação**

Lei 10.683, de 23 de maio de 2003, que cria a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Decreto 5.390, de 08 de março de 2005, que aprova o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

<b>Programa</b>		<b>1433 - Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres</b>					
<b>Função</b>	14	DIREITOS DA CIDADANIA					
<b>Subfunção</b>	422	DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS					

8837	INCORPORACAO DOS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS NAS POLITICAS DE SAUDE					
	Produto: Política Implementada	Previsto	4	Realizado	3	
		<b>Dotação atualizada</b>	<b>Despesas Executadas</b>	<b>Despesas Liquidadas</b>	<b>Valores Pagos</b>	<b>RP não-Processados a Pagar</b>
88370001	- NACIONAL	140.000	140.000	0	0	0
<b>Comentários Gerais</b>	Os R\$ 140.000,00 autorizados na LOA 2009 foram liberados integralmente para movimento e empenho. No campo da saúde, cabe destacar as seguintes iniciativas: i) o lançamento do Relatório sobre Epidemia Global de Aids, uma parceria do governo brasileiro com o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS). A estimativa de novas infecções, a ocorrência de óbitos em todo o mundo, os novos perfis da epidemia e perspectivas futuras encontram-se entre as diversas constatações do estudo que aborda, ainda, questões como o acesso dos jovens à informação básica sobre o HIV; a prevenção da transmissão vertical; a relação entre a tuberculose e a Aids; o número de pessoas infectadas que não tem conhecimento do seu estado soropositivo; e a feminização da doença; ii) A SPM apoiou a realização do documentário "Positivas", lançado em celebração ao Dia Mundial de Luta contra a Aids, que aborda a feminização da Aids e tem como principal alvo o estigma em torno da doença. O filme acompanha a vida de mulheres que foram surpreendidas pela notícia da doença em um ambiente até então seguro e moralmente "adequado", o do casamento ou de relações estáveis que mantinham com os companheiros; iii) A SPM participou da revisão do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de AIDS e outras DST, lançado em março de 2007. O Plano foi revisado tendo como referência os Planos Estaduais elaborados a partir dos seminários macrorregionais e de consulta pública realizada pelo Governo Federal com vistas ao aperfeiçoamento do Plano.					

#### Ações Orçamentárias

### 88380000 - Apoio à Criação e ao Fortalecimento de Organismos de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher

Produto: Organismo apoiado Unidade de Medida: unidade UO: 20122 SEPM

#### Finalidade

Estimular o exercício do controle social e a conscientização das mulheres em relação à defesa de seus direitos; promover a transparência das ações do governo e a implementação de políticas públicas com o enfoque de gênero.

#### Descrição

Apoio técnico e/ou financeiro para a criação e/ou o fortalecimento de mecanismos institucionais de políticas para as mulheres e dos conselhos estaduais e municipais de direitos da mulher; realização de fóruns, eventos, seminários e outros encontros voltados para os organismos governamentais e não governamentais de políticas para as mulheres.

#### Unidade Administrativa Responsável

Gabinete

#### Implementação da Ação Tipo

Direta e Descentralizada  
A ação será desenvolvida por meio de convênios com entidades públicas e privadas e diretamente pela SPM.

#### Base Legal da Ação

Lei 10.683, de 23 de maio de 2003, que cria a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Decreto 5.390, de 8 de março de 2005, que institui o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Programa	1433 - Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres					
Função	14 DIREITOS DA CIDADANIA					
Subfunção	422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS					
8838	APOIO A CRIACAO E AO FORTALECIMENTO DE ORGANISMOS DE PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER					
		<b>Dotação atualizada</b>	<b>Despesas Executadas</b>	<b>Despesas Liquidadas</b>	<b>Valores Pagos</b>	<b>RP não-Processados a Pagar</b>
88380001	- NACIONAL	1.500.000	1.484.950	707.140	707.140	11.139
88380031	- NO ESTADO DE MINAS GERAIS	300.000	100.000			
88380056	- CONSELHO ESTADUAL DA MULHER - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	100.000	99.995			
	Soma	1.900.000	1.684.945	707.140	707.140	11.139
<b>Comentários Gerais</b>	88380001 - NACIONAL <b>Produto:</b> Organismo Apoiado <b>Previsto 30 Realizado 41</b>  Dos R\$ 1.500.000,00 autorizados na LOA 2009, foram liberados para movimento e empenho R\$ 1.484.950,00, o que representa 99% do autorizado. A execução física desta ação foi de 136,67%, superando a meta estabelecida, o que se deve ao fato de que apoio se dá conforme a demanda e os valores dos projetos são diversos. Com os recursos desta ação foram apoiadas a criação e o fortalecimento de 41 organismos estaduais e municipais de políticas para as mulheres ou de defesa dos direitos da mulher (conselhos), de forma a contribuir para a transversalidade de gênero nas políticas públicas nestes entes da federação e para garantir o efetivo exercício do controle social.					
<b>Comentários Gerais</b>	88380031 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS <b>Produto:</b> Organismo Apoiado <b>Previsto 4 Realizado 1</b>  Nesta ação, foi apoiado 1 projeto para realização de formação política e empoderamento das mulheres.					
<b>Comentários Gerais</b>	88380056 - CONSELHO ESTADUAL DA MULHER - NO ESTADO DE MINAS GERAIS <b>Produto:</b> Organismo Apoiado <b>Previsto 1 Realizado 1</b>  Nesta ação, foi apoiado 1 projeto para criação de 250 Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher e capacitação					

	de conselheiras.
--	------------------

#### Ações Orçamentárias

### 88420000 - Incentivo ao Trabalho Decente e à Equidade de Gênero no Mundo do Trabalho

**Produto:** Organização certificada **Unidade de Medida:** unidade **UO:** 20122 SEPM

#### Finalidade

Contribuir para a eliminação de todas as formas de discriminação no acesso, remuneração, ascensão e permanência no emprego, propiciando uma cultura organizacional de igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres para a consolidação das relações de trabalho decente.

#### Descrição

Sensibilização das empresas e organizações públicas e privadas para a promoção de relações de trabalho não discriminatórias, com equidade salarial e acesso a cargos de direção, entre outros, por meio de: i) incentivo a programas que eliminem as disparidades ocupacionais entre homens e mulheres; ii) desenvolvimento de atividades que promovam a inserção de mulheres em novos setores profissionais; iii) formulação de campanhas que promovam a eliminação de atitudes, comportamentos, estruturas e gestão fundamentadas na desigualdade e discriminação de gênero; iv) estímulo à inserção das mulheres nos postos de comando de alto nível de responsabilidade em empresas e organizações públicas e privadas. Formação de comitês ad hoc para avaliação do cumprimento do plano de ação das empresas; avaliação externa da ação; contratação de consultores; e realização de fóruns, eventos, seminários e outros encontros que contribuam para o alcance dos objetivos da ação.

#### Unidade Administrativa Responsável

Subsecretaria de Articulação Institucional

#### Implementação da Ação Tipo

Direta e Descentralizada  
A ação será desenvolvida diretamente pela SPM e por meio de parcerias com entidades governamentais, a Organização Internacional do Trabalho e o Unifem.

#### Base Legal da Ação

Lei 10.683, de 23 de maio de 2003, que cria a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Decreto 5.390, de 8 de março de 2005, que institui o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; Portarias nº 39 e 40, de 22 de setembro de 2005, que institui o Pró-Equidade de Gênero e respectivo comitê.

Programa	1433 - Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres					
Função	14	DIREITOS DA CIDADANIA				
Subfunção	422	DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS				
	8842	INCENTIVO AO TRABALHO DECENTE E A EQUIDADE DE GENERO NO MUNDO DO TRABALHO				
		Produto: Organização Certificada	Previsto	32	Realizado	23
			Dotação atualizada	Despesas Executadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos
	88420001	- NACIONAL	490.000	490.000	142.030	142.030
Comentários Gerais	<p>Nesta ação, foi implementado o Programa Pró-Equidade de Gênero. A premiação da segunda edição do Programa foi realizada, em março de 2009, com a entrega do Selo Pró-Equidade para 23 empresas e instituições. A definição da meta adequada, nesta ação, é difícil, pois o número de empresas certificadas depende do cumprimento do plano de ação por cada empresa que aderiu ao programa. A terceira edição do programa contou com a adesão de 71 organizações dos setores público e privado. Este programa tem por objetivo promover a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres nas empresas e instituições por meio do desenvolvimento de novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional. Em 2010, as empresas que aderiram à iniciativa e que conseguirem cumprir todas as etapas do seu Plano de Ação, serão contempladas com o Selo Pró-Equidade de Gênero. Em 2009, cabe mencionar ainda a realização de cinco Encontros Regionais para o Fortalecimento do Programa Pró-Equidade de Gênero, que teve como temas: Violência contra a Mulher, Mercado de Trabalho das Mulheres, Discriminação Racial, Comunicação sem Discriminação e Mulher nos Espaços de Poder. Nos encontros, foram compartilhadas as melhores iniciativas em equidade de gênero realizadas pelas organizações, que direcionam mudanças na gestão de pessoas e na cultura organizacional. Outra ação realizada, em novembro de 2009, foi o "Seminário Internacional: Políticas e Práticas de Igualdade de Gênero no Mundo do Trabalho", em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), cujo objetivo foi propiciar um espaço para a troca de experiências nacionais e internacionais e possibilitar a reflexão e ação sobre a importância do fortalecimento de políticas e de leis de igualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho.</p>					

#### Ações Orçamentárias

### 88430000 - Incentivo à Autonomia Econômica e ao Empreendedorismo das Mulheres

**Produto:** Iniciativa apoiada **Unidade de Medida:** unidade **UO:** 20122 SEPM

#### Finalidade

Incentivar a autonomia econômica e financeira das mulheres, alterando de modo significativo os fatores de vulnerabilidade que incidem sobre a vida das mulheres pobres em particular e ampliando a sua capacidade técnica e gerencial para o exercício pleno da cidadania no mundo do trabalho e redução da pobreza.

#### Descrição

Apoio a iniciativas nas áreas metropolitanas e bolsões de pobreza, bem como nas áreas rurais, com foco nas mulheres em situação de pobreza e extrema pobreza, preferencialmente aquelas atendidas pelo programa Bolsa Família, que contemplem as seguintes ações: i) mapeamentos de processos de desenvolvimento local, regional e territorial e de fatores de vulnerabilidade econômica e social que incidem sobre as mulheres; ii) capacitação dos gestores públicos; iii) capacitação para o fomento ao empreendedorismo; iv) acompanhamento dos negócios gerados; v) oficinas com gestores estaduais dos Centros de Referência de Assistência Social para mobilização das mulheres; vi) atuar nos nichos de oferta de ocupação nos mercados formal e informal de mão-deobra; vii) acompanhamento das ações executadas pelos municípios; viii) monitoramento e avaliação dos projetos.

#### Unidade Administrativa Responsável

Subsecretaria de Articulação Institucional

**Implementação da Ação Tipo** Direta e Descentralizada

A ação será desenvolvida diretamente pela SPM e por meio de parcerias com o MDS e outras entidades governamentais, com os organismos institucionais de políticas para as mulheres e organização não-governamentais. O apoio às ações será realizado por meio de protocolos de intenção, termos de cooperação técnica, convênios com organizações públicas e privadas.

**Base Legal da Ação**

Lei 10.683, de 23 de maio de 2003, que cria a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Decreto 5.390, de 8 de março de 2005, que institui o Plano

<b>Programa</b>	<b>1433 - Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres</b>					
Função	14 DIREITOS DA CIDADANIA					
Subfunção	422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS					
<b>8843</b>	<b>INCENTIVO A AUTONOMIA ECONOMICA E AO EMPREENDEDORISMO DAS MULHERES</b>					
	Produto: Política Implementada	Previsto	4	Realizado	3	
		<b>Dotação atualizada</b>	<b>Despesas Executadas</b>	<b>Despesas Liquidadas</b>	<b>Valores Pagos</b>	<b>RP não-Processados a Pagar</b>
88430001	- NACIONAL	1.470.000	1.456.264	544.438	544.438	230.500
88430011	- NO ESTADO DE RONDONIA	100.000	100.000			
88430016	- NO ESTADO DO AMAPA	300.000	299.720			18.654
88430017	- NO ESTADO DO TOCANTINS	100.000				
88430029	- NO ESTADO DA BAHIA	100.000	90.000			
88430032	- NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	125.000				
88430035	- NO ESTADO DE SAO PAULO	200.000	180.296			
88430043	- NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	150.000				
88430064						32.000
88430068	- NO MUNICIPIO DE CANOAS - RS	150.000	150.000			
88430070	- FEDERACAO RONDONIENSE DE MULHERES - NO ESTADO DE RONDONIA	100.000	100.000			
	<b>Soma</b>	<b>2.795.000</b>	<b>2.376.280</b>	<b>544.438</b>	<b>544.438</b>	<b>281.154</b>
<b>Comentários Gerais</b>	88430001 - NACIONAL <b>Produto:</b> Iniciativa apoiada <b>Previsto 8 Realizado 12</b>  Dos R\$ 1.470.000,00 autorizados na LOA 2009, foram liberados para movimentação e empenho R\$ 1.456.264,00, o que representa 99%. A execução física superou a meta definida, pois foram apoiados 12 projetos para capacitação de 10.000 mulheres para geração de renda e empreendedorismo.					
<b>Comentários Gerais</b>	88430011 - NO ESTADO DE RONDONIA <b>Produto:</b> Iniciativa apoiada <b>Previsto 1 Realizado 1</b>  Nesta ação, foi apoiado 1 projeto para realização de formação política e empoderamento das mulheres.					
<b>Comentários Gerais</b>	88430016 - NO ESTADO DO AMAPA <b>Produto:</b> Iniciativa apoiada <b>Previsto 1 Realizado 1</b>  Nesta ação, foi apoiado 1 projeto para capacitação de 100 mulheres para geração de renda.					
<b>Comentários Gerais</b>	88430017 - NO ESTADO DO TOCANTINS <b>Produto:</b> Iniciativa apoiada <b>Previsto 10 Realizado 0</b>					
<b>Comentários Gerais</b>	88430029 - NO ESTADO DA BAHIA <b>Produto:</b> Iniciativa apoiada <b>Previsto 3 Realizado 1</b>  Nesta ação, foi apoiado 1 projeto para implementação do Programa Trabalho e Empreendedorismo das Mulheres no estado da Bahia.					
<b>Comentários Gerais</b>	88430032 - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO <b>Produto:</b> Iniciativa apoiada <b>Previsto 1 Realizado 0</b>					
<b>Comentários Gerais</b>	88430035 - NO ESTADO DE SAO PAULO <b>Produto:</b> Iniciativa apoiada <b>Previsto 4 Realizado 1</b>  Nesta ação, foi apoiado 1 projeto para capacitação de 200 mulheres para geração de renda					
<b>Comentários Gerais</b>	88430043 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL <b>Produto:</b> Iniciativa apoiada <b>Previsto 1 Realizado 0</b>					
<b>Comentários Gerais</b>	88430068 - NO MUNICIPIO DE CANOAS - RS <b>Produto:</b> Iniciativa apoiada <b>Previsto 1 Realizado 1</b>  Nesta ação, foi apoiado 1 projeto para capacitação de 100 mulheres para geração de renda					
<b>Comentários Gerais</b>	88430070 - FEDERACAO RONDONIENSE DE MULHERES - NO ESTADO DE RONDONIA <b>Produto:</b> Iniciativa apoiada <b>Previsto 1 Realizado 1</b>  Nesta ação, foi apoiado 1 projeto para capacitação de 1.500 mulheres para geração de renda.					

#### Ações Orçamentárias

### 88440000 - Fortalecimento da Participação de Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão

**Produto:** Evento realizado **Unidade de Medida:** unidade **UO:** 20122 SEPM

#### Finalidade

Qualificar e ampliar a participação de mulheres nos espaços de poder e decisão.

#### Descrição

Articulação de ações, por meio da promoção de seminários, capacitações, fóruns e parcerias institucionais, para: i) qualificar a atuação das mulheres que já ocupam espaços de poder e de decisão para que incorporem a perspectiva de gênero e da igualdade entre homens e mulheres; ii) fortalecer e ampliar a articulação com as bancadas femininas e com os organismos de mulheres dos partidos políticos; iii) intervir no processo de discussão da reforma política; e iv) fortalecer a implementação de ações afirmativas para a ampliação do número de mulheres em espaços de poder.

#### Unidade Administrativa Responsável

Subsecretaria de Articulação Institucional

#### Implementação da Ação Tipo

Ação executada por meio de parcerias, convênios e ação direta da SPM

#### Base Legal da Ação

Lei 10.683, de 23 de maio de 2003, que cria a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Decreto 5.390, de 08 de março de 2005, que aprova o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; Lei 9504/1997, que assegura cotas por sexo nas eleições proporcionais

Programa	1433 - Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres					
Função	14	DIREITOS DA CIDADANIA				
Subfunção	422	DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS				
8844	FORTELECIMENTO DA PARTICIPACAO DE MULHERES NOS ESPACOSDE PODER E DECISAO					
	Produto: Evento Realizado		Previsto	5	Realizado	5
			<b>Dotação atualizada</b>	<b>Despesas Executadas</b>	<b>Despesas Liquidadas</b>	<b>Valores Pagos</b>
88440001	- NACIONAL		250.000	250.000	226.560	226.560
<b>Comentários Gerais</b>	Os R\$ 250.000,00 autorizados na LOA 2009 foram liberados integralmente para movimentação e empenho. Foram apoiados 5 projetos para formação política e empoderamento de 920 mulheres.					

## 2.6.3 Programa 1068 – Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas

### 2.6.3.1 Dados Gerais do Programa 1068

#### Objetivo de Governo

Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos

#### Objetivo Setorial

Promover a incorporação do enfoque de gênero na formulação de políticas e o aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão em todas as esferas da administração pública, contemplando as diversidades existentes entre as mulheres

#### Órgão

20122 - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

#### Tipo de Programa

Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais

#### Justificativa

De acordo com a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, compete à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres " assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres, bem como elaborar e implementar campanhas educativas e antidiscriminatórias de caráter nacional, elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do governo federal e demais esferas de governo, com vistas na promoção da igualdade, articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres, promover o acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem ao cumprimento dos acordos, convenções e planos de ação assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à igualdade entre mulheres e homens e de combate à discriminação". Neste sentido, o Programa destina-se a subsidiar a atuação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e dos demais órgãos governamentais para a implementação de políticas públicas com enfoque de gênero.

#### Objetivo

Coordenar o planejamento, a formulação, o monitoramento e a avaliação de políticas e programas de promoção da igualdade de gênero

#### Público Alvo

Órgãos governamentais e entidades não-governamentais

#### Estratégia de Implementação

Todas as ações serão executadas diretamente pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com o apoio de parcerias com entidades

governamentais e não-governamentais.

### 2.6.3.2 Indicadores de desempenho do programa 1068

Indicador: **Evolução do número de profissionais do setor público capacitados na temática de gênero**

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre número de profissionais capacitados ao final de cada ano e número de profissionais capacitados no ano imediatamente anterior

Índice Previsto para 2009: 0,0

**Índice Apurado: 0,0**

Comentário: Esse indicador não pôde ser calculado, uma vez que em 2009 os esforços para capacitação de servidores públicos nas temáticas de gênero, raça/etnia e orientação sexual concentraram-se na elaboração de um curso de gestão à distância e do conveniamento com universidades parceiras. As atividades de capacitação ocorrerão em 2010

Indicador: **Taxa de Adesão Estadual ao Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre número de profissionais capacitados ao final de cada ano e número de profissionais capacitados no ano imediatamente anterior

Índice Previsto para 2009: 100,0

**Índice Apurado: 0,0**

Comentário: Este indicador não foi apurado, pois do momento em que o PPA 2008-2011 foi lançado até o final do primeiro ano de sua implementação a estratégia de regionalização do Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM) foi profundamente alterada.

Isso significa, então, que após o lançamento do PPA 2008-2011 a opção de assinaturas de termos de adesão deu lugar a outra estratégia, não sendo possível, portanto, informar qualquer dado para este indicador que deverá ser alterado na primeira revisão do Plano Plurianual vigente

Indicador: **Taxa de Adesão Municipal ao Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre número de profissionais capacitados ao final de cada ano e número de profissionais capacitados no ano imediatamente anterior

Índice Previsto para 2009: 6,0

**Índice Apurado: 0,0**

Comentário: Este indicador não foi apurado, pois do momento em que o PPA 2008-2011 foi lançado até o final do primeiro ano de sua implementação a estratégia de regionalização do Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM) foi profundamente alterada.

Isso significa, então, que após o lançamento do PPA 2008-2011 a opção de assinaturas de termos de adesão deu lugar a outra estratégia, não sendo possível, portanto, informar qualquer dado para este indicador que deverá ser alterado na primeira revisão do Plano Plurianual vigente

### 2.6.3.3 Principais Ações do Programa 1068

**Ações Orçamentárias**

#### 22720000 - Gestão e Administração do Programa

Produto: Unidade de Medida: - - UO: 20122 SEPM

**Finalidade**

Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

**Descrição**

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Programa		1068 - Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas					
Função	14	DIREITOS DA CIDADANIA					
Subfunção	122	ADMINISTRACAO GERAL					
2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA						
		Produto:	Previsto		Realizado		
			Dotação atualizada	Despesas Executadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	RP não-Processados a Pagar
22720001	-	NACIONAL	370.000	357.087	356.878	356.878	
<b>Comentários Gerais</b>							

#### 62480000 - Promoção de Eventos de Políticas para as Mulheres

Produto: Evento realizado Unidade de Medida: unidade UO: 20122 SEPM

**Finalidade**

Sensibilizar, mobilizar e promover a discussão e reflexão sobre temáticas que envolvam os direitos e a situação da mulher no Brasil e no plano internacional, as políticas a elas dirigidas e a equidade de gênero.

**Descrição**

Apoio à realização de seminários, encontros e outras modalidades de eventos.

**Unidade Administrativa Responsável**

Subsecretaria de Planejamento de Políticas para as Mulheres

**Implementação da Ação Tipo** Direta e Descentralizada

A ação será executada por meio da celebração de convênios com entidades públicas e privadas, bem como por meio da atuação direta da SPM na promoção de eventos.

**Base Legal da Ação**

Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, art. 22, que define a competência da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

Programa	1068 - Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas					
Função	14	DIREITOS DA CIDADANIA				
Subfunção	122	ADMINISTRACAO GERAL				
6248	PROMOCAO DE EVENTOS DE POLITICAS PARA AS MULHERES					
	Produto:		Previsto	Realizado		
			<b>Dotação atualizada</b>	<b>Despesas Executadas</b>	<b>Despesas Liquidadas</b>	<b>Valores Pagos</b>
62480001	-	NACIONAL				RP não-Processados a Pagar 2.422
<b>Comentários Gerais</b>						

**Ações Orçamentárias****88500000 - Monitoramento e Avaliação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres****Produto:** Ação avaliada **Unidade de Medida:** unidade **UO:** 20122 SEPM**Finalidade**

Aperfeiçoar a formulação e a gestão das políticas públicas, conferir transparência e permitir o controle social sobre as ações e programas desenvolvidos pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e demais órgãos envolvidos na implementação do PNPm.

**Descrição**

Monitoramento das ações implementadas por meio de: i) do Sistema de Acompanhamento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; ii) realização de encontros com a sociedade civil; iii) realização de reuniões de trabalho do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano; iv) contratação de consultorias para avaliação das ações do Plano. Articulação com os diferentes setores governamentais e não-governamentais para a divulgação e implementação dos Acordos, Convenções e Protocolos dos quais o Brasil é signatário, de forma a estabelecer um fluxo de informações e garantir o monitoramento dos compromissos firmados e participação em eventos para discutir os relatórios realizados. Apoio técnico à criação dos Comitês de Políticas para as Mulheres nos ministérios setoriais com o objetivo de coordenar a transversalização da perspectiva de gênero nas políticas desenvolvidas.

**Unidade Administrativa Responsável**

Subsecretaria de Planejamento de Políticas para as Mulheres

**Implementação da Ação Tipo** Direta

A ação será executada diretamente e por meio de parcerias com órgãos públicos e instituições privadas.

**Base Legal da Ação**

Lei 10.683, de 23 de maio de 2003, que cria a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Decreto 5.390, de 8 de março de 2005, que institui o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e o seu Comitê de Articulação e Monitoramento; Decretos de 19 de novembro de 2003 e 17 de janeiro de 2007 que convocam a 1ª e a 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, respectivamente

Programa	1068 - Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas					
Função	14	DIREITOS DA CIDADANIA				
Subfunção	122	ADMINISTRACAO GERAL				
8850	MONITORAMENTO E AVALIACAO DO PLANO NACIONAL DE POLITICAS PARA AS MULHERES					
	Produto: Ação Avaliada		Previsto	Realizado		
			<b>Dotação atualizada</b>	<b>Despesas Executadas</b>	<b>Despesas Liquidadas</b>	<b>Valores Pagos</b>
88500001	-	NACIONAL	71.175	71.175		RP não-Processados a Pagar
<b>Comentários Gerais</b>	*Nota: Vide comentários na tabela abaixo da mesma ação, mas na subfunção 422.					

**Número de Ações 7****Ações Orçamentárias****10UF0000 - Implantação do Sistema de Monitoramento, Execução e Controle de Políticas para as Mulheres****Produto:** Sistema implantado **Unidade de Medida:** % de execução física **UO:** 20122 SEPM**Finalidade**

Apoiar o processo decisório e subsidiar a gestão, o monitoramento e a avaliação das ações desenvolvidas no âmbito da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.



**Descrição**

Construção de sistema de informações gerenciais sobre as ações implementadas na Secretaria Especial de Política para as Mulheres.

**Unidade Administrativa Responsável**

Subsecretaria de Planejamento de Políticas para as Mulheres

**Implementação da Ação Tipo Direta**

A ação é executada diretamente pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

**Base Legal da Ação**

Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, art. 22, que define a competência da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

<b>Programa</b>		<b>1068 - Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas</b>					
Função	14 DIREITOS DA CIDADANIA						
Subfunção	126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO						
10UF	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO, EXECUCAO E CONTROLE DE POLITICAS PARA AS MULHERES						
	Produto: Sistema Implantado	Previsto	28	Realizado	0		
		<b>Dotação atualizada</b>	<b>Despesas Executadas</b>	<b>Despesas Liquidadas</b>	<b>Valores Pagos</b>	<b>RP não-Processados a Pagar</b>	
10UF0001	- NACIONAL	140.000	140.000				
<b>Comentários Gerais</b>							

**Ações Orçamentárias****88490000 - Capacitação e Formação de Profissionais do Setor Público na Temática de Gênero**

Produto: Pessoa capacitada Unidade de Medida: unidade UO: 20122 SEPM

**Finalidade**

Construir uma cultura transversal e integrada na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas, sensibilizando e conscientizando gestoras (es) públicas (os) das três esferas para uma mudança na prática de gestão vigente.

**Descrição**

Realização de cursos, seminários, oficinas de capacitação de gestoras (es); inclusão da perspectiva de gênero nos cursos de formação da administração pública.

**Unidade Administrativa Responsável**

Subsecretaria de Planejamento de Políticas para as Mulheres

**Implementação da Ação Tipo Direta e Descentralizada**

A ação será executada diretamente e por meio de parcerias e convênios com órgãos públicos e instituições privadas.

**Base Legal da Ação**

Lei 10.683, de 23 de maio de 2003, que cria a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Decreto 5.390, de 08 de março de 2005, que aprova o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

<b>Programa</b>		<b>1068 - Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas</b>					
Função	14 DIREITOS DA CIDADANIA						
Subfunção	139 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS						
8849	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO, EXECUCAO E CONTROLE DE POLITICAS PARA AS MULHERES						
	Produto: Pessoa Capacitada	Previsto	200	Realizado	0		
		<b>Dotação atualizada</b>	<b>Despesas Executadas</b>	<b>Despesas Liquidadas</b>	<b>Valores Pagos</b>	<b>RP não-Processados a Pagar</b>	
88490001	- NACIONAL	200.000	200.000	130.463	130.463	16.600	
<b>Comentários Gerais</b>							

**Ações Orçamentárias****46410000 - Publicidade de Utilidade Pública**

Produto: Unidade de Medida: - - UO: 20122 SEPM

**Finalidade**

Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.

**Descrição**

A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assumam caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.

<b>Programa</b>		<b>1068 - Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas</b>					
-----------------	--	---------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--	--

Função	14	DIREITOS DA CIDADANIA					
Subfunção	131	COMUNICACAO SOCIAL					
4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA						
	Produto:		Previsto		Realizado		
			<b>Dotação atualizada</b>	<b>Despesas Executadas</b>	<b>Despesas Liquidadas</b>	<b>Valores Pagos</b>	<b>RP não-Processados a Pagar</b>
46410001	- NACIONAL		4.000.000	4.000.000	10.354	10.354	426.363
<b>Comentários Gerais</b>							

#### Ações Orçamentárias

### 62450000 - Produção e Divulgação de Informações, Estudos e Pesquisas sobre as Mulheres

**Produto:** Relatório produzido **Unidade de Medida:** unidade **UO:** 20122 SEPM

#### Finalidade

Estimular a produção e divulgação de conhecimento específico na área de gênero, conferir transparência e permitir o controle social sobre as ações e programas desenvolvidos pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e instituições parceiras.

#### Descrição

Realização de eventos e de publicações, estudos e análise de dados com vistas ao estabelecimento de um correto diagnóstico das condições de vida das mulheres; produção e divulgação de informações sobre as políticas públicas desagregadas por sexo, raça/cor/etnia e faixa etária; criação e fortalecimento de instrumentos de pesquisa e armazenamento de dados, inclusive a transferência de tecnologia; produção de indicadores que melhorem a qualidade das pesquisas nacionais no que diz respeito às questões de gênero; formação de núcleos de estudos e pesquisas em gênero nas universidades; lançamento e fortalecimento de Editais e Prêmios nesta área.

#### Unidade Administrativa Responsável

Subsecretaria de Planejamento de Políticas para as Mulheres

#### Implementação da Ação Tipo

Direta e Descentralizada

Ação executada por meio de parcerias e convênios com IBGE, CNPq, Ministério da Ciência e Tecnologia e outras instituições públicas e/ou privadas, especialmente as produtoras de dados, bem como pela ação direta da SPM.

#### Base Legal da Ação

Lei 10.683, de 23 de maio de 2003, que cria a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Decreto 5.390, de 08 de março de 2005, que aprova o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

<b>Programa</b>	<b>1068 - Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas</b>						
Função	14	DIREITOS DA CIDADANIA					
Subfunção	131	COMUNICACAO SOCIAL					
6245	PRODUCAO E DIVULGACAO DE INFORMACOES, ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE AS MULHERES						
	Produto:		Previsto		Realizado		
			<b>Dotação atualizada</b>	<b>Despesas Executadas</b>	<b>Despesas Liquidadas</b>	<b>Valores Pagos</b>	<b>RP não-Processados a Pagar</b>
62450001	- NACIONAL		228.825	228.824	228.824	228.824	
62450052	- NO ESTADO DE GOIAS		100.000	100.000			
	Soma		328.825	328.824	228.824	228.824	0
<b>Comentários Gerais</b>	62450001 - NACIONAL <b>Produto:</b> Relatório produzido <b>Previsto 6 Realizado 3</b>						
	Os R\$ 228.825,00 autorizados na LOA 2009 foram integralmente liberados para movimento e empenho. Com os recursos desta ação, a SPM apoiou a realização de uma pesquisa de opinião, de caráter quantitativo e de abrangência nacional, para captar a percepção da população brasileira sobre a importância da participação de mulheres em espaços de poder e decisão. A pesquisa revelou que: i) a maioria da população brasileira (75%) é favorável à política de cotas para mulheres na política e apóia a punição dos partidos políticos (86%) que não cumprem a atual legislação que prevê 30% de candidaturas femininas; ii) 90% dos brasileiros elegeriam uma mulher para cargo público. Desse grupo, 74% votariam em uma mulher para prefeito, governador ou presidente, o que corresponde a 67% dos brasileiros. A SPM apoiou também a contratação de consultoria para definição de uma metodologia da pesquisa-piloto sobre uso do tempo numa perspectiva de gênero desenvolvida pelo IBGE no âmbito do teste da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua no segundo semestre de 2009. O piloto sobre uso do tempo responde a uma demanda antiga e permanente sobre a produção de informações oficiais e sistemáticas a respeito de como as pessoas distribuem suas atividades ao longo do dia e dos impactos que os diferentes usos do tempo têm na participação dos indivíduos na sociedade. A partir dos resultados deste piloto, a pesquisa será inserida no Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares em 2011. Por fim, foi realizado, no âmbito do Comitê de Estudos de Gênero e Uso do Tempo, um mapeamento das informações produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dos registros administrativos de alguns órgãos governamentais com o objetivo de identificar a forma como as dimensões de gênero e raça vêm sendo tratadas nestes registros e de como podem ser aprimoradas.						
<b>Comentários Gerais</b>	62450052 - NO ESTADO DE GOIAS <b>Produto:</b> Relatório produzido <b>Previsto 2 Realizado 1</b>						
	Nesta ação, foi apoiado 1 projeto para desenvolvimento de 4 vídeos sócio-educativos e institucionais da Secretaria de						

	Estado de Políticas para as Mulheres e Promoção da Igualdade Racial de Goiás.
--	-------------------------------------------------------------------------------

#### Ações Orçamentárias

### 09100000 - Apoio a Organismos de Promoção dos Direitos da Mulher

**Produto:** Organismo apoiado      **Unidade de Medida:** unidade      **UO:** 20122 SEPM

#### Finalidade

Contribuir para a criação e o fortalecimento de mecanismos institucionais de direitos e de políticas para as mulheres e do Conselho Nacional de Direitos da Mulher, com vistas a estimular a defesa dos direitos das mulheres, a implementação de políticas públicas com o enfoque de gênero e o exercício do controle social.

#### Descrição

Apoio técnico e financeiro à criação e ao fortalecimento de mecanismos institucionais estaduais e municipais de políticas para as mulheres.

#### Unidade Administrativa Responsável

Gabinete

#### Implementação da Ação Tipo

Transferência Voluntária  
A ação será executada por meio da celebração de convênios com entidades públicas estaduais e municipais e de atividades realizadas diretamente pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para apoio técnico aos mecanismos institucionais.

#### Base Legal da Ação

Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, art. 22, que define a competência da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

Programa	1068 - Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas					
Função	14	DIREITOS DA CIDADANIA				
Subfunção	422	DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS				
0910	APOIO A ORGANISMOS DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER					
	Produto:		Previsto	Realizado		
			<b>Dotação atualizada</b>	<b>Despesas Executadas</b>	<b>Despesas Liquidadas</b>	<b>Valores Pagos</b>
09100001	- NACIONAL					29.377
<b>Comentários Gerais</b>						

#### Ações Orçamentárias

### 88500000 - Monitoramento e Avaliação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

**Produto:** Ação avaliada      **Unidade de Medida:** unidade      **UO:** 20122 SEPM

#### Finalidade

Aperfeiçoar a formulação e a gestão das políticas públicas, conferir transparência e permitir o controle social sobre as ações e programas desenvolvidos pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e demais órgãos envolvidos na implementação do PNPM.

#### Descrição

Monitoramento das ações implementadas por meio de: i) do Sistema de Acompanhamento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; ii) realização de encontros com a sociedade civil; iii) realização de reuniões de trabalho do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano; iv) contratação de consultorias para avaliação das ações do Plano. Articulação com os diferentes setores governamentais e não-governamentais para a divulgação e implementação dos Acordos, Convenções e Protocolos dos quais o Brasil é signatário, de forma a estabelecer um fluxo de informações e garantir o monitoramento dos compromissos firmados e participação em eventos para discutir os relatórios realizados. Apoio técnico à criação dos Comitês de Políticas para as Mulheres nos ministérios setoriais com o objetivo de coordenar a transversalização da perspectiva de gênero nas políticas desenvolvidas.

#### Unidade Administrativa Responsável

Subsecretaria de Planejamento de Políticas para as Mulheres

#### Implementação da Ação Tipo

A ação será executada diretamente e por meio de parcerias com órgãos públicos e instituições privadas.

#### Base Legal da Ação

Lei 10.683, de 23 de maio de 2003, que cria a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Decreto 5.390, de 8 de março de 2005, que institui o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e o seu Comitê de Articulação e Monitoramento; Decretos de 19 de novembro de 2003 e 17 de janeiro de 2007 que convocam a 1ª e a 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, respectivamente

Programa	1068 - Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas					
Função	14	DIREITOS DA CIDADANIA				
Subfunção	422	DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS				
8850	APOIO A ORGANISMOS DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER					
	Produto: Ação Avaliada		Previsto	Realizado		
			<b>Dotação atualizada</b>	<b>Despesas Executadas</b>	<b>Despesas Liquidadas</b>	<b>Valores Pagos</b>
				59	0	
						<b>RP não-Processados a Pagar</b>

88500001	NACIONAL	850.000	842.517	646.380	646.380	9.247
<b>Comentários Gerais</b>	*Nota: Dot.Atual. e Desp.Exec. de R\$ 71.175 na tabela acima da mesma ação, mas na subfunção 122					
	Os R\$ 921.175,00 autorizados na LOA 2009 foram integralmente liberados para movimento e empenho. Nesta ação, foi apoiado 1 projeto para análise da cobertura da mídia em questões de gênero e elaboração e divulgação de pautas para orientar jornalistas de diversas regiões do país. Este projeto representa uma das ações do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero e está contemplada no Capítulo 8 do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.					

## 2.7 Desempenho Operacional:

A SPMulheres é uma Unidade Orçamentária do Órgão da Presidência da República, como se vê na Tabela 1. A dotação orçamentária consignada inicialmente na LOA/2009 alcançou R\$ 76.120.296. Pode-se notar que os créditos orçamentários adicionais líquidos autorizados no período foram de R\$ 893.500, ou 1,2% da própria LOA Inicial, bem abaixo dos pedidos realizados durante o ano. As Emendas parlamentares já incluídas na dotação orçamentária foram de R\$ 28.090.000, ou 36,9% da LOA Inicial. O montante das Emendas indica que uma das estratégias usadas para operacionalizar as políticas das mulheres com abrangência em todo o território nacional se dá pontualmente, pelo envolvimento dos parlamentares junto às suas bases eleitorais.

**Tabela 1 - da Dotação Orçamentária Inicial e Movimentação de Créditos Adicionais. R\$**

	UO 22122	Item de Informação				
Órgão da UG Executora	Órgão da UG Executora	Dot Inicial	Dotação Suplementar	Dot Canc Reman	Dotação Atualizada	Dot. Descentralizada Líquida
20101	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	76.120.296	2.822.675	-1.929.175	77.014.796	-5.990.837
<b>Total:</b>		<b>76.120.296</b>	<b>2.822.675</b>	<b>-1.929.175</b>	<b>77.014.796</b>	<b>-5.990.837</b>

Na Tabela 2, abaixo, pode-se ver que o desempenho desta Secretaria foi de 95,8% de utilização do crédito orçamentário do período. Do total de crédito orçamentário consignado na LOA 2009, no valor de R\$ 77.014.796, a SPMulheres descentralizou R\$ 5.990.837 para outras unidades, com melhor desempenho nessas operações, basicamente na realização de campanha nacional na mídia por intermédio do Ministério da Saúde, e, realização em pesquisas de campo pelo IBGE. Além disso, embora não apareça na Tabela, descentralizou para a UGExecutora 110001 – Secretaria de Administração da própria Presidência da República dotações do grupo de despesa de pessoal, de custeio e benefícios obrigatórios, no montante de R\$ 5.665.331, pois essa é a UG responsável pelos pagamentos efetuados em Folha de Pessoal desta Unidade. Dessa forma, a dotação orçamentária destinada à própria UGExecutora 200021, desta Secretaria, somou R\$ 65.358.274. Portanto as descentralizações alcançaram R\$ 11.656.168, ou 11,5% da LOA Inicial.

**Tabela 2 - da Dotação Orçamentária e Execução da Despesa da UO 20122-SPMulheres. R\$**

	UO 20122	Item de Informação				
Órgão da UG Executora		Dotação atualizada	Dot. Descentralizada Líquida	Despesas Executadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos e Créd Pago Folha
20101	Presidencia da Republica	77.014.796	-5.990.837	68.228.148	22.601.738	22.099.549
20116	Fundo de Imprensa Nacional		116.945	116.945	107.405	107.405
25205	Fund.Inst.Brasileiro de Geog.E Estatistica		635.710	635.710	508.243	507.922
26232	Universidade Federal da Bahia		984.926	584.926	584.926	584.926
26242	Universidade Federal de Pernambuco		50.000	42.887		0
26246	Universidade Federal de Santa Catarina		26.710	26.560	26.560	26.560
26247	Universidade Federal de Santa Maria		45.600	45.600		0
26279	Fundacao Universidade Federal do Piaui		41.300			
36000	Ministerio da Saude		3.989.646	3.989.646		0

51000	Ministerio do Esporte		100.000	100.000	100.000	100.000
<b>Total:</b>		<b>77.014.796</b>	<b>0</b>	<b>73.770.422</b>	<b>23.928.872</b>	<b>23.426.361</b>

Na Tabela 3, abaixo, a análise vertical das Despesas Executadas indica que 75,0% do montante se dá na modalidade de transferências para Estados, Municípios e Organizações privadas sem fins lucrativos, como parte da estratégia de operacionalização da missão institucional desta Secretaria.

No que se refere à execução da despesa (Empenhos Emitidos Líquidos), ela alcançou a soma de R\$ 73.770.422 (setenta e três milhões, setecentos e setenta mil, quatrocentos e vinte e dois reais), correspondendo à marca de 95,8% da dotação autorizada, o mais significativo índice de desempenho ao longo do período 2005/2009.

Cabe ressaltar que a posição de Despesas Empenhadas no final de novembro estava em R\$ 30.668.392 (trinta milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, trezentos e noventa e dois reais), isto é, apenas 39,8%. Portanto, somente no mês de dezembro, foram empenhados 60,0% do montante.

O que se pode verificar, também, refere-se ao baixo valor dos empenhos liquidados e pagos, correspondendo a 31,8% da despesa empenhada. A SPM buscou a parceria dos governos estaduais e municipais, o que motivou, este ano uma demora maior (devido a questões relacionadas à adimplência das entidades públicas) para o empenhamento final dos convênios. Com a adesão da maioria dos Estados e dos Municípios ao Pacto Federativo, referente à política para as mulheres, os Editais Públicos para os Convênios foram publicados, tardiamente, em fins de março, abril e julho, para as áreas, respectivamente, da violência, da cidadania e para eventos. Ocorreu um certo tempo até a elaboração dos Planos Estaduais e Municipais. Os Estados tiveram que elaborar Planos básicos para os Municípios, e estes tiveram que inserir os dados de cadastro e do projeto no SICONV. O trabalho da SPM consistiu em analisar a consistência dos projetos dos Municípios, sua aderência com os projetos básicos dos Estados, a resolução de problemas de preenchimento de dados no sistema de convênios, inclusive uma certa espera até solução de algumas inadimplências. Na seqüência há a destinação dos projetos para os órgãos federais consoante sua destinação (saúde, educação, etc), pois o Pacto é também multissetorial. E finalmente a formalização dos projetos de competência da Secretaria, se dá com o recebimento final do Termo de Cooperação assinado pelos Estados e Municípios.

Não fossem os entraves encontrados haveria uma realização de 100% do orçamento, bem como a liquidação e transferência de recursos financeiros para Estados e Municípios em montantes bem próximos dos valores dos convênios formalizados e empenhados.

Tabela 3 - da Dotação Orçamentária e Execução da Despesa por Modalidade de Aplicação da UO 20122-SPMulheres. R\$

Modalidade de Aplicação	Item de Informação	Dotação atualizada	Despesas Executadas	Anal.Vert.( Desp.Exec. )	Despesas Liquidadas	Valores Pagos e Cred Pago Folha	Anal.Hor.( Pago/Emp )
30	TRANSF. A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	23.477.838	23.238.454	31,5%	1.323.651	1.323.651	5,7%
40	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	19.060.010	18.078.630	24,5%	3.459.761	3.017.900	16,7%
50	TRANSF. A INST. PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	12.296.423	11.564.519	15,7%	4.806.626	4.749.669	41,1%
80	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	1.200.000	1.200.000	1,6%	1.000.000	1.000.000	83,3%
90	APLICACOES DIRETAS	19.932.310	18.999.480	25,8%	12.651.616	12.647.922	66,6%
91	APLICACOES DIRETAS - OPERACOES INTERNAS	747.935	689.340	0,9%	687.219	687.219	99,7%
99	*****	300.280				0	
<b>Total:</b>		<b>77.014.796</b>	<b>73.770.422</b>	<b>100,0%</b>	<b>23.928.872</b>	<b>23.426.361</b>	<b>31,8%</b>

Conforme Tabela 4, abaixo, as despesas executadas como custeio montaram 60,7% do total empenhado, e as como investimentos com 33,7%. Esta Secretaria destina a maior parcela da sua dotação, para os estados, municípios e organizações privadas não lucrativas, devido a parcerias firmadas para o estabelecimento da rede física de proteção e de serviços sociais para a população feminina, em todo o território nacional. Assim as contribuições se destinam a cobrir gastos com o custeio

em capacitação de pessoal, material de escritório, divulgação dos serviços específicos, e, bem como, a edificação e aquisição de equipamentos de escritório para o pleno funcionamento dessa rede física.

Tabela 4 - da Dotação Orçamentária e Execução da Despesa por Grupo de Despesa da UO 20122-SPMulheres. R\$

Grupo de Despesa	Item de Informação	Dotação atualizada	Despesas Executadas	Anal.Vert. Desp.Exec.	Despesas Liquidadas	Valores Pagos e Cred Pg Folha	Anal.Horiz (Vr.Pg/D.Exec.)
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.350.096,00	4.128.232,10	5,6%	4.128.232,10	4.128.232,10	100,0%
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	47.184.000,00	44.793.683,03	60,7%	17.396.203,93	17.193.244,75	38,4%
4	INVESTIMENTOS	25.480.700,00	24.848.507,05	33,7%	2.404.436,29	2.104.884,29	8,5%
<b>Total:</b>		<b>77.014.796,00</b>	<b>73.770.422,18</b>	<b>100,0%</b>	<b>23.928.872,32</b>	<b>23.426.361,14</b>	<b>31,8%</b>

Na Tabela 5, abaixo, pela análise vertical, no grupo Pessoal 79,1% dos valores são do pagamento da Folha de salários e vencimentos. A partir de outubro de 2009 tomaram posse os novos servidores admitidos em "processo seletivo simplificado" por concurso público por tempo determinado, também alocados no grupo pessoal.

Tabela 5 - da Dotação Orçamentária e Execução da Despesa por Grupo de Despesa e Elemento de Despesa UO 20122-SPMulheres. R\$

Grupo de Despesa/Elemento de Despesa	Item de Informação	Dotação atualizada	Despesas Executadas	Anal.Vert. Desp.Exec.	Despesas Liquidadas	Valores Pagos e Cr Pg Folha	Anal.Hor.Vr. Pago/D.Exec
<b>1</b>	<b>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</b>						
04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	179.017	179.017	4,3%	179.017	179.017	100,0%
11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.429.876	3.266.607	79,1%	3.266.607	3.266.607	100,0%
13	OBRIGACOES PATRONAIS	736.409	677.814	16,4%	677.814	677.814	100,0%
16	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	4.793	4.793	0,1%	4.793	4.793	100,0%
	<b>Soma</b>	<b>4.350.096</b>	<b>4.128.232</b>	<b>5,6%</b>	<b>4.128.232</b>	<b>4.128.232</b>	<b>100,0%</b>
<b>3</b>	<b>OUTRAS DESPESAS CORRENTES</b>						
0	(sem descrição)	1.844.091				0	
04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	322.689	322.689	0,7%	322.689	322.689	100,0%
08	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	4.500	2.494	0,0%	2.494	2.494	100,0%
14	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	463.086	460.151	1,0%	448.461	448.461	97,5%
30	MATERIAL DE CONSUMO	535.244	499.731	1,1%	390.166	389.371	77,9%
31	PREMIAÇÕES CULT.ART.CIENT.DESPORTIVAS E OUTRA	124.577	124.577	0,3%	124.577	124.577	100,0%
33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.998.791	1.955.740	4,4%	1.697.185	1.697.185	86,8%
35	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	176.960	92.480	0,2%	8.000	8.000	8,7%
36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	298.899	286.395	0,6%	266.667	266.667	93,1%
37	LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	807.737	807.737	1,8%	500.626	500.626	62,0%
39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	10.149.013	10.127.723	22,6%	4.821.075	4.821.075	47,6%
41	CONTRIBUICOES	30.007.143	29.672.474	66,2%	8.426.022	8.226.757	27,7%
46	AUXILIO-ALIMENTACAO	95.200	90.098	0,2%	90.098	90.098	100,0%
47	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB.OP.INTRA-ORÇAMENTARIAS	1.003	1.003	0,0%	1.003	1.003	100,0%
49	AUXILIO-TRANSPORTE	15.000	10.325	0,0%	10.325	10.325	100,0%
92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.998	1.998	0,0%	1.135	1.135	56,8%
93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	338.071	338.071	0,8%	285.682	282.784	83,6%
	<b>Soma</b>	<b>47.184.000</b>	<b>44.793.683</b>	<b>60,7%</b>	<b>17.396.204</b>	<b>17.193.245</b>	<b>38,4%</b>

4	INVESTIMENTOS						
0	(sem descrição)	537.212					
51	OBRAS E INSTALACOES - OP.INT.ORB.	3.886.931	3.886.929	15,6%	389.153	389.153	10,0%
52	EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORB.	21.056.556	20.961.578	84,4%	2.015.283	1.715.731	8,2%
	<b>Soma</b>	<b>25.480.700</b>	<b>24.848.507</b>	<b>33,7%</b>	<b>2.404.436</b>	<b>2.104.884</b>	<b>8,5%</b>
	<b>Total</b>	<b>77.014.796</b>	<b>73.770.422</b>	<b>100,0%</b>	<b>23.928.872</b>	<b>23.426.361</b>	<b>31,8%</b>

Na Tabela 6, abaixo, pela análise vertical, 82,0% em 2008, e 79,2% em 2009, do valor total de Empenhos Emitidos (na nossa Unidade é basicamente igual ao valor total de Empenhos Liquidados, por isso não colocamos na Tabela) são referentes ao grupo 8 – Não se Aplica. Como se pode notar os elementos de despesa mais significativos, que compõem esse grupo, são os 41-Contribuições, 51-Obras e Instalações e 52-Equipamentos e Material Permanente, todos vinculados à despesas executadas na modalidade de Convênios. Basicamente a SPMulheres opera por Convênios Firmados com entidades estaduais, municipais e organismos privados sem fins lucrativos, na totalidade das suas ações finalísticas.

**Tabela 6 - dos Empenhos Emitidos por Modalidade de Licitação e Elemento de Despesa - UO 20122-SPMulheres. R\$**

Modalidad e de Licitação		Elemento de Despesa		Item de Informação			
				2008 - Empenhos por NE	Anal. Vert.	2009 - Empenhos por NE	Anal. Vert.
01	Concurso	31	PREMIAÇÕES CULT.ART.CIENT.DESPORTIVAS E OUTRA	45.000	0,1%	45.000	0,1%
03	Tomada de preço	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.936	0,0%		0,0%
04	Concorrência	35	SERVIÇOS DE CONSULTORIA		0,0%	84.480	0,1%
		39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	3.233.200	6,2%	4.000.000	5,8%
			<b>Soma</b>	<b>3.233.200</b>	<b>6,2%</b>	<b>4.084.480</b>	<b>5,9%</b>
06	Dispensa de licitação	30	MATERIAL DE CONSUMO	24.497	0,0%	60.219	0,1%
		33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO		0,0%	9.445	0,0%
		35	SERVIÇOS DE CONSULTORIA		0,0%	8.000	0,0%
		36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.500	0,0%	17.200	0,0%
		39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	814.396	1,6%	884.723	1,3%
		52	EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORB.	112.422	0,2%	25.925	0,0%
		92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	4.930	0,0%		0,0%
			<b>Soma</b>	<b>958.745</b>	<b>1,8%</b>	<b>1.005.512</b>	<b>1,5%</b>
07	Inexigível	33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO		0,0%	52.336	0,1%
		36	SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	20.000	0,0%		0,0%
		39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	20.195	0,0%	27.775	0,0%
			<b>Soma</b>	<b>40.195</b>	<b>0,1%</b>	<b>80.111</b>	<b>0,1%</b>
08	Não se aplica	14	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	205.536	0,4%	460.151	0,7%
		20	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	2.039.037	3,9%		0,0%
		30	MATERIAL DE CONSUMO		0,0%	5.000	0,0%
		33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO		0,0%	13.739	0,0%
		36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	207.673	0,4%	200.170	0,3%
		39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	219.328	0,4%	36.433	0,1%
		41	CONTRIBUICOES	23.423.512	44,6%	29.672.474	42,9%
		47	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	14.309	0,0%	1.003	0,0%
		51	OBRAS E INSTALACOES - OP.INT.ORB.	6.893.186	13,1%	3.886.929	5,6%
		52	EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORB.	9.713.655	18,5%	20.562.799	29,7%
		92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES		0,0%	1.998	0,0%
		93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	323.246	0,6%	338.071	0,5%
			<b>Soma</b>	<b>43.039.481</b>	<b>82,0%</b>	<b>55.178.766</b>	<b>79,8%</b>
09	Suprimento de fundos	30	MATERIAL DE CONSUMO		0,0%	63.890	0,1%
		33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO		0,0%	5.108	0,0%

		39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA		0,0%	25.248	0,0%
			Soma	0	0,0%	94.247	0,1%
12	Pregão	30	MATERIAL DE CONSUMO	84.366	0,2%	370.621	0,5%
		31	PREMIAÇÕES CULT.ART.CIENT.DESPORTIVAS E OUTRA		0,0%	79.577	0,1%
		33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.543.959	2,9%	1.875.111	2,7%
		37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	662.697	1,3%	807.737	1,2%
		39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	2.640.052	5,0%	5.153.544	7,5%
		52	EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORC.	225.485	0,4%	372.853	0,5%
			Soma	5.156.559	9,8%	8.659.443	12,5%
			Total	52.475.115	100,0%	69.147.559	100,0%

### 2.7.1 Evolução de Gastos Gerais:

A Secretaria basicamente opera na modalidade de convênios, descentralizando seus recursos para entidades estatais, municipais e privadas sem fins lucrativos, como se pode verificar no quadro abaixo;

Modalidade de Aplicação	Item de Informação	Total Empenhado		
		2007	2008	2009
30	TRANSFER. A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	4.507.624	17.733.994	23.238.454
40	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	8.426.013	9.181.335	17.978.630
50	TRANSF. A INST. PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	8.487.128	10.149.217	11.564.519
80	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	1.535.160	1.466.510	1.200.000
90	APLICACOES DIRETAS	3.485.796	4.102.474	8.836.453
91	APLICACOES DIRETAS - OPERACOES INTERNAS	0	0	1.750
<b>Total:</b>		<b>26.441.721</b>	<b>42.633.534</b>	<b>62.819.806</b>

Abaixo tabelamos os principais gastos gerais, empenhados em 2.009, lembrando que somente nesse ano passamos a ocupar prédio de uso exclusivo, localizado no Pavilhão das Metas, em Brasília. Nos anos anteriores ocupávamos instalações em prédio de multi-uso, e nossas despesas gerais eram empenhadas e pagas em condomínio, basicamente pela Unidade Gestora da Presidência da República. No programa 0156, o valor de R\$ 1.908.763 foram empenhados para as empresas Mobitel S.A. (R\$ 1.785.762) e Call Tecnologia e Serviços Ltda. (R\$ 123.000) responsáveis pelo funcionamento do serviço "Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher". No programa 0750, em serviços gráficos tivemos R\$ 669.605 com a firma Cidade Gráfica e Editora Ltda. Também no programa 0750, foi empenhado pela UG 110.001 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/PR, R\$ 288.000 com indenizações de moradia pessoal civil. Em vigilância ostensiva empenhamos R\$ 303.000 com a empresa Oriente Segurança Privada Ltda, e R\$ 365.901 em serviços de apoio administrativo, técnico e operacional (mão de obra administrativa terceirizada) com a empresa Brasfort Administração e Serviços Ltda, ambos contratos no programa 0750. Empenhamos, também no programa 0750, R\$ 815.466 em serviços gráficos, por duas Adesões em Ata de Registro de Preços, com a empresa André Victor Agência de Viagens e Turismo Ltda, para a realização de eventos. A outra foi no programa 1433, no valor de R\$ 390.300, mais R\$ 404.316 pela empresa Front Propaganda Ltda.



R\$	
Ano	2009
Diárias e Passagens	2.128.448
Exposições Congressos e Conferências	2.110.199
Serviços de Energia Elétrica	71.587
Serviços de Água e Esgoto	25.128
Serviços Gráficos	690.586
Serviço Telefônico Alô - 180	1.908.763
Serv.de Locação de Mão de Obra Admin.	365.901
Serviços de Segurança	303.000
Diversos	1.232.841
<b>Total</b>	<b>8.836.453</b>

## 2.7.2 Medidas adotadas e a implementar para sanear disfunções detectadas na execução da programação e gestão dos recursos

Em 2009, a SPM reformulou e readequou sua programação ao seu novo patamar de intervenção na sociedade brasileira decorridos três anos de implementação do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I PNPM); da promulgação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 07.08.2006) e das atividades necessárias para sua efetiva implementação; da crescente preocupação em produzir dados e indicadores que orientem a formulação de políticas públicas e possibilitem o exercício do controle social, bem como o monitoramento e a avaliação da ação governamental; e, mais recentemente, do lançamento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Diante disso, esta Secretaria tem procurado aprimorar a sua gestão por meio de medidas de curto e médio prazo, tendo em vista a melhoria dos resultados e a otimização do uso dos recursos públicos. Neste sentido, algumas iniciativas foram tomadas, tais como:

Implantação de um Sistema de Controle de Convênios, desenvolvido pela área de Informática da Presidência da República, ao longo do ano de 2008, sem custo para a SPM;

Implantação de um Sistema de Informações Gerenciais, no qual será monitorada a implementação das ações do PPA da SPM e do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Este sistema foi transferido pelo Ministério da Educação, sem custo para a SPM;

Instituição da prática de planejamento estratégico da Secretaria com periodicidade semestral;

Início de um processo de reestruturação da SPM, tendo sido aprovado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a realização de processo seletivo simplificado de caráter temporário, para suprir demanda emergencial de pessoal qualificado, enquanto não é aprovada a criação da carreira de Analista de Políticas Sociais que ora tramita no Congresso Nacional.

Aperfeiçoamento dos Termos de Referência que se encontram na página da SPM, visando nortear as solicitações de apoios financeiros para os convênios;

Aperfeiçoamento do Manual de Convênios que se encontra na página da SPM, para orientar o proponente na elaboração de projetos, planos de trabalho, e planilhas de custos, bem como, da prestação de contas a ser apresentada;

Implementação de novos mecanismos na formulação de projetos com os Estados para a execução do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, visando ao alcance efeito dos resultados e à eficiência na aplicação dos recursos.

Capacitação de servidores da Secretaria em gestão de projetos e celebração de convênios, por meio de seminários internos de disseminação e atualização das normas que regem as transferências voluntárias; divulgação interna das

recomendações da Secretaria de Controle Interno – Ciset/PR, bem como das orientações emanadas do Tribunal de Contas da União.

Incremento da ação fiscalizadora dos convênios e melhoria do processo de análise das prestações de contas dos convênios, com o objetivo de propiciar uma melhor verificação na aplicação dos recursos, conforme Gráfico 4. Em 2008, foram analisados 158 processos, dos quais 110 foram aprovados.

### 2.7.3 Comentários Gerais na Gestão da SPMulheres

#### I. II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

O I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I PNPM), implementado no período de 2005 a 2007, consolidou a atuação de 17 órgãos do Governo Federal no que diz respeito às políticas de gênero e para as mulheres. Seus resultados foram avaliados na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (II CNPM) por mais de 2,5 mil delegadas, representantes dos poderes executivos das três esferas da federação e dos mais diferentes segmentos e grupos da sociedade civil organizada.

A partir das demandas e deliberações da II CNPM, o Governo Federal elaborou e lançou o II PNPM, que contemplou seis novas áreas de atuação estratégicas, além daquelas já existentes no I PNPM<sup>1</sup>. Portanto, é importante destacar que foram desenvolvidas e apoiadas, em 2009, diversas iniciativas e ações nas áreas do II Plano Nacional, a exemplo da educação e cultura, do trabalho e da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, além do enfrentamento da violência cujas ações estão contempladas no Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

##### 1. Gestão do II PNPM

O Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM foi instituído em 2005, por meio do Decreto nº 5.390, tendo sua composição ampliada a partir de 2008. A representação do Governo Federal aumentou de 17 para 22 órgãos, de forma a incorporar os setores governamentais responsáveis pela implementação das seis novas áreas de atuação do Plano. Nesta nova configuração, o Comitê também ampliou a representação da sociedade civil passando de um para três o número de representantes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; e incorporou duas representações de mecanismos governamentais de políticas para as mulheres estaduais e duas de mecanismos municipais.

Com a finalidade de acompanhar e avaliar periodicamente o cumprimento dos objetivos, metas, prioridades e ações definidas no Plano, o Comitê realizou, em 2009, oito reuniões ordinárias, bem como desenvolveu um novo Sistema de Acompanhamento do Plano, por meio do qual os órgãos envolvidos na sua execução podem informar os resultados das ações sob sua responsabilidade e prestar contas à sociedade civil.

##### 2. Estadualização do II PNPM

Para ampliar o alcance do II Plano, fazendo com que suas ações cheguem realmente às suas destinatárias finais, o Governo Federal vem atuando no sentido de buscar a parceria dos governos estaduais e municipais. Para tal, definiu-se como principal estratégia, a partir de 2008, o estímulo à formulação de Planos Estaduais e Municipais de Políticas para as Mulheres, conforme recomendação da totalidade das Conferências Estaduais de Políticas para as Mulheres.

Nesse sentido, cabe mencionar que os estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul lançaram os seus planos estaduais de políticas para as mulheres, elaborados a partir das diretrizes do II Plano Nacional. Além disso, o Governo Federal apoiou, em 2009, a construção de seis novos Planos Estaduais de Políticas para as Mulheres (MA, MG, MS, RJ, RN e SP), os quais deverão ser lançados em 2010.

Outras iniciativas importantes foram o Encontro do Fórum Nacional de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres e o Encontro Nacional de Deputadas e Senadoras, que reuniram cerca de 400 mulheres para debater a estadualização e municipalização do II PNPM, a relação mulher e poder e a institucionalidade das políticas de gênero no Brasil. Como resultado destes Encontros, foi assinada uma carta pelo Fórum Nacional, pela Bancada Feminina do Congresso Nacional e pela Secretaria de Mulheres da Unale – União dos Legislativos Estaduais e enviada às Assembléias Legislativas de todo o país, demandando apoio para promover a estadualização do II Plano Nacional.

<sup>1</sup> Autonomia e igualdade no mundo do trabalho; educação inclusiva e não-sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e reprodutivos; enfrentamento da violência; e gestão e monitoramento do Plano.

## II. Agenda Social – Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, parte da Agenda Social do Governo Federal, teve sua implementação iniciada em 2009 em mais 11 unidades da federação (Amapá, Amazonas, Alagoas, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e Sergipe), além dos 13 estados pactuados em 2008. Em 2010, o Pacto será iniciado também nos demais estados (Mato Grosso e Paraná) e no Distrito Federal.

Com o lançamento do Pacto Nacional, os recursos autorizados nos orçamentos anuais da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) para as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres sofreram um aumento de 81,6% no período de 2007 e 2009. O Pacto Nacional representa, portanto, a grande prioridade do Governo Federal nesta área.

As ações do Pacto foram estruturadas em quatro grandes áreas: i) consolidação da Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres e implementação da Lei Maria da Penha; ii) promoção dos direitos sexuais e reprodutivos e implementação do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Aids; iii) combate à exploração sexual e ao tráfico de mulheres; e iv) promoção dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão. Os principais resultados de 2009 são apresentados a seguir.

### 1. Consolidação da Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres e implementação da Lei Maria da Penha

Nesta área, é importante destacar as seguintes ações prioritárias realizadas em parcerias com governos estaduais e municipais: i) apoio à construção/reforma/reaparelhamento de serviços especializados de atendimento à mulher em situação de violência: houve um aumento de 23,8% no número de Delegacias Especializadas, de 54,5% no número de casas abrigo existentes e 228,6% no número de centros de referência, em comparação a 2003. O país conta, atualmente, com 421 Delegacias ou Postos Especializados de Atendimento à Mulher, 138 Centros de Referência de Atendimento à Mulher e 68 Casas Abrigo, além de 14 Defensorias Públicas da Mulher e 64 Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Varas Criminais adaptadas; ii) apoio à capacitação de profissionais da rede de atendimento às mulheres em situação de violência; iii) apoio a iniciativas de prevenção à violência contra as mulheres e de fortalecimento dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão; iv) apoio à promoção e realização de campanhas de prevenção e combate à violência contra as mulheres.

Em 2009, destacam-se ainda outras ações de grande impacto realizadas no âmbito do Pacto. O Governo Federal realizou, em 2009, o estudo Diálogos sobre Segurança Pública, inédito no Brasil, que apresenta a visão de 213 mulheres de diferentes ocupações, classes sociais, orientações sexuais e religiosas sobre a segurança pública. O projeto que foi realizado em sete cidades do Brasil – Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Belém e Canoas – apresenta não só os problemas apontados pelas mulheres, mas também soluções para a melhoria da segurança. Entre elas, está a necessidade de uma política intersetorial e transversal que garanta o acesso integral às garantias do Estado de Direito. Como resultado do projeto mencionado, foi publicado o livro “Segurança Pública – Outros olhares, novas possibilidades”, que contém artigos de colaboradores que participaram dos encontros com mulheres nas sete cidades em que se realizaram os “diálogos”, além de sugestões e orientações de pesquisadores para a formulação de uma política nacional de segurança pública.

Nesta área de capacitação, cabe mencionar ainda a realização da III Jornada da Lei Maria da Penha, em março de 2009, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com a finalidade de debater a efetividade da aplicação da lei, com vistas a melhorar as ações de combate à violência contra as mulheres. Durante o encontro, os principais temas abordados foram: i) balanço de funcionamento das Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher no Brasil, cujo objetivo é inibir a prática dos maus tratos, além de atuar na recuperação dos agressores com vistas à reabilitação familiar. As varas especializadas já foram implantadas em, aproximadamente, 85% dos tribunais de Justiça brasileiros; ii) resultados dos cursos de capacitação sobre a Lei Maria da Penha realizados pelo CNJ em parceria com as Escolas de Magistratura, que já ofereceram mais de 750 vagas para a formação de juízes com competência para tratar a matéria; e, iii) tratar sobre a estrutura brasileira da rede de atendimento à mulher.

Em agosto de 2009, foi lançado o “Prêmio Boas Práticas na Aplicação, Divulgação ou Implementação da Lei Maria da Penha” em comemoração aos três anos da Lei Maria da Penha. Criado para estimular a correta aplicação da legislação, ele será concedido às pessoas físicas ou jurídicas indicadas por terceiros, cujos trabalhos ou ações merecem especial destaque no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher. São cinco as categorias disponíveis: i) implantação de programas e políticas; ii) criação e implementação de serviços; iii) idealização ou realização de campanhas; iv) realização de estudos e pesquisas; e, v) realização de matérias jornalísticas. Podem concorrer integrantes ou instituições do sistema de justiça, dos executivos estaduais ou municipais, o sistema de segurança pública, da sociedade civil, de instituições acadêmicas, jornalistas e/ou órgãos de mídia. As indicações poderão ser feitas até o dia 8 de março de 2010 e a premiação acontecerá em agosto de 2010.

O Governo Federal lançou, em novembro, a Campanha “Uma vida sem violência é um direito de todas as mulheres”. Com spot de rádio, vídeo, cartazes, folders e peças para mobiliário urbano (como paradas de ônibus), a campanha nacional busca quebrar as barreiras do medo de falar sobre a violência, incentivando as vítimas a ligarem para a Central de Atendimento à Mulher.

A Central de Atendimento à Mulher, serviço ofertado pelo Governo Federal para receber denúncias e relatos de violência contra a mulher, orientar as mulheres sobre seus direitos e encaminhá-las para os serviços da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, completou 4 anos de existência em 2009. A Central de Atendimento, por contar com um número de utilidade pública, podendo ser acessado gratuitamente de qualquer terminal telefônico (móvel ou fixo, particular ou público) todos os dias da semana, inclusive domingos e feriados, em qualquer horário, representa uma importante porta de entrada na rede de atendimento para as mulheres em situação de violência, além de fornecer informações essenciais para subsidiar a formulação e o acompanhamento das políticas públicas de enfrentamento da violência contra as mulheres.

A Central realizou, em 2009, cerca de 401 mil atendimentos a mulheres de todo o país, o que representa um aumento de 48% em relação a 2008. Quando se compara 2006 e 2009, o aumento foi de 1990%, uma vez que foram registrados cerca de 923 mil atendimentos neste período. É importante destacar que este grande aumento se deve à Lei Maria da Penha, ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e às melhorias tecnológicas e capacitação de atendentes. O perfil geral dos relatos de violência recebidos pela Central revela que: 61,2% foram de violência física e 27,5% de violência psicológica; 93% das denúncias são feitas pela própria vítima; 78% das vítimas sofrem crimes de lesão corporal leve e ameaça; 50 % dos agressores são os cônjuges das vítimas; 77% das vítimas possuem entre 00 e 02 filhos; 69% das vítimas sofrem as agressões diariamente; 39% dos agressores não fazem uso de substâncias entorpecentes ou álcool; 34% das vítimas se percebem em risco de morte; e 33% das vítimas apresentam tempo de relação com o agressor superior a 10 anos.

Em 2009, foi realizada licitação para a ampliação da capacidade de atendimento da central, a partir do aumento do número de postos de atendimento, o que possibilita o recebimento de um número muito maior de ligações. O Ligue 180 amplia sua atuação, também, com a implementação do serviço de telemarketing ativo, para a geração de chamadas a partir da Central, viabilizando o acompanhamento das denúncias junto aos órgãos a que estas foram encaminhadas, bem como o monitoramento da Rede Especializada de Atenção à Mulher Vítima de Violência (DEAMs, Centros de Referência, Casas Abrigo, Juizados Especializados, Defensorias da Mulher).

A Ouvidoria da SPM, outro espaço de escuta qualificada ofertado pelo Governo Federal, completou seis anos de existência em 2009. Durante esse período, o serviço recebeu cerca de 2000 demandas que foram analisadas e encaminhadas aos serviços especializados da rede de atendimento conforme suas especificidades. Em 2009, foram registrados 441 casos, uma média 40 demandas por mês. Parte significativa desse total se deve à busca por informações sobre a Lei Maria da Penha, políticas públicas da SPM e denúncias de violência doméstica e discriminação. Importante ainda ressaltar que as demandas de emergência referentes aos registros de ocorrência dos crimes de cárcere privado e tráfico de mulheres advindas da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 são recebidas pela Ouvidoria, que as encaminha aos órgãos competentes para investigação local. Em 2009, foram recebidos 101 casos de emergência, sendo 85 de cárcere privado e 16 de tráfico de mulheres.

Outra importante ação realizada, em 2009, foi a assinatura de protocolo de intenções com a BR Distribuidora para capacitar frentistas dos postos Petrobrás e promotores das lojas de conveniência BR Mania de todo país no auxílio à luta pelo fim da violência contra as mulheres. O curso sobre equidade de gênero a ser oferecido pelo Governo Federal nas Unidades Móveis de Treinamento BR será integrado ao Programa Capacidade Máxima, criado pela Petrobras Distribuidora para aperfeiçoar o desempenho dos profissionais dos postos de serviços em todos os níveis. Os profissionais serão incentivados também a divulgar o Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher. Além disso, a BR assinou convênio com a Petrobras para a ampliação da frota de Unidades Móveis de Treinamento (UMT), o que contribuirá para expandir o alcance do projeto. As iniciativas fazem parte da edição nacional da Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher.

A Campanha Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, lançada em 2008, com o slogan “Mulheres donas da própria vida – Viver sem violência é um direito das mulheres do campo e da floresta” e com o objetivo de informar e prevenir todas as mulheres do campo e da floresta sobre a violência doméstica e familiar, teve a sua veiculação ampliada em 2009, a partir de 2.769 inserções de spots de rádio em 803 emissoras em todo o país, no início da manhã e da noite, para capturar a audiência das mulheres do campo e da floresta - público-alvo da campanha. Além disso, anúncios publicitários da campanha circularam em 26 revistas de bordo e femininas/comportamento semanais, quinzenais e mensais, com o objetivo de atingir mulheres de diferentes faixas etárias e condições socioeconômicas, além de formadores de opinião para divulgar a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 e chamar a atenção para o fenômeno da violência contra as mulheres.

Destaca-se, ainda, a realização do I Encontro do Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (FONAVID), cujo tema foi “Efetividade da Lei Maria da Penha”. Os objetivos do encontro foram compartilhar experiências e uniformizar procedimentos afetos à Lei, discutir as decisões oriundas dos Juizados e Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher sob o prisma da efetividade jurídica e, ainda, avaliar as vantagens e

desvantagens de ampliação de competência do sistema. O Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher foi criado, em março de 2009, como resultado das discussões da III Jornada da Lei Maria da Penha, com o fim de reunir juízes de todo o Brasil que atuam na temática. Em dezembro de 2009, foi realizado também o encontro de Promotores que trabalham com a Lei Maria da Penha que reuniu, em Brasília, cerca de cinquenta profissionais da área para discutir o tema.

## 2. Promoção dos direitos sexuais e reprodutivos e implementação do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Aids

No campo da saúde, cabe destacar o lançamento do Relatório sobre Epidemia Global de Aids, uma parceria do governo brasileiro com o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS). A estimativa de novas infecções, a ocorrência de óbitos em todo o mundo, os novos perfis da epidemia e perspectivas futuras encontram-se entre as diversas constatações do estudo que aborda, ainda, questões como o acesso dos jovens à informação básica sobre o HIV; a prevenção da transmissão vertical; a relação entre a tuberculose e a Aids; o número de pessoas infectadas que não tem conhecimento do seu estado soropositivo; e a feminização da doença.

O Governo Federal apoiou a realização do documentário “Positivas”, lançado em celebração ao Dia Mundial de Luta contra a Aids, que aborda a feminização da Aids e tem como principal alvo o estigma em torno da doença. O filme acompanha a vida de mulheres que foram surpreendidas pela notícia da doença em um ambiente até então seguro e moralmente “adequado”, o do casamento ou de relações estáveis que mantinham com os companheiros. Por meio dos relatos das mulheres, a obra aponta os principais fatores responsáveis pela feminização da Aids no país mostrando que, apesar do luto inicial que acompanha a notícia e do preconceito que vem em seguida, viver com Aids não é o fim da vida e, ao contrário, pode significar uma nova chance à vida e à sexualidade.

Em 2009, foi feita a revisão do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e outras DST, lançado em março de 2007. O Plano foi revisado tendo como referência os Planos Estaduais elaborados a partir dos seminários macrorregionais e de consulta pública realizada pelo Governo Federal com vistas ao aperfeiçoamento do Plano.

## 3. Combate à exploração sexual e ao tráfico de mulheres

No que se refere ao enfrentamento do tráfico de mulheres, os governos do Brasil e do Suriname aprovaram, em maio de 2009, a Declaração de Belém. O documento propõe medidas de combate ao tráfico de seres humanos estabelecido através da fronteira entre Brasil e Suriname. A Declaração de Belém traz em seu texto as recomendações e conclusões do I Encontro Binacional Brasil – Suriname realizado em Belém/PA, com o tema Diálogos sobre Atenção à Migração Feminina entre Brasil e Suriname e com os objetivos de fortalecer a articulação das organizações governamentais e da sociedade civil organizada no Brasil e no Suriname para promover ações integradas de atenção à migração feminina entre os dois países, através de um encontro binacional, com o fortalecimento da articulação das organizações governamentais e da sociedade civil. O Encontro Binacional Brasil - Suriname é considerado uma das principais estratégias do Plano Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, aprovado pelo governo do Pará em abril deste ano. As ações traçadas pelo plano possuem três finalidades: prevenção, atenção às vítimas e repressão ao crime. O plano estadual tem como base o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Governo Federal e ambos seguem as diretrizes propostas pela Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Ainda no âmbito do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, cabe destacar as seguintes ações desenvolvidas pela SPM ao longo de 2009:

- O fortalecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência: em concomitância com o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, todas as ações de fortalecimento de serviços da Rede levam em conta a estruturação e adaptação dos serviços para o atendimento diferenciado às mulheres vítimas de tráfico de pessoas;

- Capacitação das/os profissionais da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência: mais de 3 mil profissionais e 10 mil multiplicadoras/es foram capacitados na temática de tráfico de mulheres. Em dezembro de 2009, todas as operadoras da Central de Atendimento à Mulher – 180 foram sensibilizadas no tema e podem, hoje, encaminhar denúncias diretamente à Polícia Federal, além de prestar informações sobre tráfico e exploração sexual;

- Foram realizadas oficinas com os organismos locais responsáveis para a implementação dos Núcleos Estaduais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NEPT) e dos Postos Avançados. Como resultado da intensa

discussão promovida pelo Governo Federal junto aos parceiros locais, foi publicada a Portaria 31, de 20 de agosto de 2009, que estabelece as diretrizes orientadoras da atuação destes organismos.

É importante destacar ainda uma iniciativa inédita no mundo: em novembro de 2009, o Governo Federal criou um Centro Tri-nacional de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência e Tráfico de Pessoas, em parceria com os organismos de políticas para as mulheres do Paraguai e Argentina e com a Prefeitura de Foz do Iguaçu. Trata-se de um espaço direcionado ao atendimento especializado às mulheres dentro da Casa do Migrante deste município, que será responsável por identificar casos de violência e tráfico contra as mulheres migrantes na região, além de encaminhá-las aos serviços de atendimento à mulher dos três países. Com essa iniciativa, pautada sob a ótica do enfrentamento à violência contra a mulher em geral no âmbito da REM (Reunião Especializada da Mulher - Mercosul), o Brasil se consolida como referência internacional em políticas públicas no enfrentamento ao tráfico de mulheres, especialmente nas regiões de fronteira seca.

Para 2010, é prioridade replicar a experiência de Foz do Iguaçu em outras regiões de fronteira seca que se constituam em rotas de tráfico de pessoas. Já foram iniciadas as negociações para implantação do serviço de fronteira no município de Pacaraima, numa parceria entre Brasil e Venezuela. Com a implementação de um Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no estado do Acre, a região de fronteira com a Bolívia, na cidade de Brasília, se torna prioridade para a replicação de mais uma parceria.

#### 4. Promoção dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão

Neste campo de atuação, o Governo Federal deu continuidade, em 2009, ao Mutirão de Assistência Jurídica às mulheres em situação de prisão, contribuindo para a efetivação de parcerias com as Defensorias Públicas de 18 Estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Distrito Federal, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Sergipe, Acre, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Goiás, Bahia, Ceará, Piauí e Rondônia.

Para 2010 pretende-se realizar ações de sensibilização por meio da participação em Audiências Públicas – junto aos 27 Estados da Federação – em parceria com a Câmara dos Deputados e as Assembléias Legislativas, visando à implementação da Lei 11.942/2009, sancionada pelo Presidente da República e que altera a Lei de Execução Penal para assegurar às mães presas e aos recém-nascidos/as condições mínimas de assistência, a partir da criação de berçários e de creches ligadas ao Sistema Prisional. Será lançada também a Cartilha de Direitos das Mulheres em Situação de Prisão com capítulo específico abordando os direitos das presas estrangeiras.

### III. Mais autonomia e mais cidadania

#### 1. Educação e Cultura

- Programa Gênero e Diversidade na Escola: foram capacitados, em 2009, 13.340 profissionais da educação do sexto ao nono ano do ensino fundamental da rede pública nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual. O programa integra a Universidade Aberta do Brasil e representa uma importante ação no enfrentamento à violência contra as mulheres e à cultura de discriminação de gênero. A meta prevista para 2010 é de 15.500 profissionais da educação capacitados a partir dos cursos ofertados pelas 20 Universidades conveniadas em 2009. Além disso, foi publicado novo Edital do programa, que deverá ampliar o número de profissionais a serem capacitados em 2010 e 2011.

- Curso de Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça: criado no segundo semestre de 2009, em parceria com o Unifem e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/UERJ), o curso pretende preparar gestores para intervir nos processos de concepção, elaboração, implantação, monitoramento e avaliação de programas e ações, a fim de assegurar a transversalidade e intersetorialidade de gênero e raça nas políticas públicas. O curso será realizado a partir de 2010, por meio de instituições de ensino superior, e abordará questões como o estudo de políticas promoção da igualdade, políticas públicas de gênero e raça, a trajetória da sociedade brasileira e do Estado Brasileiro, com destaque aos aspectos essenciais para o entendimento da realidade nacional e princípios de gestão pública. O público alvo são os servidores dos três níveis da administração pública, integrantes dos Conselhos dos Direitos da Mulher, dos Fóruns Intergovernamentais de Promoção da Igualdade Racial, dos Conselhos de Educação, dirigentes de organismos não governamentais ligados à temática de gênero e da igualdade étnico-racial, além de gestores das áreas de educação, saúde, trabalho, segurança e planejamento. Estima-se a adesão de mais de 22 universidades federais e estaduais, o que permitirá uma oferta de 10.000 vagas para 2010.

- Programa Mulher e Ciência: i) lançamento da quinta edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, cujos objetivos são estimular e fortalecer a pesquisa no campo dos estudos das relações de gênero, mulheres e feminismos.

As grandes novidades desta edição são a diversificação das modalidades de participação universitária, para possibilitar condições iguais de concorrência, e a criação da categoria “Escola Promotora da Igualdade de Gênero”. Escolas públicas e privadas concorrem com projetos e ações pedagógicas inovadoras na área de gênero, raça, etnia, sexualidade, geração e classe social. Esta edição recebeu um total de 3.000 trabalhos, sendo 2.385 na categoria Estudante do Ensino Médio; 179 na categoria Estudante de Graduação; 214 na categoria Graduado, Especialista e Estudante de Mestrado; 110 na categoria Mestre e Estudante de Doutorado. A premiação acontecerá em 2010, quando os vencedores receberão equipamentos de informática, prêmios em dinheiro e bolsas de iniciação científica ou de mestrado/doutorado, conforme a categoria; ii) realização do II Encontro Nacional – Pensando Gênero e Ciências, que contou com a participação de mais de 150 núcleos e grupos de pesquisas, com o objetivo de discutir a participação das mulheres nos espaços de poder dos sistemas de Educação, Ciência e Tecnologia; propor estratégias para maior articulação entre os estudos de gênero, os estudos feministas e de mulheres e as diversas áreas de conhecimento; discutir experiências e iniciativas para a implementação de cursos no campo dos estudos de gênero, mulheres e feminismos; discutir os mecanismos institucionais de ampliação, apoio e avaliação das publicações científicas como veículos de consolidação da área; e, ainda, fortalecer e estabelecer medidas e ações que contribuam para a promoção das mulheres nas áreas científicas e tecnológicas nas carreiras acadêmicas. O tema central do encontro foi a Institucionalização dos Estudos Feministas, de Gênero e Mulheres nos Sistemas de Educação, Ciência e Tecnologia no país. Na oportunidade, foram realizadas a premiação do 4º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero e do 3º Prêmio Margarida Alves, que visa fomentar e apoiar o desenvolvimento de pesquisas e estudos sobre a temática da igualdade entre mulheres e homens no meio rural. Para 2010, estão previstas a realização do 6º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero e o lançamento de edital para incentivar pesquisas na área dos estudos de gênero, mulheres e feminismos.

- VI Seminário Mulher e Mídia: realizado, em novembro de 2009, com a participação de cerca de 270 pessoas de diferentes regiões do país, teve como finalidade fomentar um espaço de debate e construção de propostas para a I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), estimulando a produção e difusão de conteúdos não discriminatórios e não estereotipados pela mídia. Dentre os temas discutidos no seminário, vale ressaltar os seguintes: “Mulher, Mídia e Convergência das Comunicações”, “TV Pública e Promoção da Igualdade de Gênero no Ambiente de Convergência das Comunicações”, “Produção de Conteúdos nas Perspectivas de Gênero, Raça/Etnia e Orientação Sexual”.

## 2. Trabalho

- Programa Trabalho e Empreendedorismo das Mulheres: lançado este ano também nos estados do Pará e Pernambuco, com a finalidade de estimular o empreendedorismo feminino, apoiando as mulheres na criação e desenvolvimento de seus próprios negócios. Já foram atendidas, pelo programa, 3.600 mulheres nos estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina e Distrito Federal, e há previsão de atender mais 2.200 nos estados do Pará e Pernambuco até 2010.

- Programa Trabalho, Artesanato, Turismo e Autonomia das Mulheres: em 2009, o programa foi implementado nos estados do Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, cujas ações terão continuidade em 2010. Tem por objetivo fortalecer as políticas públicas de incentivo ao turismo local, por meio da formulação de estratégias para o setor produtivo artesanal, que garantam a autonomia e o papel protagonista de mulheres artesãs, na perspectiva da igualdade de gênero e da identidade cultural regional.

- Programa Pró-Equidade de Gênero: a terceira edição do programa contou com a adesão de 71 organizações dos setores público e privado. Este programa tem por objetivo promover a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres nas empresas e instituições por meio do desenvolvimento de novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional. Em 2010, as empresas que aderiram à iniciativa e que conseguirem cumprir todas as etapas do seu Plano de Ação, serão contempladas com o Selo Pró-Equidade de Gênero. A premiação da segunda edição do Programa foi realizada, em março de 2009, com a entrega do Selo Pró-Equidade para 23 empresas e instituições. Em 2009, cabe mencionar ainda a realização de cinco Encontros Regionais para o Fortalecimento do Programa Pró-Equidade de Gênero, que teve como temas: Violência contra a Mulher, Mercado de Trabalho das Mulheres, Discriminação Racial, Comunicação sem Discriminação e Mulher nos Espaços de Poder. Nos encontros, foram compartilhadas as melhores iniciativas em equidade de gênero realizadas pelas organizações, que direcionam mudanças na gestão de pessoas e na cultura organizacional. Outra ação realizada, em novembro de 2009, foi o “Seminário Internacional: Políticas e Práticas de Igualdade de Gênero no Mundo do Trabalho”, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), cujo objetivo foi propiciar um espaço para a troca de experiências nacionais e internacionais e possibilitar a reflexão e ação sobre a importância do fortalecimento de políticas e de leis de igualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho.

- Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais: lançado em 2008 com a finalidade de promover ações de fortalecimento institucional e qualificação produtiva das organizações produtivas de trabalhadoras rurais, realizou as seguintes ações em 2009: i) Curso de Capacitação em Políticas Públicas para Organizações Produtivas de Mulheres Rurais – Módulo I, nas seguintes regiões: Região Nordeste: Natal/RN; Região Norte: Rio Branco/Acre, Região Sudeste: Belo Horizonte/MG, Região Centro-Oeste: Cuiabá/MT, Região Nordeste 2 : Salvador/BA; ii) Curso de Capacitação em Políticas Públicas para Organizações Produtivas de Mulheres Rurais – Módulo II, nas seguintes regiões: Região Sul e Sudeste: Rio de

Janeiro, Região Centro Oeste: Goiânia, Região Norte: Belém, Região Nordeste II: Alagoas/AL. Em parceria com o MDA a SPM destinou R\$ 1 milhão para apoio a projetos para capacitação das trabalhadoras rurais. Para 2010, o programa prevê: i) realização do 3º Módulo do Curso de Formação em Políticas Públicas para Mulheres Rurais; ii) abertura de chamada pública para projetos de fortalecimento de organizações produtivas de mulheres rurais; iii) realização de quatro feiras apoiadas por projetos de fortalecimento de organizações produtivas nos estados de Alagoas, Bahia, Rio Grande do Norte e de uma feira regional no norte do país; e iv) continuidade das pesquisas sobre acesso das mulheres rurais ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), à assistência técnica e ao crédito.

### 3. Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão

- Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009: foi aprovada no Congresso Nacional como resultado do trabalho da Comissão Tripartite, instituída para discutir, elaborar e encaminhar proposta de revisão da lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece as normas para as eleições. A partir de uma estreita articulação com a Bancada Feminina no Congresso Nacional e o movimento feminista e de mulheres, junto aos parlamentares, a Lei altera a legislação eleitoral e avança em alguns pontos no tema da ampliação da participação das mulheres na política. Dentre as principais mudanças, cabe destacar: i) do número de vagas, cada partido ou coligação deverá preencher e não mais reservar o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. Com a mudança os partidos têm de, necessariamente, manter a proporcionalidade de um mínimo de 30% e um máximo de 70% por sexo na sua lista de candidaturas. ii) previsão de aplicação dos recursos partidários na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres conforme percentual que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 5% do total. O partido que não cumprir esta determinação deverá, no ano subsequente, acrescer o percentual de 2,5% do Fundo Partidário para essa destinação, ficando impedido de utilizá-lo para atividade diversa; iii) a propaganda partidária gratuita deverá também promover e difundir a participação política feminina, dedicando às mulheres o tempo que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 10%.

- Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos: deverá estimular a implementação e o monitoramento da nova Lei, além de realizar seminários estaduais para a criação de fóruns multipartidários, à semelhança do Fórum Nacional, e produzir materiais de formação política para as mulheres. Outro produto da Comissão Tripartite é o anteprojeto de Lei de Reforma Eleitoral que deverá ser apresentado ao Congresso Nacional em 2010.

- Campanha “Mais Mulheres no Poder. Eu assumo este compromisso!”: cabe destacar a ampliação da campanha, lançada em 2008 com o propósito de ser um instrumento permanente para promover a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres, como determina o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Esta segunda etapa da campanha, promovida em parceria com o CNDM e o Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos, incorpora áreas de informação como Executivo, Legislativo, Judiciário, Empresa e Sociedade, além de reformular o site [www.maismulheresnopoderbrasil.com.br](http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br), que passa a trazer dados e informações sobre todas estas áreas. Além disso, foram veiculados novos spots de rádio e vídeos e realizados seminários temáticos com o objetivo de aprofundar os diagnósticos e pensar em estratégias políticas para a ampliação da participação das mulheres nesses espaços. O debate sobre a reforma política também foi um dos focos da campanha.

## IV. Participação e controle social

Em 2009, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) realizou o Seminário “Conselho de direitos e controle social das políticas públicas para mulheres”, que teve por objetivo descobrir caminhos para o fortalecimento dos conselhos de direitos da mulher como instrumentos de controle social de políticas para mulheres, respeitando sua autonomia. Conselheiras do CNDM e representantes dos Conselhos estaduais e municipais também debateram formas de instituir mecanismos de articulação e comunicação dos conselhos entre as três esferas de governo, além de reafirmar o compromisso com a construção de planos locais, orientados pelo II PNPM.

Nesta linha, o Governo Federal também apoiou, em 2009, a criação e o fortalecimento de diversos organismos de políticas para as mulheres e conselhos de defesa dos direitos das mulheres das esferas estaduais e municipais, com os objetivos de promover a institucionalidade das políticas para as mulheres no âmbito local, estimular a construção de planos estaduais e municipais de políticas para as mulheres e incentivar o exercício do controle social e da organização das mulheres para defesa de seus direitos e participação no processo de construção e implementação de políticas públicas.

## V. Estudos e pesquisas

### 1. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero



É importante destacar o lançamento do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero (OBIG), que representa um importante instrumento capaz de coletar e divulgar informações acerca das desigualdades de gênero e dos direitos das mulheres e de promover o acesso a dados e análises capazes de subsidiar o processo de formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas com perspectiva de gênero no país. Este projeto foi desenvolvido em torno de quatro diferentes eixos: indicadores, políticas públicas, legislação e legislativo, e comunicação e mídia. O primeiro ciclo de monitoramento teve como foco a temática “Mulheres, Poder e Decisão”. Dentre as atividades realizadas no âmbito do Observatório, cabe ressaltar a criação de um grupo de trabalho que vem acompanhando o impacto da crise financeira mundial sobre a vida das mulheres, tendo sido publicado, em 2009, o Boletim Mulher e Trabalho: A crise econômica internacional e os (possíveis) impactos sobre a vida das mulheres. O estudo é uma parceria do Governo Federal com a OIT que procurou identificar e monitorar os impactos da crise econômica sobre homens e mulheres a partir da análise dos indicadores de mercado de trabalho no período de setembro de 2008 a abril de 2009.

## 2. Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo

Ressalte-se a realização de uma pesquisa-piloto sobre uso do tempo numa perspectiva de gênero desenvolvida pelo IBGE no âmbito do teste da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua que foi desenvolvido no segundo semestre de 2009. O piloto sobre uso do tempo responde a uma demanda antiga e permanente sobre a produção de informações oficiais e sistemáticas a respeito de como as pessoas distribuem suas atividades ao longo do dia e dos impactos que os diferentes usos do tempo têm na participação dos indivíduos na sociedade. A partir dos resultados deste piloto, a pesquisa será inserida no Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares em 2011.

Importante destacar, também, a realização de um suplemento sobre vitimização na PNAD 2009 que trará informações de grande relevância para o fenômeno da violência doméstica e familiar contra as mulheres. Este suplemento é uma nova rodada de uma investigação realizada em finais da década de 1980, que nunca mais havia sido retomada. Os trabalhos do Comitê de Gênero e Uso do Tempo contribuíram para esse avanço.

Por fim, foi realizado, no âmbito do Comitê, um mapeamento das informações produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dos registros administrativos de alguns órgãos governamentais com o objetivo de identificar a forma como as dimensões de gênero e raça vêm sendo tratadas nestes registros e de como podem ser aprimoradas. Para 2010, estão previstas as seguintes atividades: i) realização de oficinas com o IBGE e os Ministério da Saúde, Educação, Justiça e Trabalho e Emprego, para avaliar a inserção da perspectiva de gênero nos registros administrativos, nos estudos e nas pesquisas já desenvolvidos e propor recomendações; ii) elaboração de análises sobre os dados levantados pela pesquisa-piloto sobre uso do tempo numa perspectiva de gênero realizado pelo IBGE; iii) realização de pesquisa-piloto sobre violência doméstica contra as mulheres a partir do banco de dados da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, em parceria com o IBGE.

Nesta área de estudos e pesquisas, vale ressaltar a realização, no segundo semestre de 2009, da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) do IBGE que trouxe, de forma inédita, um bloco específico sobre a gestão da política de gênero que permitirá construir um diagnóstico mínimo sobre a existência e a distribuição regional dos serviços que compõem a rede de atendimento às mulheres em situação de violência e dos organismos executivos de políticas para as mulheres e dos conselhos, bem como sobre a execução de políticas de promoção da igualdade de gênero nos municípios brasileiros. Os resultados serão divulgados pelo IBGE em março de 2010.

## VI. Iniciativas no Plano Legislativo

Nesta área, destaca-se o encaminhamento ao Congresso Nacional de proposta de Projeto de Lei que cria mecanismos para garantir a igualdade entre mulheres e homens nas relações de trabalho urbano e rural e, coíbe práticas discriminatórias neste âmbito. Produzida pelo Governo Federal, a proposta leva em conta princípios constitucionais, normas internacionais ratificadas pelo Brasil e convenções da Organização Internacional do Trabalho. O objetivo da mobilização em torno da criação de uma Lei que trate sobre igualdade no mundo do trabalho é efetivar, nesta esfera, o princípio constitucional da igualdade entre mulheres e homens, orientando-se pela idéia de traduzir a declaração de igualdade consagrada em dispositivos constitucionais e normas infraconstitucionais destinadas a prevenir e coibir quaisquer práticas discriminatórias lesivas à dignidade das mulheres. Busca-se, assim, garantir que a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho ocorra em respeito às especificidades da condição feminina e a permanência delas no emprego, combatendo inclusive com ações do Estado, todas as formas de discriminação em razão de sexo, raça e etnia.

## VII. Articulação Internacional

Em outubro de 2009, o governo brasileiro participou da Segunda Sessão Ordinária do Comitê Diretivo da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), da Organização dos Estados Americanos, na qual foram discutidos os avanços no tema

de eliminação da violência contra a mulher e o fortalecimento do Mecanismo de Seguimento da Convenção de Belém do Pará (MESECVI), oportunidades para as mulheres frente à crise financeira, entre outros assuntos. A CIM foi o primeiro organismo intergovernamental criado para tratar especificamente do tema dos direitos da mulher.

O Brasil participou também do Seminário sobre os Avanços e Ações-Chave para a Implementação do Programa de Ação de Cairo a 15 Anos da sua Aprovação, na sessão Igualdade de Gênero e empoderamento das mulheres, organizado pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), dentro das comemorações do 15º aniversário da Conferência Internacional sobre a População e o Desenvolvimento.

Na área internacional, outras duas participações do governo brasileiro merecem ser destacadas: 42ª. Sessão da Comissão de População e Desenvolvimento das Nações Unidas e Conferência da Organização Internacional do Trabalho em Genebra.

A agenda internacional de 2010 terá como foco a realização da 11ª Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe no Brasil, cujos temas centrais serão: empoderamento econômico das mulheres, empregabilidade, distribuição de renda e compartilhamento das responsabilidades familiares.

### 3. Composição de Recursos Humanos

Esta U J descentraliza recursos para a UG Executora 110001 da Presidência da República. Conforme Tabela abaixo o total de servidores da SPMulheres gira em torno de 163 pessoas, sendo 124 pessoas e 18 estagiários na área administrativa, ou 81,0% do Total. O grupo de pessoal terceirizado que operava na área administrativa, com contrato de empresa de serviços, foi substituído, conforme recomendação do TCU, por pessoal próprio admitido em concurso temporário. A despesa com terceirizados alcançou até setembro o montante de R\$ 322.689 pagos à empresa Bradfort, na natureza 339004. A despesa com pessoal em contrato temporário de outubro a dezembro alcançou o montante de R\$ 179.017 na natureza 31900413, e R\$ 322.689 na natureza 33900411, conforme orientação divulgada pela SOF/MP para alocação no grupo pessoal (grupo 1). Tivemos também R\$ 69.025 de despesas com estagiários na natureza 33903607.

Tabela – total Geral de Servidores na UO 20122 - SPMulheres

<b>Tipo</b>	<b>Nº Pessoas</b>
Servidores sem Vínculo com DAS	27
Servidores com Vínculo e DAS	17
Servidores com GR's	20
Servidores sem Função na SPM	16
Servidores em Contrato Temporário	44
<b>Sub-Total</b>	<b>124</b>
Estagiários	18
Copeiragem	9
Limpeza	8
Vigilância e Recepção	4
<b>Total</b>	<b>163</b>

Lotação por Subórgão	Nº Pessoas
Gabinete da SPMulheres	35
Conselho	3
Subsecretaria de Articulação	24
Subsecretaria da Violência	27
Subsecretaria de Planejamento	59
<b>Total</b>	<b>148</b>

Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

QUADRO PRÓPRIO								
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações		
<b>Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)</b>								
2007								
2008								
2009								
<b>Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)</b>								
2007								
2008								
2009	46	453.633,00						
<b>Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)</b>								
2007	33	1.431.403,80						
2008	31	1.817.829,00						
2009	38	2.221.515,00						
<b>Requisitados com ônus para a UJ</b>								
2007	6	238.235,08						
2008	14	488.649,00						
2009	38	2.221.515,00						
<b>Requisitados sem ônus para a UJ</b>								
2007	26	330.254,39						
2008	38	695.889,00						
2009	46	869.776,00						
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007								
2008								
2009								

4. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Saldo R\$ 0 – item prejudicado

5. Inscrições de Restos a Pagar no Exercício e os Saldos de Restos a Pagar em Exercícios Anteriores

Na Tabela abaixo listamos os empenhos não processados a liquidar que compõem parte substancial do saldo de Restos a Pagar no final de dezembro de 2009, por ano de origem e entidade.

Tabela – Lista por Entidades em Restos a Pagar no final de dezembro de 2009, na UO 20122 – SPMulheres R\$

Regime do Ocupante do Cargo					Lotação Efetiva		Lotação Autorizada		Lotação Ideal	
Estatutários					Σ		Σ		Σ	
Próprios										
Requisitados					41				45	
Celetistas					54				65	
Cargos de livre provimento					Σ		Σ		Σ	
Estatutários					33				40	
Não Estatutários										
Terceirizados										
Total					128				150	
Empenho	Entidade	Nome Entidade	Item de Informação	RP Não-Processados Liquidados a Pagar	Restos a Pagar Não-Proc a Liquidar					
<b>Ano</b>						<b>2007</b>				
194035/192082007NE900822	37979739000105	MONEY TURISMO LTDA			2.422					
200021/000012007NE900204	06126855000140	DIALOG SERVICOS DE COMUNICACAO E EVENTOS LTDA			0					
200021/000012007NE900229	02610165000100	AGENDE ACOES EM GENERO CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO			382.500					
						<b>Soma</b>				
					384.922					
<b>Ano</b>						<b>2008</b>				
110319/000012008NE000063	01621063000390	141 SOHO SQUARE COMUNICACAO LTDA			426.363					
153065/152312008NE902738	70112131000146	HARDMAN INCORPORACAO E PARTICIPACAO LTDA			1.140					
153065/152312008NE904541	41324799000159	REALCE EDITORA E INDUSTRIA GRAFICA LTDA			9.999					
153115/152362008NE003072	00000000220396	BANCO DO BRASIL SA			2.526.790					
153115/152362008NE003073	00000000220396	BANCO DO BRASIL SA			342.480					
153287/152292008NE900642	06027193000150	MOBILE TOY COMERCIO DE MOVEIS E BRINQUEDOS LTDA EPP			0					
154043/152602008NE000670	15404315260	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA/FUF-UBERLÂNDIA/M			340					
154048/152652008NE903926	07770056000174	CND COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MOVEIS LTDA		346						
200021/000012008NE000034	20002100001	SECRETARIA ESP. DE POLITICAS PARA AS MULHERES/TESOURO			26.502					
200021/000012008NE000035	20002100001	SECRETARIA ESP. DE POLITICAS PARA AS MULHERES/TESOURO			14.970					
200021/000012008NE000036	32913329000130	BOEING TURISMO LTDA			8.706					
200021/000012008NE000062	32913329000130	BOEING TURISMO LTDA			1.544					
200021/000012008NE900045	03252312000180	SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, ASSISTENCIA E DESENV			100.000					
200021/000012008NE900089	45709920000111	PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO			3.275					
200021/000012008NE900103	45709920000111	PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO			63.350					
200021/000012008NE900116	08576739000158	SECRETARIA DE PROMOCAO DA IGUALDADE DO ESTADO DA BAHIA			100.000					

200021/000012008NE900126	05025468000154	FUNDACAO CULTURAL DO ESTADO DO TOCANTINS		200.000
200021/000012008NE900135	03216036000103	SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO		280.673
200021/000012008NE900142	02899512000167	DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO		100.000
200021/000012008NE900183	97002406000145	THEMIS ASSESSORIA JURIDICA E ESTUDOS DE GENERO		17.500
200021/000012008NE900193	06126855000140	DIALOG SERVICOS DE COMUNICACAO E EVENTOS LTDA		45.628
200021/000012008NE900194	04240443000100	ASSOCIACAO EDUCACIONAL E CULTURAL PAULO FREIRE DE MINAS		32.000
200021/000012008NE900210	32913329000130	BOEING TURISMO LTDA		541
200021/000012008NE900242	03930917000183	OFICINA DA PALAVRA LTDA EPP		16.600
200021/000012008NE900245	18338178000102	PREFEITURA DE JUIZ DE FORA		127.905
200021/000012008NE900267	01167309000133	INSTITUTO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS IDDEHA		50.000
200021/000012008NE900272	03321004000160	INSTITUTO AMAZONIA DE FORMACAO, ESTUDOS E PESQUISAS		18.654
200021/000012008NE900294	05281738000198	PREFEITURA MUNICIPAL DE COELHO NETO-MA		22.737
200021/000012008NE900295	05281738000198	PREFEITURA MUNICIPAL DE COELHO NETO-MA		107.588
200021/000012008NE900330	10358190000177	PETROLINA PREFEITURA		6.316
200021/000012008NE900334	01618953000180	BARBARA BELA EDITORA GRAFICA E PAPELARIA LTDA ME		0
200021/000012008NE900349	10404184000109	OLINDA PREFEITURA		146.723
200021/000012008NE900364	97002406000145	THEMIS ASSESSORIA JURIDICA E ESTUDOS DE GENERO		49.112
200021/000012008NE900367	07000268000172	ACAILANDIA PREFEITURA MUNICIPAL		67.484
200021/000012008NE900372	08146755000100	CENTRO DAS MULHERES DO CABO		53.680
200021/000012008NE900379	05673278000143	ASSOCIACAO GAIA		43.860
200021/000012008NE900380	33628769000108	ACAO COMUNITARIA DO BRASIL		109.528
200021/000012008NE900382	02940097000148	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		504.929
200021/000012008NE900389	52580529000125	REDE MULHER		50.000
200021/000012008NE900390	06229919000138	ASSOCIACAO ESTADUAL DE MULHERES CAMPONESAS DE RORAIMA		50.000
200021/000012008NE900398	04656234000142	ASSOCIACAO REGIONAL DE EDUCACAO, DESENVOLVIMENTO E PESQ		10.668
200021/000012008NE900419	03216036000103	SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO		230.500
		<b>Soma</b>		<b>5.968.084</b>
		<b>Total</b>		<b>6.353.005</b>

Na Tabela abaixo demonstramos o movimento de Restos a Pagar, sendo pagos R\$ 236.879 de RP Processados e R\$ 11.419.093 de RP Não-Processados de Exercícios Anteriores, e, o saldo ainda a pagar, em 31 de dezembro de 2009, de Exercícios Anteriores ficou em R\$ 6.353.005. Esse saldo a pagar corresponde a 4,4% do ano de 2007 inscritos em 2008, e, 31,8% do ano de 2008 inscritos em RAP em 2009,

A primeira coluna da tabela mostra uma tendência de valores elevados que são inscritos em Restos a Pagar. De certa forma revela uma utilização plurianual do crédito orçamentário, seja em decorrência da temporalidade da execução da despesa na forma de convênios, como por uma concentração no final do exercício, da inscrição, análise e finalização de projetos recebidos.

O valor de Restos a Pagar Inscritos no início de 2010, referentes à diferença entre os valores empenhados em 2009 e os efetivamente pagos em 2009, foi de R\$ 50.344.061, correspondendo a 72,8% do total empenhado no ano. Os motivos que contribuíram para uma elevada alocação financeira em Restos a Pagar se devem à operacionalidade do sistema de convênios e também ao pequeno número de pessoal que compõem o quadro da SPMulheres nas áreas de orçamento, formalização e prestação de contas. Dessa forma teremos um impacto no exercício financeiro de 2010, de R\$ 56.697.066 somente com valores em Restos a Pagar.

Tabela – Análise do Saldo de Restos a Pagar no final de dezembro de 2009, na UO 20122 – SPMulheres R\$

Nota:	Ano	Item de Informação	RP Processados Pagos NE	RP Não-Processados Pagos	RP Não-Proc a Liq	Relação Saldo em 2009 de RAP a Pagar e o RAP Inscritos no seu ano
Restos A Pagar de ano anterior e inscritos no ano seguinte.	2007			316.192	384.921	4,4%

8.801.455	2008		236.879	11.102.901	5.968.084	31,8%
18.764.375	2009				0	
<b>50.344.061</b>	<b>Total:</b>		<b>236.879</b>	<b>11.419.093</b>	<b>6.353.005</b>	
50.344.061	2010					

A Tabela abaixo é a tradicionalmente divulgada como movimentação da Conta de Restos a Pagar da Unidade, mostrando os valores inscritos no ano, os cancelamentos, os pagamentos, e, finalmente o saldo que fica para o exercício seguinte. O valor de RAP Reinscritos no período de R\$ 1.305.415, refere-se ao saldo de Restos a Pagar de dezembro de 2008 que passaram para o exercício de 2009.

Restos a Pagar Processados e não Processados – Movimentação em 2.009

Programa	Restos a Pagar Processados	RP Processados Inscritos	RP Processados Inscritos	RP Processados Cancelados	RP Processados Pagos	RP Processados a Pagar
0073	Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes					
0156	Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres	187.164				187.164
0750	Apoio Administrativo	13.305			12.722	583
1068	Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas	29.377				29.377
1433	Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres	230.008			224.158	5.850
	<b>Soma:</b>	<b>459.854</b>			<b>236.880</b>	<b>222.974</b>
Programa	Restos a Pagar não Processados	RP não-Processados Inscritos	RP não-Processados Reinscritos	RP não-Processados Cancelados	RP Não-Processados Pagos	RP não-Processados a Pagar
0073	Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	334.112			285.000	49.112
0156	Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres	8.281.854	1.183.763	-1.392.614	5.653.454	2.419.549
0750	Apoio Administrativo	232.696	53.430	-133.559	111.095	41.471
1068	Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas	3.793.148	68.222	-133.279	3.273.459	454.632
1433	Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres	5.692.670		-207.999	2.096.085	3.388.587
	<b>Soma:</b>	<b>18.334.481</b>	<b>1.305.415</b>	<b>-1.867.450</b>	<b>11.419.094</b>	<b>6.353.352</b>
	<b>Total:</b>	<b>18.794.335</b>	<b>1.305.415</b>	<b>-1.867.450</b>	<b>11.655.974</b>	<b>6.576.326</b>
	<b>Análise Horizontal</b>	<b>100,0%</b>	<b>6,9%</b>	<b>9,9%</b>	<b>62,0%</b>	<b>35,0%</b>

## 7. Demonstrativo de Transferências no Exercício.

Estamos juntando, na seqüência, os quadros de controle de convênios, por programa orçamentário, de 2.009, referentes à contribuições por nós concedidas, à convenientes, com detalhes de contrapartida e repasses.

## 1. Demonstrativo de Transferências (Recebidas e Realizadas) no Exercício

Programa 0156 - Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres													
Nº	Convênio	Numero Original	Processo	Conveniente	UF	Objeto	Valor Pactuado	Contrapartida	Valor Firmado	Repasse 2009	Repasse Plurianual	Convênios Pago	Convênia Pagar
1	715478/2009	00138/2009	00036.000743/2009-19	GOVERNO DO ESTADO DO ACRE	AC	Aquisição de equipamentos, materiais educativos e de consumo	453.859,22	45.386,04	408.473,18	257.340,00	151.133,18	-	257.340,00
2	728602/2009	00294/2009	00036.000913/2009-65	GOVERNO DO ESTADO DO ACRE	AC	Capacitação de Profissionais da Atenção Básica para o Enfrentamento da AIDS	112.831,14	11.283,12	101.548,02	101.548,02	-	-	101.548,02
3	722377/2009	00108/2009	00036.001052/2009-32	GOVERNO DO ESTADO DO ACRE	AC	Aquisição de equipamentos, materiais educativos e de consumo, capacitação e supervisão	712.132,88	71.213,29	640.919,59	272.437,25	368.482,34	-	272.437,25
4	730308/2009	278/2009	00036.002479/2009-58	GOVERNO DO ESTADO DO ACRE	AC	Implantação do Serviço Policial de Atenção à Mulher - SEPAM	2.375.408,20	237.540,82	2.137.867,38	1.741.123,63	396.743,75	-	1.741.123,63
5	703457/2009	001/2009	00036.000543/2009-66	INSTITUTO MAGNA MATER	AL	Realização de documentário	308.877,48	27.000,00	281.877,48	281.877,48	-	281.877,48	-
6	728611/2009	00141/2009	00036.001035/2009-03	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	AM	Realizar um levantamento das mulheres em situação de violência durante o período de 2004 a 2008, no Estado do Amazonas, Brasil.	621.890,05	303.986,00	317.904,05	105.450,00	212.454,05	-	105.450,00
7	719255/2009	00213/2009	00036.000714/2009-57	SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	AM	Estruturar a Coordenação dos Serviços de Atenção em Defesa dos Direitos da Mulher	383.284,00	39.250,00	344.034,00	172.017,00	172.017,00	-	172.017,00
8	724611/2009	00244/2009	00036.000948/2009-02	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO AMAZONAS	AM	Criação da Central de Notificações e Central de Transportes	550.000,00	55.000,00	495.000,00	495.000,00	-	-	495.000,00
9	728694/2009	00109/2009	00036.001238/2009-91	SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	AM	Promover a Campanha dos 16 dias de Ativismo	231.225,00	23.360,00	207.865,00	207.865,00	-	-	207.865,00
10	719642/2009	00142/2009	00036.000835/2009-07	SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	AM	Implantar e manter um Centro de documentação	385.902,00	42.166,00	343.736,00	343.736,00	-	-	343.736,00
11	730291/2009	00256/2009	00036.001210/2009-54	SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA DE DIREITOS HUMANOS	AM	Formação de 80 especialistas na prevenção e intervenção em Violência Doméstica	226.215,28	41.487,00	184.728,28	184.728,28	-	-	184.728,28
12	721928/2009	00083/2009	00036.001754/2009-16	GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ	AP	Eventos de mobilização	259.000,00	59.000,00	200.000,00	200.000,00	-	-	200.000,00
13	721911/2009	00084/2009	00036.001726/2009-07	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ	AP	Oportunizar aos multiplicadores um espaço de formação, capacitação, discussão teórica, dinâmicas grupais e pessoais de não-violência	158.470,00	16.000,00	142.470,00	80.000,00	62.470,00	-	80.000,00
14	722392/2009	00099/2009	00036.001708/2009-17	GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ	AP	Produção e edição de material que promova a valorização da Imagem da Mulher Escalpelada na Mídia e na sociedade	116.700,00	16.700,00	100.000,00	50.000,00	50.000,00	-	50.000,00
15	722375/2009	00085/2009	00036.001709/2009-61	GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ	AP	Realizar um Curso em Gestão e Transversalidade de Gênero, raça, etnia, Identidade de Gênero e Orientação Sexual	334.000,00	34.000,00	300.000,00	30.000,00	270.000,00	-	30.000,00
16	722394/2009	00090/2009	00036.001710/2009-96	GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ	AP	Promover a capacitação de profissionais da área jurídica	166.700,00	16.700,00	150.000,00	50.000,00	100.000,00	-	50.000,00
17	722085/2009	00095/2009	00036.001711/2009-31	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	AP	Fortalecimento ao núcleo de mulheres vítima de escarpelamento	111.140,00	11.140,00	100.000,00	100.000,00	-	-	100.000,00
18	722082/2009	00096/2009	00036.001712/2009-85	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	AP	Ampliação do Espaço físico e aquisição de Equipamento para o CRAM CENTRAL	330.000,00	30.000,00	300.000,00	100.000,00	200.000,00	-	100.000,00

## 1. Demonstrativo de Transferências (Recebidas e Realizadas) no Exercício

Programa 0156 - Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres													
Nº	Convênio	Numero Original	Processo	Conveniente	UF	Objeto	Valor Pactuado	Contrapartida	Valor Firmado	Repassé 2009	Repassé Plurianual	Convênios Pago	Convênia Pagar
19	722352/2009	00102/2009	00036.001713/2009-20	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	AP	Garantia de Atendimento a Mulher - Capacitação dos Servidores do CRAM e CAMUF	165.000,00	15.000,00	150.000,00	50.000,00	100.000,00	-	50.000,00
20	722354/2009	00088/2009	00036.001714/2009-74	GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ	AP	Promover O Seminário identidade étnico-racial da mulher negra amapaense	166.700,00	16.700,00	150.000,00	150.000,00	-	-	150.000,00
21	721948/2009	00091/2009	00036.001715/2009-19	PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ	AP	Equipamentos para 1 imóvel para implantação do Centro de Referência e Atendimento à Mulher	195.920,00	20.400,00	175.520,00	147.500,00	28.020,00	-	147.500,00
22	722345/2009	00093/2009	00036.001716/2009-63	PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ	AP	Equipamentos para 1 imóvel para implantação do Centro de Referência e Atendimento à Mulher	195.920,00	20.400,00	175.520,00	127.520,00	48.000,00	-	127.520,00
23	722078/2009	00097/2009	00036.001717/2009-16	GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ	AP	Instalar boxes de atendimento à mulher nas 6 unidades do Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão	114.000,00	14.000,00	100.000,00	100.000,00	-	-	100.000,00
24	722079/2009	00094/2009	00036.001718/2009-52	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	AP	Locação de Espaços e Aquisição de Equipamento para Funcionamento do CRAM em quatro municípios	550.000,00	50.000,00	500.000,00	208.000,00	292.000,00	-	208.000,00
25	722389/2009	00098/2009	00036.001719/2009-05	GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ	AP	Realização de 2 seminários e 2 ações de campanhas de sensibilização	416.357,76	42.000,00	374.357,76	100.000,00	274.357,76	-	100.000,00
26	722348/2009	00100/2009	00036.001721/2009-76	GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ	AP	Campanha de publicização da SPM, do CRAM, do CAMUF e de toda rede de atendimento a mulher	556.000,00	55.600,00	500.400,00	100.000,00	400.400,00	-	100.000,00
27	706308/2009	010/2009	00036.000610/2009-42	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO COITÉ	BA	Implantação de Centro de Referência	124.870,00	30.000,00	94.870,00	94.870,00	-	94.870,00	-
28	728909/2009	00301/2009	00036.000682/2009-90	SECRETARIA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE	BA	Implantação e Fortalecimento da Rede de Atendimento à Mulher	2.039.015,00	207.000,00	1.832.015,00	825.000,00	1.007.015,00	-	825.000,00
29	708376/2009	014/2009	00036.000889/2009-64	PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA	BA	Implantação do Centro de Referência Maria Quitéria	117.736,92	4.800,00	112.936,92	112.936,92	-	112.936,92	-
30	729898/2009	00042/2009	00036.001044/2009-96	SECRETARIA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE	BA	Campanha Eu assumo essa Idéia	780.000,00	78.000,00	702.000,00	200.000,00	502.000,00	-	200.000,00
31	708277/2009	038/2009	00036.001065/2009-10	PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA	BA	Implantação de Centro de Referência	170.000,00	7.000,00	163.000,00	163.000,00	-	163.000,00	-
32	720765/2009	00082/2009	00036.001304/2009-23	PREFEITURA DE ITAPETINGA	BA	Implantação de Centro Regional de Referência	244.304,62	10.500,00	233.804,62	189.182,97	44.621,65	189.182,97	-
33	708710/2009	049/2009	00036.001365/2009-91	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAUBARA	BA	Formação de Núcleo de Apoio	136.120,00	36.880,00	99.240,00	99.240,00	-	99.240,00	-
34	708708/2009	00048/2009	00036.001026/2009-12	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ	BA	Implantação de Núcleo de Atendimento à Mulher Quilombola	110.000,00	2.200,00	107.800,00	107.800,00	-	-	107.800,00
35	717540/2009	047/2009	00036.001098/2009-51	PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIRA	BA	Implantação de Centro de Referência	147.496,00	3.800,00	143.696,00	143.696,00	-	143.696,00	-
36	709021/2009	00058/2009	00036.000828/2009-05	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ	BA	Implantação de Núcleo de Atendimento	156.000,00	6.000,00	150.000,00	150.000,00	-	-	150.000,00
37	708654/2009	044/2009	00036.000686/2009-78	PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ	BA	Implantação de Centro de Referência	109.194,56	5.446,76	103.747,80	103.747,80	-	103.747,80	-
39	720517/2009	00055/2009	00036.001018/2009-68	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA	CE	Capacitar e Sensibilizar 120 profissionais do Instituto Prisional Feminino	123.527,00	17.843,41	105.683,59	55.683,59	50.000,00	-	55.683,59



## 1. Demonstrativo de Transferências (Recebidas e Realizadas) no Exercício

Programa 0156 - Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres													
Nº	Convênio	Numero Original	Processo	Conveniente	UF	Objeto	Valor Pactuado	Contrapartida	Valor Firmado	Repasse 2009	Repasse Plurianual	Convênios Pago	Convênia Pagar
40	720516/2009	00050/2009	00036.000658/2009-51	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA	CE	Reaparelhamento do escritório de Enfrentamento e Prevenção ao Tráfico de Seres Humanos	127.186,00	13.785,00	113.401,00	113.401,00	-	-	113.401,00
41	725722/2009	00062/2009	00036.000711/2009-13	PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA	CE	Campanha de prevenção e combate à violência através de seminários, atos públicos, oficinas educativas e confecção de material didático-pedagógico	143.115,20	9.000,00	134.115,20	134.115,20	-	-	134.115,20
42	730074/2009	309/2009	00036.000961/2009-53	PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA	CE	Criar, implantar e estruturar Núcleos de Gênero do Ministério Público	897.423,00	90.000,00	807.423,00	251.083,00	556.340,00	-	251.083,00
43	730037/2009	305/2009	00036.000555/2009-91	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE	CE	Aluguel do Centro de Referência da Mulher, aquisição de equipamentos e compra de veículo	136.400,00	12.400,00	124.000,00	100.000,00	24.000,00	-	100.000,00
44	724509/2009	242/2009	00036.001079/2009-25	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	CE	Dotar as unidades e agentes da segurança pública do Estado do Ceará de equipamentos	2.101.907,77	211.000,00	1.890.907,77	1.690.907,77	200.000,00	-	1.690.907,77
45	724499/2009	247/2009	00036.000926/2009-01	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	CE	Construção das Delegacias Especializadas	1.679.871,64	200.000,00	1.479.871,64	1.479.871,64	-	-	1.479.871,64
46	708380/2009	031/2009	00036.000894/2009-77	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VIAGEM	CE	Implantar Centro de Referência	205.559,50	55.559,50	150.000,00	150.000,00	-	-	150.000,00
47	728683/2009	00191/2009	00036.001295/2009-71	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA	DF	Apoiar ações educativas referentes a divulgação e implementação da Lei Maria da Penha.	157.500,00	7.500,00	150.000,00	150.000,00	-	-	150.000,00
48	730276/2009	224/2009	00036.002371/2009-65	ASSOCIAÇÃO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO ESPÍRITO SANTO	ES	Capacitar para o enfrentamento a violência sobre as mulheres camponesas	215.000,00	43.000,00	172.000,00	172.000,00	-	-	172.000,00
49	728650/2009	298/2009	00036.001206/2009-96	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO ITAPEMIRIM	ES	Estruturar Centro de Referência	121.890,74	9.799,94	112.090,80	112.090,80	-	-	112.090,80
50	724443/2009	00172/2009	00036.000834/2009-54	SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA MULHERES E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	GO	Apoio a ampliação e consolidação da rede de serviços de atendimento as mulheres	#####	600.000,00	5.400.000,00	683.607,64	4.716.392,36	-	683.607,64
51	728552/2009	00173/2009	00036.002165/2009-55	SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA MULHERES E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	GO	Criação de um sistema de articulação das informações produzidas por todos os organismos, seja governamentais ou não	223.000,00	23.000,00	200.000,00	200.000,00	-	-	200.000,00
52	724386/2009	00175/2009	00036.002207/2009-58	SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA MULHERES E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	GO	Reaparelhamento da DEAM e implantação de seis NEAMs	1.788.847,97	180.500,00	1.608.347,97	456.347,97	1.152.000,00	-	456.347,97
53	728555/2009	00197/2009	00036.001926/2009-51	SECRETARIA DE ESTADO DE POLITICAS PARA MULHERES E PROMOCAO DA IGUALDADE RACIAL	GO	Apoio à produção de vídeos sócio-educativos e institucionais e implantação de projeto de comunicação da Semira	112.000,00	12.000,00	100.000,00	100.000,00	-	-	100.000,00
54	707375/2009	023/2009	00036.001231/2009-70	PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ	MA	Implantação de Centro de Referência	212.689,00	12.000,00	200.689,00	200.689,00	-	100.344,50	100.344,50

## 1. Demonstrativo de Transferências (Recebidas e Realizadas) no Exercício

Programa 0156 - Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres													
Nº	Convênio	Numero Original	Processo	Conveniente	UF	Objeto	Valor Pactuado	Contrapartida	Valor Firmado	Repasso 2009	Repasso Plurianual	Convênios Pago	Convênia Pagar
55	723372/2009	00157/2009	00036.001307/2009-67	PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA	MG	Locação e Aparelhamento da Defensoria Pública, do Juizado Especial e da Delegacia Especializada	192.820,00	38.564,00	154.256,00	77.128,00	77.128,00	-	77.128,00
56	718513/2009	00163/2009	00036.000970/2009-44	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA	MG	Implantação de Centro de Referência	125.242,22	25.241,76	100.000,46	50.000,24	50.000,22	50.000,24	-
57	713275/2009	00080/2009	00036.000973/2009-88	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA	MG	Implantação do CIM	118.481,70	10.000,00	108.481,70	108.481,70	-	-	108.481,70
58	719269/2009	00136/2009	00036.001303/2009-89	PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR VALADARES	MG	Implantação do CIM	385.331,43	30.826,51	354.504,92	354.504,92	-	-	354.504,92
59	728661/2009	00188/2009	00036.000863/2009-16	ALEM - ASSOCIAÇÃO LESBICA DE MINAS	MG	Formação de profissionais e de mulheres e enfrentamento a feminização da AIDS e a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos	406.849,00	40.284,00	366.565,00	126.660,00	239.905,00	-	126.660,00
60	729876/2009	00193/2009	00036.001172/2009-30	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTAGEM	MG	Manutenção do CRM - Espaço Bem Me Quero e Capacitação	180.670,56	36.134,17	144.536,39	85.316,00	59.220,39	-	85.316,00
61	730446/2009	00148/2009	00036.000674/2009-43	PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇOS DE CALDAS	MG	Aquisição de Materiais Permanentes e Veículos para o reaparelhamento do CRM e Casa Abrigo	117.542,03	10.685,64	106.856,39	80.000,00	26.856,39	-	80.000,00
62	729840/2009	280/2009	00036.000769/2009-67	PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ	MG	Implantar serviço de acolhimento e acompanhamento psicológico, social e jurídico às mulheres em situação de violência	204.321,35	17.000,00	187.321,35	100.499,49	86.821,86	-	100.499,49
64	705791/2009	006/2009	00036.000846/2009-89	SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO	MS	Capacitação e Realização de Oficinas Regionalizadas	357.470,00	35.747,00	321.723,00	321.723,00	-	144.825,00	176.898,00
65	713951/2009	00112/2009	00036.000649/2009-60	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE	MS	Capacitação de Agentes Comunitários para Atendimento a Mulheres em Situação de Violência	212.325,00	22.250,00	190.075,00	190.075,00	-	-	190.075,00
66	707113/2009	018/2009	00036.000865/2009-13	SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO	MS	Prevenção e Sensibilização Sobre a Violência contra a Mulher	275.000,00	27.500,00	247.500,00	247.500,00	-	247.500,00	-
67	730139/2009	00199/2009	00036.000635/2009-46	SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO	MS	Implantação de 09 Centros de Referência	967.880,00	96.788,00	871.092,00	282.240,00	588.852,00	-	282.240,00
68	724616/2009	246/2009	00036.000689/2009-10	SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO	MS	Finalizar o processo de reestruturação das Delegacias de Atendimento à Mulher	714.064,00	71.406,40	642.657,60	642.657,60	-	-	642.657,60
69	728640/2009	00225/2009	00036.001005/2009-99	SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS	PA	Formação de gestores e servidores da rede de atendimento à mulher em situação de violência.	149.990,79	14.999,08	134.991,71	134.991,71	-	-	134.991,71
70	728620/2009	00257/2009	00036.001021/2009-81	SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS	PA	Reflexão-conscientização e a prevenção do fenômeno da violência contra a mulher.	292.956,00	29.295,60	263.660,40	131.830,20	131.830,20	-	131.830,20
71	708372/2009	00030/2009	00036.001194/2009-08	SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS	PA	Realizar rodas de conversas com informações sobre saúde, direitos sexuais e reprodutivos.	150.000,00	15.000,00	135.000,00	135.000,00	-	-	135.000,00
72	727295/2009	00236/2009	00036.001024/2009-15	SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS	PA	Implantar e equipar o Centro de Referência "Raio de Esperança".	150.000,00	15.000,00	135.000,00	135.000,00	-	-	135.000,00
73	717926/2009	00107/2009	00036.000854/2009-25	SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS	PA	Implementação da política de enfrentamento à violência e a Lei Maria da Penha	1.994.000,00	199.400,00	1.794.600,00	897.300,00	897.300,00	-	897.300,00

## 1. Demonstrativo de Transferências (Recebidas e Realizadas) no Exercício

Programa 0156 - Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres													
Nº	Convênio	Numero Original	Processo	Conveniente	UF	Objeto	Valor Pactuado	Contrapartida	Valor Firmado	Repasse 2009	Repasse Plurianual	Convênios Pago	Convênia Pagar
74	724613/2009	245/2009	00036.000556/2009-34	POLICIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ	PA	Equipar com viaturas novas as Delegacias Especializadas	1.171.572,00	234.314,40	937.257,60	937.257,60	-	-	937.257,60
75	727293/2009	00277/2009	00036.001808/2009-43	CUNHA COLETIVO FEMINISTA	PB	Campanhas, 3 seminários, monitoramento dos casos de violência contra a mulher nos meios de comunicação local.	160.980,00	10.980,00	150.000,00	150.000,00	-	-	150.000,00
76	724624/2009	00077/2009	00036.000734/2009-28	SECRETARIA ESPECIAL DA MULHER	PE	Fortalecimento das Promotoras Legais Populares	165.486,00	16.548,60	148.937,40	74.468,70	74.468,70	-	74.468,70
77	718431/2009	00122/2009	00036.000912/2009-11	PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOATÃO DOS GUARARAPES	PE	Estruturação do Centro de Referência de Atendimento à Mulher	110.273,59	4.584,00	105.689,59	52.844,78	52.844,81	-	52.844,78
78	721782/2009	00120/2009	00036.001242/2009-50	CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUE DE CASTRO	PE	Pesquisar, elaborar, produzir e veicular conteúdos educativos e esclarecedores, na televisão, internet e por editorial/impressa de kits	402.000,00	22.896,00	379.104,00	126.368,00	252.736,00	-	126.368,00
79	730294/2009	291/2009	00036.002382/2009-45	SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL	PE	Reforma e reaparelhamento da sede conjunta da Secretaria Especial da Mulher e do Departamento de Polícia da Mulher e de diversas delegacias da mulher	1.287.297,37	128.729,74	1.158.567,63	1.158.567,63	-	-	1.158.567,63
80	728669/2009	192/2009	00036.001208/2009-85	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARUARU	PE	CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E DA REDE DE ATENDIMENTO	274.505,96	10.980,24	263.525,72	263.525,72	-	-	263.525,72
81	728627/2009	290/2009	00036.000615/2009-75	PREFEITURA MUNICIPAL DE RECIFE	PE	Desenvolver ações de capacitação dos profissionais da Rede de Atendimento à Mulher	186.423,00	7.456,92	178.966,08	178.966,08	-	-	178.966,08
85	718511/2009	00114/2009	00036.001810/2009-12	SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE	PI	Estruturar os serviços especializados com aquisição de equipamentos, a fim de viabilizar a organização e adequar o espaço físico.	145.299,00	14.529,90	130.769,10	130.769,10	-	-	130.769,10
86	725676/2009	00260/2009	00036.001805/2009-18	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ	PI	Implantar o Núcleo de Defesa da Mulher em Situação de Violência	168.580,00	18.580,00	150.000,00	63.511,90	86.488,10	63.511,90	-
87	728921/2009	00203/2009	00036.001921/2009-29	PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU	PR	Construção e Implantação do CRM	950.000,00	150.000,00	800.000,00	800.000,00	-	-	800.000,00
88	730439/2009	00283/2009	00036.001048/2009-48	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO	PR	Consolidação da Delegacia da Mulher	109.748,00	8.779,84	100.968,16	100.968,16	-	-	100.968,16
89	730612/2009	00179/2009	00036.000771/2009-36	PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS	RJ	Implantação de Centro de Referência	147.124,74	29.972,85	117.151,89	117.151,89	-	-	117.151,89
90	723018/2009	00113/2009	00036.001190/2009-11	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DE MERITI	RJ	Aparelhamento de Centro de Referência	121.714,43	9.737,15	111.977,28	111.977,28	-	-	111.977,28
91	707659/2009	026/2009	00036.001415/2009-30	CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO COISA DE MULHER	RJ	Capacitação de 200 mulheres moradores de comunidades de baixa renda	109.600,00	9.600,00	100.000,00	100.000,00	-	52.000,00	48.000,00
92	705802/2009	00008/2009	00036.001103/2009-26	PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM	RJ	Implantação de Centro de Referência	118.200,00	4.310,00	113.890,00	113.890,00	-	-	113.890,00
93	708745/2009	00053/2009	00036.001300/2009-45	ASSOCIAÇÃO PELA REFORMA PRISIONAL	RJ	Capacitação em questão de gênero para agentes carcerários e mulheres encarceradas	73.956,50	17.000,00	56.956,50	56.956,50	-	-	56.956,50
94	725724/2009	00273/2009	00036.000858/2009-11	PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE	RJ	Capacitação na Temática de Gênero de Professores do Ensino Fundamental	207.518,79	16.691,49	190.827,30	190.827,30	-	-	190.827,30

## 1. Demonstrativo de Transferências (Recebidas e Realizadas) no Exercício

Programa 0156 - Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres																			
Nº	Convênio	Numero Original	Processo	Conveniente	UF	Objeto	Valor Pactuado	Contrapartida	Valor Firmado	Repasse 2009	Repasse Plurianual	Convênios Pago	Convênia Pagar						
95	706103/2009	015/2009	00036.001122/2009-52	PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS	RJ	Campanha Educativa sobre Violência Doméstica e Familiar	281.278,33	82.223,68	199.054,65	199.054,65	-	168.254,65	30.800,00						
96	708600/2009	00032/2009	00036.001009/2009-77	PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE	RJ	Construção de CRAM	108.068,75	9.801,75	98.267,00	98.267,00	-	-	98.267,00						
97	722383/2009	00125/2009	00036.000844/2009-90	PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM	RJ	Capacitar Profissionais para o Atendimento	152.775,00	3.055,50	149.719,50	149.719,50	-	-	149.719,50						
98	725720/2009	00272/2009	00036.002166/2009-08	SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	RJ	Atender a aproximadamente 8000 mulheres por meio de cursos de qualificação profissional e oficinas de gestão comunitária	814.864,40	223.370,00	591.494,40	591.494,40	-	-	591.494,40						
99	728915/2009	00302/2009	00036.001240/2009-61	PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS	RJ	Implementação de Casa de Passagem e aquisição de veículos, materiais e equipamentos permanentes e de consumo	322.000,00	70.000,00	252.000,00	118.449,18	133.550,82	-	118.449,18						
100	728716/2009	00216/2009	00036.001164/2009-93	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI	RJ	Capacitação de agentes de saúde para conscientização sobre AIDS/DSTs; distribuição de camisinhas feminina; realização de palestras.	226.650,00	4.533,00	222.117,00	222.117,00	-	-	222.117,00						
101	713322/2009	052/2009	00036.000857/2009-69	CENTRO DE IMPRENSA, ASSESSORIA E RÁDIO - CRIAR BRASIL	RJ	Seminário de capacitação em rádio com 40 mulheres e a produção de materiais informativos e radiofônicos	153.047,00	29.350,00	123.697,00	44.424,00	79.273,00	44.424,00	-						
102	717514/2009	00139/2009	00036.000754/2009-07	PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS	RJ	Adequação ampla e o reparlamento em nossos espaços de atendimentos especializados	121.882,00	10.170,00	111.712,00	111.712,00	-	-	111.712,00						
103	707596/2009 707599/2009	00025/2009	00036.001819/2009-23	MOVIMENTO D'ELLAS	RJ	Realizar o IV Encontro tem mulheres na parada	151.018,00	17.200,00	133.818,00	133.818,00	-	110.000,00	23.818,00						
104	717546/2009	00104/2009	00036.000762/2009-45	MOVIMENTO DE MULHERES EM SÃO GONÇALO	RJ	Promover ações de prevenção e de enfrentamento à violência doméstica e sexual que meninas e adolescentes estão expostas	164.597,10	15.000,00	149.597,10	68.982,56	80.614,54	68.982,56	-						
105	724531/2009	00243/2009	00036.001732/2009-56	SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA	RJ	Aquisição de 76 veículos automotores para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher	1.114.120,00	242.200,00	871.920,00	871.920,00	-	-	871.920,00						
106	718515/2009	00162/2009	00036.002186/2009	SOCIEDADE EDUCACIONAL E AÇÃO COMUNITÁRIA - SEAC	RJ	Realizar campanhas preventivas, seminários, palestras e um grande evento em praça pública	100.000,00	8.000,00	92.000,00	92.000,00	-	-	92.000,00						
107	728934/2009	304/2009	00036.002473/2009-81	SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	RJ	Implantação de serviços e Capacitação das usuárias	526.780,30	118.770,30	408.010,00	361.210,00	46.800,00	-	361.210,00						
109	719632/2009	00214/2009	00036.001822/2009-47	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	RN	Criação dos Núcleos de Apoio à Mulher e à pessoa Idosa - NAMI's	113.956,00	11.395,60	102.560,40	102.560,40	-	-	102.560,40						
110	728687/2009	00217/2009	00036.001831/2009	SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA	RN	Capacitação de Mulheres Negras	148.800,00	24.800,00	124.000,00	62.000,00	62.000,00	-	62.000,00						
111	728562/2009	00288/2009	00036.001950/2009-91	MISSÃO KADOSH	RO	Campanha de Divulgação da Lei Maria da Penha nos Municípios de Rondonia	255.551,25	5.551,25	250.000,00	250.000,00	-	-	250.000,00						
112	729730/2009	00307/2009	00036.000659/2009-03	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO	RS	(Re)equipar e ampliar o espaço físico do Centro de Referência e qualificar as ações realizadas pela equipe técnica	101.562,00	18.000,00	83.562,00	43.762,00	39.800,00	43.762,00	-						
113	717661/2009	00161/2009	00036.000902/2009-85	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO	RS	Criação de CRAM	267.289,70	21.383,18	245.906,52	245.906,52	-	145.906,52	100.000,00						

## 1. Demonstrativo de Transferências (Recebidas e Realizadas) no Exercício

Programa 0156 - Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres																		
Nº	Convênio	Numero Original	Processo	Conveniente	UF	Objeto	Valor Pactuado	Contrapartida	Valor Firmado	Repasso 2009	Repasso Plurianual	Convênios Pago	Convênia Pagar					
114	708706/2009	027/2009	00036.000802/2009-59	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL	RS	Capacitar agentes públicos e gestores inseridos nos serviços especializados, de diferentes municípios	114.903,00	16.800,00	98.103,00	98.103,00	-	98.103,00	-					
115	717550/2009	00165/2009	00036.000883/2009-97	PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM	RS	Capacitar Profissionais para o Atendimento	166.641,34	17.104,00	149.537,34	74.768,67	74.768,67	74.768,67	-					
116	728677/2009	00226/2009	00036.001171/2009-95	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO	RS	Desenvolvimento de um programa regional de capacitação de agentes públicos	271.140,00	40.000,00	231.140,00	231.140,00	-	96.010,00	135.130,00					
117	728929/2009	00211/2009	00036.000950/2009-73	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPIRANGA	RS	Aquisição de materiais permanentes, equipamentos, materiais pedagógicos, informativos e veículo para Casa Abrigo Regional e Centro de Referência	112.240,00	9.900,00	102.340,00	99.736,40	2.603,60	-	99.736,40					
118	730242/2009	00276/2009	00036.001336/2009-29	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ	RS	Implantação de CRM	170.755,08	13.660,41	157.094,67	157.094,67	-	-	157.094,67					
119	725780/2009	00231/2009	00036.000810/2009-03	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL	RS	Reaparelhar a Casa de Apoio Vival Rachel	192.653,00	38.820,00	153.833,00	44.705,00	109.128,00	44.705,00	-					
120	718509/2009	00186/2009	00036.001113/2009-61	PREFEITURA MUNICIPAL DE IVOTI	RS	Implantação de Centro de Referência	256.645,60	6.645,60	250.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	-					
121	723470/2009	00081/2009	00036.002007/2009-03	GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE	SE	CRIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA REGIONAIS	287.260,00	151.430,00	135.830,00	135.830,00	-	-	135.830,00					
122	728606/2009	00286/2009	00036.001311/2009-25	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DOS COQUEIROS	SE	Capacitação de 30 profissionais e a visitação de 05 profissionais do CRM a outros Centros e outras Entidades.	105.000,00	5.000,00	100.000,00	100.000,00	-	-	100.000,00					
123	716057/2009	00117/2009	00036.000900/2009-96	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA	SP	Equipar o Centro de Referência a Mulher em Situação de Violência Doméstica	164.423,54	58.822,14	105.601,40	105.601,40	-	-	105.601,40					
124	718514/2009	00176/2009	00036.000799/2009-73	CATOLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR SC	SP	Concurso para a criação de um símbolo nacional; mural de grafite; espetáculo em praça pública; marketing viral	340.000,00	68.000,00	272.000,00	96.160,00	175.840,00	96.160,00	-					
125	728634/2009	00270/2009	00036.001228/2009-56	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS	SP	Construir e aparelhar o Centro de Referência e Apoio à Mulher	100.000,00	20.000,00	80.000,00	78.075,00	1.925,00	-	78.075,00					
126	708604/2009	00037/2009	00036.000925/2009-90	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS	SP	Qualificar as ações desenvolvidas na Casa Abrigo SARA-M	137.452,70	27.490,54	109.962,16	109.962,16	-	-	109.962,16					
127	728699/2009	00060/2009	00036.000827/2009-52	SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA	SP	Instrumentalizar gestores, profissionais e lideranças, nas Regiões Administrativas do Estado de São Paulo	832.048,00	166.410,00	665.638,00	665.638,00	-	-	665.638,00					
128	717612/2009	00169/2009	00036.000813/2009-39	PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA	SP	Ampliação e consolidação da rede de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência	223.800,00	17.904,00	205.896,00	68.632,00	137.264,00	-	68.632,00					
129	725831/2009	00153/2009	00036.000410/2009-90	PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMARÉ	SP	Fortalecimento da Rede de Atendimento	120.009,00	20.009,00	100.000,00	100.000,00	-	-	100.000,00					
130	720522/2009	00057/2009	00036.000928/2009-21	PREFEITURA MUNICIPAL DE TABOÃO DA SERRA	SP	Aquisição de Material Permanente - Aparelhamento do Centro de Atendimento à Mulher em Situação de Violência e DEAM.	195.652,17	15.652,17	180.000,00	180.000,00	-	180.000,00	-					
131	723385/2009	00036/2009	00036.001130/2009-07	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS	SP	Oficinas, palestras, seminários e debates, além da divulgação dos serviços especializados	180.000,00	18.000,00	162.000,00	47.059,75	114.940,25	-	47.059,75					
132	725727/2009	00159/2009	00036.000977/2009	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS	SP	Cursos de formação para servidores públicos e profissionais de organizações da sociedade civil	169.969,80	34.260,00	135.709,80	100.000,00	35.709,80	-	100.000,00					

## 1. Demonstrativo de Transferências (Recebidas e Realizadas) no Exercício

Programa 0156 - Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres													
Nº	Convênio	Numero Original	Processo	Conveniente	UF	Objeto	Valor Pactuado	Contrapartida	Valor Firmado	Repasso 2009	Repasso Plurianual	Convêni os Pago	Convênia Pagar
133	722998/2009	00034/2009	00036.001160/2009-13	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS	SP	Oferecer suporte técnico aos profissionais	154.850,00	15.485,00	139.365,00	42.231,02	97.133,98	-	42.231,02
134	730601/2009	00297/2009	00036.001218/2009-11	PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOTICABAL	SP	Implantação de Casa Abrigo	330.000,00	30.000,00	300.000,00	300.000,00	-	-	300.000,00
135	724037/2009	00089/2009	00036.000806/2009-37	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	SP	Reforma, locação, re-aparelhamento, aquisição de material permanente e compra de veículos para Serviços Especializados	683.750,00	136.750,00	547.000,00	389.769,65	157.230,35		389.769,65
136	723393/2009	00111/2009	00036.001124/2009-41	PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO	SP	Implantação de Centro de Referência	174.000,00	15.360,00	158.640,00	150.000,00	8.640,00	150.000,00	-
137	708655/2009	00046/2009	00036.000653/2009-28	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU	SP	Implantação de Centro de Referência	180.000,00	20.000,00	160.000,00	160.000,00	-	160.000,00	-
138	718432/2009	00170/2009	00036.000773/2009-25	PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE EMBU	SP	Curso de formação inicial para os integrantes da rede especializada	209.697,50	17.000,00	192.697,50	96.348,75	96.348,75	96.348,75	-
139	715704/2009	00137/2009	00036.000420/2009-25	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS	SP	Estruturação da Rede de Serviços	184.045,00	34.000,00	150.045,00	150.045,00	-	150.045,00	-
140	724952/2009	00124/2009	00036.001912/2009-38	PREFEITURA MUNICIPAL DE COTIA	SP	ESTRUTURAÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA - A TENDA DA MULHER	216.713,49	99.000,00	117.713,49	117.713,49	-	117.713,49	-
141	729851/2009	00308/2009	00036.001568/2009-89	PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREI	SP	Construção do CREAS	411.906,24	211.906,24	200.000,00	200.000,00	-	-	200.000,00
142	730506/2009	00292/2009	00036.001316/2009-58	PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMARÉ	SP	Curso de formação/capacitação para prevenção a todos os tipos de violência contra a mulher.	120.000,00	20.000,00	100.000,00	32.398,00	67.602,00	-	32.398,00
143	725452/2009	00209/2009	00036.001025/2009-60	PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA	SP	Implantação de Casa Abrigo	280.000,00	56.000,00	224.000,00	124.000,00	100.000,00	-	124.000,00
144	729002/2009	303/2009	00036.001923/2009-18	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA PAULISTA	SP	Aparelhamento do Centro de Referência de Apoio à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Urbana	105.000,00	10.000,00	95.000,00	95.000,00	-	-	95.000,00
145	729921/2009	310/2009	00036.001347/2009-17	PREFEITURA MUNICIPAL DE OSASCO	SP	Capacitação de agentes públicos	690.000,00	55.800,00	634.200,00	634.200,00	-	-	634.200,00
146	730422/2009	311/2009	00036.002372/2009-18	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	TO	Reaparelhamento das Delegacias Especializadas de Defesa da Mulher	1.135.482,00	113.548,20	1.021.933,80	1.004.870,00	17.063,80	-	1.004.870,00
<b>TOTAL</b>							<b>55.623.688,68</b>	<b>7.151.701,73</b>	<b>48.471.986,95</b>	<b>32.705.851,63</b>	<b>15.766.135,32</b>	<b>3.816.916,45</b>	<b>28.888.935,18</b>
Fonte : SICONV e SIAFI OPERACIONAL													
Dados de 21-Jan-2010													

## Demonstrativo de Transferências (Recebidas e Realizadas) no Exercício

Programa 1433 - Cidadania e Efetivação dos Direitos das Mulheres													
Nº	Convênio	Numero Original	Processo	Conveniente	UF	Objeto	Valor Pactuado	Contrapartida	Valor Firmado	Repasse 2009	Repasse Plurianual	Convênios Pago	Convênios a Pagar
1	718427/2009	115/2009	00036.002148/2009-18	INSTITUTO MAGNA MATER	AL	Finalizar um produto audiovisual (filme de longa-metragem)	278.000	28.000	250.000	200.000	50.000	0	200.000
2	728545/2009	299/2009	00036.002472/2009-36	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO ESTADO DO AMAPÁ	AM	Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho - Fabricação de Bolsa, através de reciclagem - Bolsa Verde	270.000	20.000	250.000	200.000	50.000	200.000	0
3	721943/2009	092/2009	00036.001816/2009-90	GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ	AP	Forum Regional de Políticas para as Mulheres	177.900	27.900	150.000	25.000	125.000	0	25.000
4	724610/2009	252/2009	00036.002472/2009-36	SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL O BOM SAMARITANO	AP	Inserção da Mulher no Empreendedorismo - Produção e fabricação de vassouras PET	109.692	9.972	99.720	99.720	0	0	99.720
5	728647/2009	145/2009	00036.001957/2009-11	SECRETARIA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE	BA	Implementação das Políticas para as Mulheres nos 26 Territórios de Identidade e de Cidadania	770.000	77.000	693.000	693.000	0	0	693.000
6	729948/2009	158/2009	00036.001951/2009-35	SECRETARIA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE	BA	Artesanato, Desenvolvimento Local e Políticas para as Mulheres	100.000	10.000	90.000	90.000	0	90.000	0
7	727290/2009	187/2009	00036.001033/2009-14	PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA	CE	Capacitação e sensibilização dos profissionais do Hospital da Mulher	167.828	17.828	150.000	150.000	0	83.047	66.953
8	710499/2009	064/2009	00036.000660/2009-20	PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA	CE	Capacitação e sensibilização dos profissionais do Hospital da Mulher	216.000	16.000	200.000	200.000	0	100.000	100.000
9	713965/2009	110/2009	00036.001306/2009-12	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBALHA	CE	Aquisição de equipamentos	100.000	0	100.000	100.000	0	100.000	0
10	714912/2009	061/2009	00036.001053/2009-87	PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA	CE	Fortalecer a capacidade operacional da Coordenadoria de Políticas para as Mulheres	122.342	6.000	116.342	116.342	0	58.171	58.171
11	730047/2009	300/2009	00036.000738/2009-14	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAUCAIA	CE	Reaparelhamento do Conselho dos Direitos da Mulher	114.561	5.300	109.261	46.605	62.656	0	46.605
12	725669/2009	178/2009	00036.001948/2009-11	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FORTALEZA	CE	Promover a autonomia econômica de mulheres	1.111.111	111.111	1.000.000	1.000.000	0	0	1.000.000
13	720310/2009	135/2009	00036.001325/2009-49	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS	MA	Aquisição de equipamentos e material de divulgação	106.000	6.000	100.000	55.464	44.536	55.464	0
14	715032/2009	070/2009	00036.001321/2009-61	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS	MA	Aparelhamento do Conselho Municipal	106.006	6.006	100.000	100.000	0	100.000	0
15	724168/2009	240/2009	00036.001322/2009-13	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	MG	Criar e capacitar 250 novos conselhos municipais	124.995	25.000	99.995	99.995	0	0	99.995
17	706581/2009	017/2009	00036.001111/2009-72	SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO	MS	Capacitação e aprimoramento profissional	300.000	30.000	270.000	270.000	0	270.000	0
18	730224/2009	312/2009	00036.001814/2009-09	ASSOCIAÇÃO DE FILHOS E AMIGOS DE ILÊ IYÁ OMI AXÉ OFÁ KARE	PA	Oferecer instrumentos que permitam a autonomia e independência financeira da mulher	363.186	40.080	323.106	14.540	308.566	0	14.540
19	730053/2009	222/2009	00036.002172/2009-57	ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES DE NEGÓCIOS E PROFISSIONAIS DE ANANINDEUA	PA	Promover a inserção de mulheres em situação de vulnerabilidade social por renda no mercado de trabalho e ocupação	494.110	19.764	474.346	46.497	427.849	0	46.497
20	Portaria		00036.000994/2009-01	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	PE	Reforço do Núcleo de Pesquisa FAGES	50.000	0	50.000	50.000	0	0	50.000

## Demonstrativo de Transferências (Recebidas e Realizadas) no Exercício

Programa 1433 - Cidadania e Efetivação dos Direitos das Mulheres													
Nº	Convênio	Numero Original	Processo	Convenente	UF	Objeto	Valor Pactuado	Contrapartida	Valor Firmado	Repasse 2009	Repasse Plurianual	Convênios Pago	Convênios a Pagar
21	723045/2009	131/2009	00036.001114/2009-14	PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOATÃO DOS GUARARAPES	PE	Promover e Qualificar as Mulheres para os Espaços de Poder e Decisão	103.000	5.000	98.000	49.000	49.000	0	49.000
22	724950/2009	118/2009	00036.001525/2009-00	FEDERAÇÃO DAS ASSOC. DE MULHERES DE NEG. E PROF. DO BRASIL	PE	Processos de inserção econômica e social das mulheres, mobilizando os três níveis de governo.	342.970	72.000	270.970	130.435	140.535	0	130.435
23	724145/2009	016/2009	00036.000922/2009-56	SECRETARIA ESPECIAL DA MULHER	PE	Apoiar a implementação de ações de fortalecimento sociopolítico de mulheres pernambucanas e nordestinas	149.903	14.990	134.913	37.000	97.913	0	37.000
24	722997/2009	128/2009	00036.000729/2009-15	SECRETARIA ESPECIAL DA MULHER	PE	Estimular e fortalecer a produção crítica de conhecimentos sobre as relações de gênero	148.000	15.000	133.000	66.683	66.317	0	66.683
26	715521/2009	065/2009	00036.001219/2009-65	SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	PI	Instalação e Capacitação De 25 Conselhos Municipais	122.000	22.000	100.000	100.000	0	100.000	0
27	708417/2009	035/2009	00036.000936/2009-70	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO	PR	Curso de Capacitação	104.410	8.353	96.057	96.057	0	96.057	0
28	717877/2009	067/2009	00036.001416/2009-84	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ	PR	Realização do Fórum Regional de Organismos para as Mulheres em nos dias 24 e 25 de setembro de 2009.	100.000	8.000	92.000	92.000	0		92.000
29	718430/2009	103/2009	00036.000614/2009-21	PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO	PR	Aparelhamento do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher , e da Secretaria Municipal dos Direitos da Mulher	100.274	20.055	80.219	80.219	0		80.219
30	716273/2009	074/2009	00036.002073/2009-75	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PINHALÃO	PR	Capacitar mulheres do Território Integração Norte Pioneiro	119.651	6.050	113.601	113.601	0		113.601
31	719655/2009	059/2009	00036.001289/2009-13	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO	RJ	Promover a inclusão social, o empoderamento e a autonomia econômica e financeira	299.716	46.088	253.628	143.068	110.560		143.068
32	716270/2009	140/2009	00036.000619/2009-53	INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM	RJ	Promover a inclusão social, o empoderamento e a autonomia econômica e financeira	446.216	46.100	400.116	155.000	245.116	155.000	0
33	708707/2009	005/2009	00036.001459/2009-60	INSTITUTO EQUIT	RJ	Fortalecimento das organizações de mulheres para participação na formulação de políticas públicas para o território amazônico	149.940	24.990	124.950	124.950	0	41.650	83.300
34	710612/2009	071/2009	00036.000853/2009-81	FUNDAÇÃO NATUREZA	RJ	Tecele Mulher	200.000	16.000	184.000	184.000	0	110.967	73.033
35	717572/2009	160/2009	00036.001028/2009-01	CENTRO DE ATIVIDADES CULTURAIS, ECONÔMICAS E SOCIAIS - CACES	RJ	LUZES, MEMÓRIA, MULHERES, AÇÃO	112.000	12.000	100.000	50.000	50.000	50.000	0
36	723021/2009	106/2009	00036.001478/2009-96	CENTRO CULTURAL CARTOLA	RJ	Instalação de oficina de carnaval, com curso de cidadania com foco na prevenção de gravidez precoce na adolescência	100.500	8.100	92.400	92.400	0	78.600	13.800
37	716082/2009	143/2009	00036.001457/2009-71	INSTITUTO VILA ISABEL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	RJ	Impulsionar a autonomia econômica e financeira das mulheres residentes no Complexo do Morro dos Macacos e adjacências do bairro Vila Isabel.	130.869	22.069	108.800	68.800	40.000	68.800	0
38	721774/2009	116/2009	00036.001332/2009-41	CENTRO ATIVO DE PROGRAMAS SOCIAIS	RJ	Qualificar em áreas da construção civil mulheres vulneráveis economicamente, arrimos de família e vítimas de violência doméstica	833.333	83.333	750.000	42.520	707.480	42.520	0
39	718512/2009	182/2009	00036.000784/2009-13	AÇÃO COMUNITÁRIA DO BRASIL - ACB	RJ	Oficinas de Qualificação Profissional	58.800	9.300	49.500	49.500	0	49.500	0



## Demonstrativo de Transferências (Recebidas e Realizadas) no Exercício

Programa 1433 - Cidadania e Efetivação dos Direitos das Mulheres													
Nº	Convênio	Numero Original	Processo	Conveniente	UF	Objeto	Valor Pactuado	Contrapartida	Valor Firmado	Repasse 2009	Repasse Plurianual	Convênios Pago	Convênios a Pagar
40	717868/2009	161/2009	00036.000763/2009-90	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ	RJ	Cursos de Cooperativismo, Turismo, Cultura e Direitos e Autonomia da Mulher	194.873	19.487	175.386	104.084	71.302		104.084
41	720031/2009	156/2009	00036.001284/2009-91	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO	RJ	Impulsionar a autonomia econômica e financeira das mulheres residentes no Complexo do Morro dos Macacos e adjacências do bairro Vila Isabel	106.837	42.917	63.920	63.920	0	63.920	0
42	724044/2009	078/2009	00036.002058/2009-27	CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISA EM SAÚDE COLETIVA	RJ	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA	1.438.000	288.000	1.150.000	187.200	962.800	187.200	0
43	720248/2009	079/2009	00036.002104/2009-98	CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISA EM SAÚDE COLETIVA	RJ	GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM GÊNERO E RAÇA	1.053.000	211.000	842.000	300.000	542.000	300.000	0
44	720808/2009	086/2009	00036.001282/2009-00	FUNDO ANGELA BORBA DE RECURSOS PARA MULHERES	RJ	5ª EDIÇÃO DO FEMINA	77.000	7.000	70.000	70.000	0	70.000	0
45	716070/2009	076/2009	00036.001701/2009-03	REDE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - REDEH	RJ	AS HERDEIRAS DAS SUFRAGISTAS	137.016	28.000	109.016	79.016	30.000		79.016
46	717556/2009	166/2009	00036.002175/2009-91	CENTRO DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	RJ	Possibilitar a qualificação técnica e profissional de 300 mulheres no período de 180 horas em média, na área de Construção Civil e Artesanato	544.000	44.000	500.000	500.000	0	430.000	70.000
47	725832/2009	275/2009	00036.001364/2009-46	ORGANIZAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS PROJETO LEGAL	RJ	Refletir e sensibilizar sobre a questão do tráfico de pessoas e sua complexidade, apresentando as diversas abordagens sobre o tema	408.024	38.228	369.796	274.400	95.396	123.265	151.135
48	717867/2009	151/2009	00036.002244/2009-66	INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM	RJ	Instrumentalização das mulheres para criarem e gerirem adequadamente seus próprios negócios	472.165	43.110	429.055	174.050	255.005	174.050	0
50	715637/2009	141/2009	00036.002050/2009-61	INSTITUTO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL, SOCIAL E CULTURAL - IDESC	RJ	Criação de condições objetivas para a emancipação econômica de um grupo de 15 mulheres quilombolas	89.100	2.500	86.600	86.600	0		86.600
51	728541/2009	208/2009	00036.001567/2009-32	PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO	RO	Rede de Mulheres Produtoras e Artesãs	115.000	15.000	100.000	100.000	0		100.000
52	728564/2009	201/2009	00036.001566/2009-98	FEDERAÇÃO RONDONIENSE DE MULHERES	RO	Inclusão Social e Econômica da Mulher Rondoniense	110.000	10.000	100.000	100.000	0		100.000
53	707173/2009	019/2009	00036.001059/2009-54	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL	RS	Mulheres Construindo Autonomia	170.592	23.750	146.842	146.842	0	73.421	73.421
54	707171/2009	020/2009	00036.001510/2009-33	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA	RS	Formação, aprendizagem e qualificação profissional de 200 mulheres chefes de família	210.361	8.420	201.941	201.941	0		201.941
55	730608/2009	184/2009	00036.000774/2009-70	PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO	RS	Estruturação da Coordenadoria Municipal da Mulher	109.000	9.000	100.000	45.355	54.645		45.355
56	718429/2009	069/2009	00036.001235/2009-58	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS	RS	Capacitar 400 mulheres através de cursos voltados para a construção civil	218.786	17.503	201.283	100.642	100.642	100.642	0
57	Portaria	0112/2009	00036.001406/2009-49	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	RS	Estruturação e Fortalecimento do Núcleo de Estudo	45.600	0	45.600	45.600	0		45.600
58	728858/2009	185/2009	00036.000919/2009-32	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE	RS	Estimular a autonomia e a geração de renda através	163.200	13.200	150.000	150.000	0		150.000

## Demonstrativo de Transferências (Recebidas e Realizadas) no Exercício

Programa 1433 - Cidadania e Efetivação dos Direitos das Mulheres													
Nº	Convênio	Numero Original	Processo	Conveniente	UF	Objeto	Valor Pactuado	Contrapartida	Valor Firmado	Repasse 2009	Repasse Plurianual	Convênios Pago	Convênios a Pagar
				MULHERES CAMPONESAS		da qualificação técnica voltada à produção artesanal							
59	710517/2009	051/2009	00036.000906/2009-63	ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES TRABALHADORAS DO RIO GRANDE DO SUL	RS	Impulsionar, sensibilizar e capacitar as mulheres trabalhadoras rurais para a elevação da autonomia econômica.	218.850	20.050	198.800	198.800	0	97.228	101.573
60	723030/2009	150/2009	00036.000852/2009-36	PREFEITURA MUNICIPAL DE PAROBE	RS	Geração de Renda para Mulheres	102.550	2.550	100.000	65.800	34.200		65.800
61	725761/2009	266/2009	00036.002187/2009-15	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS	RS	Capacitação de 100 mulheres	164.000	14.000	150.000	150.000	0		150.000
62	729968/2009	147/2009	00036.002174/2009-46	ASSOCIAÇÃO VIVER E APRENDER	RS	Proporcionar a possibilidade de formação, aprendizagem e qualificação técnica profissional para os postos de trabalho na construção civil	660.992	53.016	607.976	50.000	557.976		50.000
63	728882/2009	195/2009	00036.001133/2009-32	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - FAPEU	SC	Fortalecimento e continuidade do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades	59.999	10.000	49.999	49.999	0		49.999
64	724954/2009	251/2009	00036.000944/2009-16	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS	SC	Reaparelhar e fortalecer a Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres,	115.967	15.701	100.266	63.478	36.788		63.478
65	708833/2009	045/2009	00036.001341/2009-31	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO	SP	Promover o empoderamento e a autonomia financeira de mulheres em situação de violência	276.950	25.000	251.950	251.950	0	148.750	103.200
66	707592/2009	009/2009	00036.000663/2009-63	CONFEDERAÇÃO DAS MULHERES DO BRASIL	SP	Campanha Nacional de Divulgação das Leis e Programas que Garantem o Direito da Mulher à Saúde	114.940	15.000	99.940	99.940	0	35.000	64.940
67	717871/2009	012/2009	00036.001119/2009-39	UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES	SP	Fortalecer o controle social nas ações do PNPMM	444.500	44.500	400.000	400.000	0	200.000	200.000
68	721155/2009	056/2009	00036.001191/2009-66	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS	SP	Profissionalizar mulheres na área da construção civil com vistas ao trabalho formal	751.480	75.148	676.332	65.981	610.351		65.981
69	723026/2009	239/2009	00036.001148/2009-09	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS	SP	Estimular, informar e capacitar mulheres da periferia de Campinas	100.000	10.000	90.000	21.200	68.800		21.200
70	716061/2009	043/2009	00036.001588/2009-58	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS	SP	Capacitação profissional para mulheres em construção civil	853.047	251.481	601.566	424.604	176.962	424.604	0
71	728515/2009	152/2009	00036.001155/2009	PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA PAULISTA	SP	Fortalecer o Núcleo de Políticas Públicas para Mulheres capacitando-o do ponto de vista operacional e político,	112.720	12.720	100.000	29.760	70.240	29.760	0
72	708325/2009	021/2009	00036.000864/2009-61	FEDERAÇÃO DEMOCRÁTICA INTERNACIONAL DE MULHERES	SP	Realização do Pleno do Conselho Presidencial	204.080	27.000	177.080	177.080	0	177.080	0
73	722086/2009	011/2009	00036.001169/2009-16	PREFEITURA MUNICIPAL DE VALINHOS	SP	Implantação da Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres	128.517	28.517	100.000	100.000	0		100.000
74	725240/2009	164/2009	00036.001947/2009-77	FUNDAÇÃO SÃO PAULO	SP	O Sistema Prisional Feminino e a Questão dos Direitos Humanos	543.500	43.500	500.000	500.000	0	191.450	308.550
75	708379/2009	022/2009	00036.000886/2009-21	SOF - SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO DA FAMÍLIA	SP	Formação e capacitação de mulheres de setores populares e agentes sociais para o fortalecimento de sua participação política e construção de autonomia das mulheres	382.000	32.000	350.000	100.000	250.000	100.000	0

### Demonstrativo de Transferências (Recebidas e Realizadas) no Exercício

Programa 1433 - Cidadania e Efetivação dos Direitos das Mulheres													
Nº	Convênio	Numero Original	Processo	Conveniente	UF	Objeto	Valor Pactuado	Contrapartida	Valor Firmado	Repasse 2009	Repasse Plurianual	Convênios Pago	Convênios a Pagar
76	707328/2009	013/2009	00036.001577/2009-78	UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES	SP	Promover curso de formação política para 300 (trezentas) mulheres de diferentes segmentos sociais nas cidades propostas.	167.078	17.078	150.000	150.000	0	126.560	23.440
77	713964/2009	054/2009	00036.000848/2009-78	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA	SP	Aquisição de equipamentos para a coordenadoria da mulher.	108.700	8.700	100.000	100.000	0	100.000	0
78	730583/2009	215/2009	00036.000969/2009-10	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DO SUL	SP	Implementar e fortalecer o Conselho Municipal da Mulher.	102.200	2.200	100.000	50.000	50.000	50.000	0
79	717558/2009	167/2009	00036.002051/2009-13	INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO COMUNICAÇÃO E MÍDIA	SP	Mídia e mais Mulheres no Poder	189.200	19.200	170.000	57.000	113.000	57.000	0
80	707892/2009	028/2009	00036.002065/2009-29	INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO COMUNICAÇÃO E MÍDIA	SP	A mulher e a mídia	318.082	34.548	283.534	283.534	0	283.534	0
81	716086/2009	144/2009	00036.000780/2009-27	CONFEDERAÇÃO DAS MULHERES DO BRASIL	SP	Propiciar capacitação ocupacional, geração de renda, diminuição da desigualdade de gênero, reflexão da atuação enquanto cidadã no mundo do trabalho e inserção social	196.296	16.000	180.296	180.296	0	50.000	130.296
82	716064/2009	146/2009	00036.002133/2009-50	CONFEDERAÇÃO DAS MULHERES DO BRASIL	SP	Possibilitar a divulgação do Planseq: - Construção Civil e Turismo às (aos) beneficiárias (os) do Programa Bolsa Família.	385.000	35.000	350.000	100.000	250.000	100.000	0
83	709020/2009	040/2009	00036.001166/2009-82	SECRETARIA DE CIDADANIA E JUSTIÇA	TO	Aparelhamento da Superintendência de Promoção de Políticas para as Mulheres	100.000	10.000	90.000	90.000	0	90.000	0
<b>TOTAL</b>							<b>21.166.518</b>	<b>2.539.414</b>	<b>18.627.103</b>	<b>11.721.468</b>	<b>6.905.635</b>	<b>5.633.240</b>	<b>6.088.228</b>
Fonte : SICONV e SIAFI OPERACIONAL													
Dados de 21-Jan-2010													

### Demonstrativo de Transferências (Recebidas e Realizadas) no Exercício

Programa 1068 - Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas													
Nº	Convênio	Numero Original	Processo	Convenente	UF	Objeto	Valor Pactuado	Contrapartida	Valor Firmado	Repasse 2009	Repasse Plurianual	Convênios Pago	Convênios a Pagar
1	704646/2009	00003/2009	00036.001174/2009-29	ANDI - AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA	DF	Fortalecimento do Observatório Nacional de Igualdade de Gênero	261.143	11.250	249.893	249.893	0	149.936	99.957
2	728555/2009	00197/2009	00036.001926/2009-51	SECRETARIA DE ESTADO DE POLITICAS PARA MULHERES E PROMOCAO DA IGUALDADE RACIAL	GO	Apoio à produção de vídeos sócio-educativos e institucionais e implantação de projeto de comunicação da Semira	112.000	12.000	100.000	100.000	0		100.000
3	703801/2009	00002/2009	00036.000233/2009-41	INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO COMUNICAÇÃO E MÍDIA	SP	Pesquisa Mulheres na Política	178.250	30.000	148.250	148.250	0	148.250	0
<b>TOTAL</b>							<b>551.393</b>	<b>53.250</b>	<b>498.143</b>	<b>498.143</b>	<b>0</b>	<b>298.186</b>	<b>199.957</b>
Fonte : SICONV e SIAFI OPERACIONAL													
Dados de 21-Jan-2010													

Programa 0073 - Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes													
Nº	Convênio	Numero Original	Processo	Convenente	UF	Objeto	Valor Pactuado	Contrapartida	Valor Firmado	Repasse 2009	Repasse Plurianual	Convênios Pago	Convênios a Pagar
1	730527/2009	00227/2009	00036.000823/2009-74	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO	RS	Desenvolver de um programa de Capacitação de Promotoras Legais Populares para desenvolverem oficinas de Sensibilização Comunitária	185.409	38.400	147.009	147.009	0	106.799	40.210
2	730571/2009	00235/2009	00036.001328/2009-82	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE	SP	Realização de evento regional sobre os Direitos da Mulher e implantar projeto educativo-cultural sobre a mulher	100.000	40.000	60.000	60.000	0		60.000
<b>TOTAL</b>							<b>285.409</b>	<b>78.400</b>	<b>207.009</b>	<b>207.009</b>	<b>0</b>	<b>106.799</b>	<b>100.210</b>
Fonte : SICONV e SIAFI OPERACIONAL													
Dados de 21-Jan-2010													

6. Previdência Complementar Patrocinada

Não aplicável a esta UJ.

7. Declaração do Contador

O disposto na Portaria TCU nº 389/2009 relativamente à Declaração do Contador, segue anexo modelo a ser utilizado no Relatório de Gestão eletrônico.

Informo que esta Declaração deverá ser preenchida baseada nos dados extraídos da Declaração do Contador enviada por esta Ciset/PR, uma vez que a mesma não poderá ser fotocopiada nem escaneada.

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>DECLARAÇÃO PLENA</b>			
<b>Denominação Completa (UJ):</b>		<b>Código da UG:</b>	
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres		200.021	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis, referentes ao exercício de 2009, constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Brasília, DF	<b>Data</b>	22/03/2010
<b>Contador Responsável</b>	Rosaura Conceição Haddad	<b>CRC nº</b>	DF 9686